



UNIVALI

VILTON SOARES DE SOUZA

OLHARES CRUZADOS:

o Centro Histórico de São Luís sob a lente dos atores turísticos

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)
2014

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria - PPGTH
Curso de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria

VILTON SOARES DE SOUZA

OLHARES CRUZADOS:
o Centro Histórico de São Luís sob a lente dos atores turísticos

Dissertação apresentada ao colegiado do PPGTH como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria – área de concentração: Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Torres Tricárico

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)
2014

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria - PPGTH
Curso de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

VILTON SOARES DE SOUZA

OLHARES CRUZADOS:

o Centro Histórico de São Luís sob a lente dos atores turísticos

Dissertação avaliada e aprovada pela Comissão Examinadora e referendada pelo Colegiado do PPGTH como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria.

Balneário Camboriú (SC), _____ de _____ de 20____.

Membros da Comissão:

Prof. Dr. Luciano Torres Tricárico (UNIVALI) – Presidente

Profa. Dra. Sênia Regina Bastos (UAM) - Avaliador externo

Profa. Dra. Josildete Pereira de Oliveira (UNIVALI) - Membro interno

Profa. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (UNIVALI) - Membro interno

Profa. Dra. Yára Christina Cesário Pereira (UNIVALI) - Membro interno

À minha mãe, Maria Luiza,
e ao meu pai, Valdeci,
a quem devo a alegria da vida.

Aos meus sobrinhos Ana Luiza e Carlos Henrique
com votos de uma vida acadêmica longa e profícua.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de “ponto, parágrafo”, uma pausa para agradecer. Aos meus pais, que de forma incondicional endossam as minhas escolhas e estão sempre presentes;

Aos meus irmãos que, juntamente com os meus pais, me ajudaram a construir este caráter perseverante e resiliente; sem o qual não conseguiria sonhar academicamente;

Ao Davi Andrade, pela companhia, pelo apoio e pelas palavras de incentivo;

Ao professor orientador Luciano Tricárico, pelo mergulho nos estudos verbo-visuais com os mapas mentais aplicados ao turismo, pela confiança depositada em mim e na minha pesquisa e, sobretudo, pelas grandes contribuições dadas nas suas aulas e momentos de orientação.

Às professoras Josildete, Raquel e Yára, que além de terem sido determinantes no processo de construção do meu projeto com as suas disciplinas respectivas; compuseram a minha banca de qualificação e, de forma exemplar, souberam apontar inúmeros detalhes para a melhor qualidade do meu trabalho;

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Univali, Núbia, pela presteza e gentileza em todas as minhas inúmeras solicitações, deste o primeiro dia como aluno;

À amiga que este mestrado me proporcionou conhecer, com quem dividi momentos muitos felizes e espero poder repeti-los inúmeras outras vezes, Juliana Gonçalves.

Ao Instituto Federal do Maranhão que me concedeu licença para a dedicação integral ao mestrado e à pesquisa;

Ao diretor do Instituto Federal do Maranhão, Campus São Luís – Centro Histórico, Carlos Alexandre, pelo apoio como diretor e amigo em todas as solicitações; no nome de Carlos Alexandre, estendo os meus agradecimentos a todo(a)s os colegas de trabalho que torceram e contribuíram para que este projeto de mestrado se realizasse, particularmente aos colegas das linguagens Nataniel, Milena e Leydnayre.

Ao auxílio da Capes, fundamental para assegurar a dedicação exclusiva à pesquisa e que me possibilitou a participação em todos os grandes congressos nacionais e internacionais de turismo, com apresentação de artigos científicos, tendo acontecido 2 no Brasil e 2 em Portugal;

A(o)s amigo(a)s Rebeca, Luiz Messias, Jean-Pierre GUIIS, Signe Deyse, Terezinha Campos, Rosália e Ana Regina, que dedicaram um pouco do seu tempo para atender a chamados deste autor, nas mais diversas frentes;

E, finalmente,

A todos os colegas do mestrado e doutorado em Turismo e Hotelaria, com quem convivi nestes dois intensos anos, mergulhado num contexto que me traz grandes e prazerosos desafios: conviver com iguais, respeitando as suas idiossincrasias. Este foi, *pari passu* ao curso de mestrado, uma oportunidade de aprender e ensinar com os diversos *ethos* dos sujeitos provenientes de vários estados do Brasil. Ponto forte da aprendizagem intercultural, que no início nos destaca como “estrangeiros” dentro do nosso próprio país, até o ponto em que nos faz perceber que o “grande detalhe” está na “lente” que usamos para perceber e ler o outro.

RESUMO

Fundamentado em um recorte teórico que permite construir um conhecimento científico interdisciplinar e subjetivo na relação homem-espaço, o presente trabalho propõe levantar quais são as percepções dos diversos atores turísticos sobre o Centro Histórico de São Luís e analisá-las, com vistas a contribuir na melhor exploração deste destino tombado pela Unesco, sugerindo aos atuais roteiros culturais alguns ajustes. Através de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários aos turistas, moradores e ao *trade* turístico local, foi possível levantar diversas percepções. Para mais detalhes, foram gerados outros dados através da construção de mapas mentais por alunos dos cursos do eixo da Hospitalidade. Numa perspectiva fenomenológica, cujo objetivo é conhecer, compreender, descrever e interpretar, o trabalho alcançou seus resultados propostos descortinando uma possível “tensão” entre a percepção dos moradores e aquelas do *trade* e dos turistas, no que se refere ao uso do espaço. Também há marcas de uma avaliação negativa da prestação dos serviços públicos impactando negativamente na percepção do espaço por todos os atores, sugerindo que o Centro Histórico ainda é subutilizado no seu potencial turístico. Ele é tido como um “mirante” para o mar, para a baía de São Marcos, para o pôr-do-sol, etc., pelos moradores e pelo *trade*. Os turistas “abrem as janelas” destes mirantes para os detalhes internos: o “craquelado”, os azulejos, a topografia, etc. O trabalho alcançou também resultados não propostos no início, como a crítica ao método interpretativo usado nesta pesquisa, salientando algumas limitações.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Percepção Ambiental; Mapas Mentais; São Luís; Patrimônio.

ABSTRACT

Based on a theoretical focus that enables the construction of interdisciplinary and subjective knowledge on the relationship between man and the space, this work investigates the perceptions of the various tourist actors, of the Historical Center of São Luís, analyzing them as a contribution to the better exploration of this tourism destination, which is listed for its historical importance by Unesco, and suggesting some changes to the current cultural itineraries. Various perceptions were gathered in a field survey, with the application of questionnaires to tourists, residents and local traders. For more details, other data were generated through the construction of mental maps by students of courses in the area of Hospitality. Within a phenomenological perspective, which seeks to discover, understand, describe and interpret, this work achieved its proposed results, revealing a possible “tension” between the perceptions of the local residents and those of the traders and tourists when it comes to the use of the space. There are also signs of a negative assessment of the provision of public services, which has a negative impact on the perception of the space by all the actors, suggesting that the Historical Center is still underused in regard to its tourism potential. It is seen as a “viewpoint” for the sea, the bay of São Marcos, the sunsets, etc., by the local residents and traders. The tourists “open the windows” of these look-out points to focus on the internal details: the *craquelado*, the traditional *azulejo* tile work on the building *façades*, the topography, etc. The work also achieved the results proposed at the outset, such as a criticism of the interpretative method used in this research, highlighting some limitations.

Keywords: Cultural Tourism; Environmental Perception; Mental Maps; São Luís; Heritage.

RÉSUMÉ

Elaboré dans un cadre théorique qui permet construire une connaissance scientifique interdisciplinaire et subjective de la relation homme-espace, ce travail propose de repérer les perceptions des divers acteurs touristiques sur le Centre Historique de São Luís du Maranhão et ensuite de les analyser, afin de contribuer à une meilleure exploitation de cette destination classée au patrimoine de l'Unesco en suggérant quelques ajustements dans les circuits touristiques culturels. Une enquête sur le terrain, fondée sur les réponses à des questionnaires proposés aux touristes, aux habitants et aux acteurs du tourisme local, nous a permis de distinguer plusieurs perceptions différentes. En complément, nous avons intégré d'autres données fondées sur des « cartes mentales » construites par des étudiants du cours de tourisme, fréquentant le Centre Historique tous les jours. Par le biais d'une perspective phénoménologique, dont le but est de connaître, comprendre, décrire et interpréter, cette recherche révèle une possible « tension » entre les perceptions des habitants, celles du secteur du tourisme et celles des touristes, pour ce qui relève de l'usage de l'espace public. Cette étude révèle plusieurs traces d'une évaluation négative des prestations des services publics de base, dans les perceptions de tous les acteurs. Ces remarques ou critiques suggèrent une sous-utilisation de tout le potentiel de cet espace touristique. Le Centre Historique est considéré comme un « belvédère » sur la mer, sur la baie de São Marcos, pour le coucher du soleil, etc., par les habitants comme par les acteurs du tourisme. Mais les touristes regardent aussi les détails internes de cet espace, comme l'état des bâtiments et leurs *craquelado*, les *azulejos*, la topographie, etc. Les conclusions de ce travail vont au-delà des questions de la recherche initiale, comme la critique de la méthode interprétative des cartes mentales que nous avons utilisée.

Mots-clés: Tourisme Culturel; Perception de l'environnement; Cartes Mentales; São Luís; Patrimoine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Símbolo do Patrimônio Mundial da Unesco	24
Figura 2	Sítios Patrimônios Mundiais da Unesco, com destaque para o Centro Histórico de São Luís, Brasil	34
Figura 3	Delimitação da área inscrita na lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, São Luís, Brasil	38
Figura 4	Carta Geométrica da Barra do Maranhão, São Luís	62
Figura 5	Certificado de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista de Patrimônio da Humanidade	77
Figura 6	Azulejos de São Luís	78
Figura 7	Mapa de São Luís com o Roteiro Cultural – Praias	150
Figura 8	Mapa de São Luís com o Roteiro Cultural – Centro Histórico	150

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Placa de sinalização turística com o pictograma do patrimônio histórico em São Luís	24
Fotografia 2	Palácio dos Leões visto da bahia de São Marcos	67
Fotografia 3	Casarões abandonados na rua da Palma com a rua João Vital	70
Fotografia 4	Rua de Nazaré. Portas, janelas e gradis.	71
Fotografia 5	Rua do Giz	77
Fotografia 6	Rua Portugal	77
Fotografia 7	Prédio da Universidade do Estado do Maranhão – Uema	79
Fotografia 8	Vista a partir do terceiro andar do Museu de Artes Visual, (Rua Portugal, 273)	79
Fotografia 9	“Craquelado” na paisagem do Centro Histórico	90
Fotografia10	Palmeira do Babaçu	104
Fotografia11	Palmeira na praça Gonçalves Dias	104
Fotografia12	Biblioteca Pública Benedito Leite, na Praça Deodoro	105
Fotografia13	Convento das Mercês – Hoje, Fundação da Memória Republicana Brasileira	105
Fotografia14	Registros das “Fachadas de imóveis diferenciadas”	106
Fotografia15	Escadaria do Beco “Catarina Mina”	106
Fotografia16	Pôr do sol captado do Palácio dos Leões	107
Fotografia17	“Beco do Gato”	148
Fotografia18	Casarão abandonado, cheio de gatos	148

LISTA DE MAPAS MENTAIS

Mapa Mental 1.....	108
Mapa Mental 2.....	110
Mapa Mental 3.....	112
Mapa Mental 4.....	114
Mapa Mental 5.....	116
Mapa Mental 6.....	118
Mapa Mental 7.....	120
Mapa Mental 8.....	122
Mapa Mental 9.....	124
Mapa Mental 10.....	126
Mapa Mental 11.....	128
Mapa Mental 12.....	130
Mapa Mental 13.....	132
Mapa Mental 14.....	134
Mapa Mental 15.....	136
Mapa Mental 16.....	138
Mapa Mental 17.....	140
Mapa Mental 18.....	142
Mapa Mental 19.....	144
Mapa Mental 20.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sítios Patrimônios Mundiais da Unesco, por ano de tombamento e região	32
Quadro 2	Sítios Patrimônios Mundiais da Unesco, por tipo e região	34
Quadro 3	Países com maior número de bens tombados	35
Quadro 4	Bens tombados na 21 ^a sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1997	36
Quadro 5	Bens inscritos na Lista do patrimônio mundial da Unesco no Brasil	37
Quadro 6	Características de complementaridade entre Patrimônio e Turismo	45
Quadro 7	Natureza Teórica dos trabalhos publicados na obra “Percepção Ambiental: a experiência brasileira”	50
Quadro 8	Principais países emissores de turistas	81
Quadro 9	Percepção do Centro Histórico pelos turistas	87
Quadro 10	Lugares que proporcionam vista parcial e/ou panorâmica e o que pode ser visto	89
Quadro 11	Locais confortáveis para grandes grupos, evitando sensação de aglomeração, de acordo com os turistas	90
Quadro 12	Imagens associadas ao Centro Histórico de São Luís de acordo com os turistas	91
Quadro 13	Avaliação dos respondentes sobre aspectos que compõem a paisagem no Centro Histórico de São Luís	93
Quadro 14	Lugares que proporcionam vista parcial e/ou panorâmica e o que pode ser visto, de acordo com os moradores	95
Quadro 15	Locais confortáveis para grandes grupos, evitando sensação de aglomeração, de acordo com os moradores	96
Quadro 16	Imagens associadas ao Centro Histórico de São Luís, de acordo com os moradores	96
Quadro 17	Avaliação dos respondentes do <i>trade</i> sobre aspectos que compõem a paisagem no Centro Histórico de São Luís	99
Quadro 18	Lugares que proporcionam vista parcial e/ou panorâmica e o que pode ser visto, na percepção do <i>trade</i>	101
Quadro 19	Locais confortáveis para grandes grupos, evitando sensação de aglomeração, na percepção do <i>trade</i>	102
Quadro 20	Imagens associadas ao Centro Histórico de São Luís, na percepção do <i>trade</i>	103
Quadro 21	Análise do Mapa Mental 1	109

Quadro 22	Análise do Mapa Mental 2	111
Quadro 23	Análise do Mapa Mental 3	113
Quadro 24	Análise do Mapa Mental 4	115
Quadro 25	Análise do Mapa Mental 5	117
Quadro 26	Análise do Mapa Mental 6	119
Quadro 27	Análise do Mapa Mental 7	121
Quadro 28	Análise do Mapa Mental 8	123
Quadro 29	Análise do Mapa Mental 9	125
Quadro 30	Análise do Mapa Mental 10	127
Quadro 31	Análise do Mapa Mental 11	129
Quadro 32	Análise do Mapa Mental 12	131
Quadro 33	Análise do Mapa Mental 13	133
Quadro 34	Análise do Mapa Mental 14	135
Quadro 35	Análise do Mapa Mental 15	137
Quadro 36	Análise do Mapa Mental 16	139
Quadro 37	Análise do Mapa Mental 17	141
Quadro 38	Análise do Mapa Mental 18	143
Quadro 39	Análise do Mapa Mental 19	145
Quadro 40	Análise do Mapa Mental 20	147

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	23
2.1	Patrimônio, Patrimônio Mundial e Turismo	23
2.2	Turismo Cultural, Patrimonialização e Imagem	39
2.3	Percepção Ambiental, Fenomenologia e Mapas Mentais	48
2.4	Caminhos Metodológicos	59
2.4.1	Caracterização da pesquisa	59
2.4.2	Procedimentos metodológicos	60
3	SÃO LUÍS DO MARANHÃO E O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO PELA UNESCO	63
3.1	História de São Luís: da fundação da cidade aos projetos de revitalização	63
3.2	Um mergulho na história da fundação da cidade	68
3.3	Alguns epítetos de São Luís e seus contextos econômicos	71
3.4	O tombamento da Unesco: Patrimônio Cultural da Humanidade	77
4	OLHARES CRUZADOS: o Centro Histórico de São Luís sob a lente dos atores turísticos	85
4.1	O Centro Histórico “sob a lente” dos turistas	85
4.2	O Centro Histórico “sob a lente” dos moradores	91
4.3	O Centro Histórico “sob a lente” do <i>trade</i>	97
4.4	Análise dos Mapas Mentais	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS	

O bairro da Praia Grande, fundador da capital maranhense, está localizado no centro histórico, composto por outros dois bairros, e possui um conjunto arquitetônico colonial, do Barroco português, inscrito como Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade pela Unesco. A área de tombamento da Unesco é a delimitação geográfica desta pesquisa. Nela, há inúmeros imóveis que remontam ao início do século XIX em que o Estado do Maranhão era considerado um dos grandes exportadores de arroz, cana-de-açúcar, algodão e produtos têxteis, ocupando um lugar de destaque na participação da produção econômica do Brasil. Spix e Martius (1981) apontam São Luís como a quarta cidade mais importante do império brasileiro, em 1835, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (SILVA, 2010, p.17-18).

Desde os anos 1970, esse bairro vem recebendo uma atenção especial de técnicos e de uma gama variada de intervenções do poder público, em resposta à necessidade de proteger a cultura e resgatar a história, dinamizando economicamente o antigo centro com o programa de preservação e revitalização. Portanto, visando salvaguardar e posteriormente refuncionalizar turisticamente o patrimônio cultural do centro histórico, muitas ações foram empreendidas pelo poder público que incentivou o aumento da transformação de bens culturais em patrimônio cultural, implementando esta política de preservação da cultura, com o reconhecimento da consagração de personagens, de histórias, de imóveis, de festividades e outros elementos como referência do lugar (SILVA, 2010, p.20).

A experiência francesa do patrimônio e do turismo justifica-se por ter sido aquele país o berço da “gênese da proteção institucional do patrimônio” que inspirou a Unesco a estabelecer os critérios para o reconhecimento de bens e áreas como patrimônio da humanidade (SCIFONI, 2004, p.1). Ainda com relação à França, foi com a vinda de Michel Parent ao Brasil, em 1966, que os monumentos brasileiros foram avaliados e assim levantada a possibilidade da utilização turística dos centros históricos no país (PARENT, 1966, 1967). Assim, no Brasil, seguindo modelos internacionais, liga-se “patrimônio” e “turismo”, sendo - neste primeiro momento - aquele utilizado em prol deste.

Esta relação do patrimônio com o turismo tem sido vivenciada em todo o mundo, especialmente pelo turismo de motivação fortemente cultural. De acordo com Souza *et al.* (2014), a expressão “turismo cultural” suscita incômodos pela sua ambiguidade, redundância e diversos entendimentos e interpretações ao longo do tempo. Apesar da observação feita por Cousin (2002, p. 42), afirmando ser o turismo, em si, uma atividade cultural, e que chamar turismo de “cultural” seria um pleonasma, podendo assim gerar um “impasse intelectual”

sobre o que é mais ou menos cultural em práticas, objetos e interações; adotar-se-á neste trabalho o termo Turismo Cultural por ser este de uso frequente nas pesquisas acadêmicas em Turismo e em documentos oficiais, como aqueles da Unesco, por exemplo.

Um universo da grandeza do Patrimônio Histórico Edificado do Centro Histórico de São Luís pode exigir mais dos gestores que buscam potencializar o patrimônio cultural ali existente. A composição das paisagens turísticas é complexa e estas localidades são compostas por algumas “com variações e aspectos nem sempre positivos para o turismo: há paisagens monótonas, lugares desinteressantes esteticamente e atrações destruídas pelo uso intenso ou abandonadas”, portanto, neste universo de paisagens há “aspectos positivos ainda não descobertos ou pouco explorados que acabam sendo camuflados por paisagens padronizadas” (SILVA, 2004, p. 64).

O destino turístico São Luís apresenta um grande potencial histórico e paisagístico no seu Centro Histórico, talvez ainda não turisticamente interpretado, especificamente na área tombada pela Unesco como Patrimônio Mundial. Neste sentido, a íntima relação entre paisagem e turismo culmina na afirmação de que a paisagem é a matéria-prima do turismo (AB’SÁBER, 1977; XAVIER, 2007). Para Ab’Sáber (1977), a paisagem é um patrimônio coletivo dos povos, pois é uma herança de processos fisiográficos e biológicos. Argumenta também a favor desta relação Xavier (2007, p. 37), para quem a interpretação da paisagem deve ser tarefa do turismo, pois “interpretar a paisagem significa agregar valores ao que é percebido”.

Entendendo que a paisagem não significa uma unidade funcional, pois também é uma construção da mente e dos sentimentos, Tuan (1979) a define como uma combinação de pontos de vista objetivos e subjetivos, que têm lugar no “olho da mente”.

Percebe-se que o contato dos indivíduos e das coletividades com o meio ambiente se dá através da “sensação captada pelos órgãos de sentido” que leva à percepção e conseqüentemente à promoção de imagens mentais, “segundo as quais possuem significado por quem as erige conforme suas emoções, intuições e vivências, como também de acordo com as suas dimensões sociais, culturais, históricas e paradigmáticas”. (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009, p.42-43). Portanto, ainda de acordo com estes autores, esta complexa relação entre o homem e o meio ambiente, neste espaço de vida enquanto espaço de compreensão do próprio homem, pode ser estudada sob a luz teórico-metodológica da fenomenologia.

De acordo com Cullen (1971) e Rossi (1995), para entender a formação do espaço e da comunidade, deve-se compreender que o espaço é social e que a sua transformação é

influenciada pelas necessidades do homem no decorrer da sua história, sendo armazenadas ao longo do tempo na estrutura física da cidade e resultando na permanência de fragmentos de inúmeras paisagens, vivenciadas pela sociedade em diversos momentos históricos (TOMELIN *et al.*, 2012, p. 1496).

Segundo Tuan (2012, p. 271) “a própria cidade pode ser um monumento”. Ele observa que uma estrutura funcional da cidade, a exemplo de uma construção ou mesmo uma ponte, pode ser um símbolo urbano. Mas, para se construir uma imagem “eficaz” os promotores da cidade não podem “desrespeitar a complexidade da verdade” e preocupar-se apenas em construir imagens favoráveis.

Ainda segundo o mesmo autor, as cidades vendem cartões postais e folders, no intuito de divulgar uma imagem crível no valor das suas ruas principais e parques, monumentos, retratando aspectos da cidade de modo que se acredita que deem créditos à ela. Apesar da diversidade de imagens, estas mídias “acentuam os pontos de interesse – as partes que captam a atenção, que têm muita imaginabilidade” (TUAN, 2012, p. 281).

Tuan (2012) aponta que pouco se sabia sobre os mapas mentais dos moradores urbanos até a publicação, em 1960, do livro de Kevin Lynch: “A Imagem da Cidade”. Segundo Tuan, a riqueza de percepções, de atitudes e de aspirações que encontramos em trabalhos semelhantes, como estes com mapas mentais, que, “não agem dentro dos cânones rígidos da ciência social”, permitem a apreciação de imagens urbanas variadas e de atitudes (TUAN, 2012, p. 282). Uma das críticas feitas por Tuan ao trabalho de Lynch é que este selecionou apenas adultos de classe média; logo, é o ponto de vista de uma classe social.

Ainda de acordo com Tuan (2012), o homem possui uma alta capacidade para a linguagem simbólica, sendo esta privativa à espécie humana; e a Geografia se apropria desta capacidade construtiva para dar lugar às expressões dos sujeitos, considerando que o símbolo é uma parte que tem o poder de sugerir um todo.

Assim, de acordo com Lima e Kozel (2009, p. 211), considerando que “a existência é intermediada por símbolos”, e os mapas mentais são “produtos da imagem percebida, do registro perceptual do sujeito”, a fenomenologia permite uma conexão com os mapas mentais, pois é “a ciência da experiência”, que analisa o fato “sob a luz da percepção”, tornam-se, pois a percepção e a fenomenologia complementares nesta pesquisa.

Estes desenhos, chamados de mapas mentais, construídos com base nas observações sensíveis da experiência de estudantes da área de turismo, moradores da cidade e frequentadores diários do Centro Histórico de São Luís, não se baseiam necessariamente em informações precisas e rigorosamente estabelecidas, visto que a “razão objetiva, [...] se refere

à existência humana mesmo que esta não possa ser expressa em categorias de quantidade” (HOLZER & HOLZER, 2006, p. 202).

Na tentativa de abordar a pesquisa dentro do universo Patrimônio e Turismo, vê-se a experiência da França que, segundo Lazzarotti (2010, p. 8) os estudos cujo objetivo é a relação do “Patrimônio e Turismo” “são recentes” e que a originalidade do mundo contemporâneo “não está na manutenção das relações com o passado, mesmo que estas estejam expressas pelo patrimônio e o turismo”, o que há “de mais original, de mais marcante, de mais significativo”, breve, “de mais problemático”, é a “aliança de um e do outro”.

Mirian Rejowski, em artigo publicado em 2010, intitulado “Produção Científica em Turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil”, analisou os enfoques e resultados sobre a produção científica em Turismo no exterior e no Brasil, afirmando que a maioria das pesquisas no exterior apresenta-se como quantitativa, enquanto que no Brasil há um distanciamento em relação ao referencial teórico e metodológico. Há, portanto, uma lacuna ainda maior nos estudos da paisagem, sob o ponto de vista da percepção ambiental no turismo, apontada na pesquisa de Oliveira e Rejowski (2008) que analisou na categoria temática “desenvolvimento do turismo” as dissertações e teses em Turismo no Brasil. Dentre as 31 teses analisadas, no período de 1985 a 2005, há apenas seis (6) que abordam a paisagem no “desenvolvimento urbano”, cinco (5) no “desenvolvimento regional”, quatro (4) no “desenvolvimento territorial”, e apenas uma (1) em cada uma das seguintes categorias: “desenvolvimento econômico, desenvolvimento do espaço e desenvolvimento social”. Oliveira e Rejowski (2008, p. 242) destacam, na discussão dos interesses temáticos secundários, que os recursos ambientais, dentre eles a paisagem, é abordada sob o ponto de vista do “valor econômico”.

Diversas razões justificam a escolha do Centro Histórico de São Luís como recorte espacial desta pesquisa: (a) este espaço está marcado por diversas transformações e ressignificações, sobretudo com relação à última década, com a chegada de algumas instituições acadêmicas com cursos do eixo de hospitalidade e lazer, dentre outros, e que trouxeram alunos e professores para o Centro Histórico, convidando estes a interagir com o seu meio ambiente de forma interdisciplinar; (b) por ser um importante atrativo turístico e figurar dentre as cidades-patrimônio pela Unesco; (c) por ter ainda um grande fluxo de pessoas neste espaço e que têm diferentes graus de relação com o sítio; (d) por ter sofrido projetos de revitalização, resta saber se estas ações valorizaram este espaço de grande importância histórica e cultural e, finalmente (e) com o objetivo de compreender qual a percepção dos atores envolvidos no turismo sobre este espaço, e assim contribuir com críticas

e sugestões aos roteiros turísticos culturais comercializados atualmente no Centro Histórico e, igualmente, servir a outras pesquisas visando uma melhor gestão da atividade turística neste sítio histórico.

As justificativas para esta pesquisa também abrangem a relevância social, pois considera o Turismo como fenômeno social e, como tal, apresenta coerência a se considerar a relação das pessoas com o meio ambiente. Segundo Xavier (2007, p. 13)

as populações desses espaços [turísticos] esperam do turismo e da recreação oportunidades para melhorar seu sustento e a qualidade de vida da comunidade, e isso se torna viável, utilizando-se dos valores locais, do saber-fazer, dos sentimentos e das relações com a natureza e com a cultura local.

No Centro Histórico de São Luís há inúmeras escolas, cursos de idiomas, e vários *campi* universitários, dentre eles um da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, com um Hotel-Escola (em processo de restauração), um campus do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, um campus da Universidade do Estado do Maranhão – UEMA com o curso de História, um segundo com o curso de Arquitetura, uma escola de música estadual, várias escolas estaduais e municipais de ensino básico, dentre elas uma escola-modelo. De acordo com Alves (1999), a leitura da cidade e sua percepção tornam-se um campo fértil para o ensino e, principalmente, para a aprendizagem. Espera-se que a pesquisa possa trazer possíveis caminhos metodológicos para a percepção ambiental. Ferrara (1993) enfatiza a importância de indivíduos e coletividades perceberem a cidade e suas representações, pois assim, se reconhecerão nos símbolos da cidade e exercitarão a sua cidadania. Para esta autora, o fato de perceber a cidade já é um exercício de percepção ambiental.

Neste sentido, o turismo pode também prestar serviço à sociedade por meio do ensino da leitura (e conseqüentemente da escrita) através do convite à (re)interpretação do seu meio ambiente. Como aponta Schäffer, (1999, p.89) assim como a leitura e a escrita são “tarefas indissociáveis da vida escolar”, e que “ler e escrever massiva e superficialmente, tem sido a questão dramática da escola recente, estendida a toda a população”, a autora também lembra que ler e escrever em geografia é “uma estratégia cognitiva disciplinar que permite ao aluno adquirir uma visão de mundo, reconhecer e estabelecer seu lugar no espaço geográfico, o que inclui a noção, também, da sua possibilidade de exclusão”.

No Brasil, foi com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, p.93) que a leitura de paisagem ganhou destaque na educação básica. Compreendida como “um recorte visível do espaço geográfico é, ao mesmo tempo importante como conhecimento geográfico e rico como recurso pedagógico”. Ler a paisagem na perspectiva da construção de

um conhecimento mais significativo, com o auxílio da atividade turística e voltado à construção da identidade do sujeito, levam à pesquisa das seguintes perguntas: “Que paisagem ler? Com que finalidade?” (PCNs, p. 93). É importante lembrar que a leitura da paisagem está relacionada com o desenvolvimento do conceito de lugar, e é este lugar o “espaço vivido, o horizonte cotidiano que traduz a identidade de cada um” (PCNs, p. 95). Assim, tentar-se-á ao término desta pesquisa, de forma a abrir possíveis perspectivas para novos estudos no turismo pedagógico/patrimonial no Centro Histórico, sobretudo com a atenção voltada ao reconhecimento, interpretação e preservação do patrimônio cultural local.

Ainda é importante destacar que esta pesquisa considera as recomendações feitas por Hintze e Almeida Junior (2014, p. 106), que analisaram criticamente o discurso da *World Travel and Tourism Council* (WTTC), e apontaram alguns aspectos que “acadêmicos sem a necessária reflexão crítica” podem não se atentar. Os autores revelam que a WTTC “não é uma entidade neutra no campo de disputas do turismo, pois defende interesses próprios e alheios” (2014, p. 100), sendo na verdade um agente de mercado com “claros interesses na confusão da ideia de viagem (direito humano inalienável de se deslocar pelo mundo livre de constrangimentos) e turismo (forma capitalista da exploração destes deslocamentos legítimos)” (2014, p. 97). A Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que em 2012, pouco mais de um bilhão de turistas viajaram ao redor do planeta. Nas projeções da OMT, em 2030, serão 1,8 bilhões de turistas; ou seja, um aumento de 80% em 18 anos. Portanto, esses números apontam para um crescimento insustentável da atividade turística e caso as estatísticas da OMT estejam corretas, deve-se ampliar todas as medidas possíveis para minimizar os problemas ambientais decorrentes desta atividade, que tendem a se agravar.

Apesar de ser importante que um trabalho de pesquisa sobre um sítio histórico considere o estudo de capacidade de carga e dos impactos positivos e negativos, sociais e econômicos, dentre outros, advindos da atividade turística no espaço, neste estudo, devido às limitações de tempo e ao recorte teórico, estes pontos não serão abordados com profundidade, podendo ser retomados numa possível continuação da mesma para um plano de *citymarketing*, por exemplo. Ainda assim, algumas janelas dentro da temática de “sustentabilidade” e “novas formas de fazer turismo” podem ser abertas como proposições para futuras pesquisas, associando o aprofundamento e os resultados desta pesquisa, com a relação Turismo e Patrimônio.

Segundo Auger (1992) e Teypaz (2008), é evidente que a cidade é *hypo-significante* e que ela precisa se dotar de signos para representá-la. Os objetivos já supra traçados nesta pesquisa tentam ser úteis em colaborar com trabalhos de reforço à significação da cidade, do

Centro Histórico, com discursos (significantes) sobre ele(a) ou por ele(a) que vão permitir a produção de grande parte do seu sentido.

Nesta perspectiva qualitativa, analisar a percepção da experiência ambiental que os diversos atores têm com o Centro Histórico de São Luís procurando conhecer suas diversas percepções deste sítio histórico, compreendendo os seus aspectos subjetivos, elegendo paisagens e imagens, encontra a fenomenologia como opção teórico-metodológica dentro do debate epistemológico; tudo isto com vistas a fomentar a discussão sobre o(s) roteiros culturais vendidos atualmente e sugerir um percurso que leve em conta todos os atores turísticos. A sugestão de um roteiro cultural ancorado no patrimônio histórico edificado tombado pela Unesco.

No presente trabalho, procurar-se-á analisar qual é a percepção que diferentes atores envolvidos no turismo têm do Centro Histórico de São Luís, especificamente da área tombada como Patrimônio Mundial pela Unesco, com especial atenção ao patrimônio histórico edificado, além das representações que eles fazem deste espaço. Assim, poder discutir os roteiros culturais comercializados atualmente e, por fim, sugerir alterações nestes roteiros levando em consideração os olhares de todos os atores turísticos. Quanto ao recorte cronológico da pesquisa: as coletas de dados através dos questionários e dos mapas mentais foram realizadas nos meses de janeiro, fevereiro, junho e julho de 2014, por serem estes os períodos de grande fluxo turístico no estado do Maranhão por conta do carnaval e do São João/ Bumba-meu-boi. Contudo, a contextualização histórica e as intervenções de políticas públicas ligadas ao sítio em análise obrigaram a ampliação em muitos séculos para a melhor compreensão das relações necessárias entre o meio ambiente, o saber e o artefato¹.

Neste intuito, procurar-se-á responder as seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Como o Centro Histórico é percebido pelos turistas, pelos moradores e por representantes do *trade* turístico de São Luís?
- b) Quais são os atuais roteiros turísticos culturais comercializados?
- c) Que novos artefatos, paisagens e trajetos poderiam também ser explorados?

Espera-se, a partir destes caminhos, revelar os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer as percepções dos atores sobre o Centro Histórico de São Luís;

¹ O termo artefato aqui está sendo usado de acordo com Varine-Boham (1975), que distingue: **artefato**, objeto contextualizado, com utilidades e usos; de **fragmento** ou **segmento**, objeto isolado de seu contexto. Ainda de acordo com a divisão de Patrimônio Cultural em três grupos, tem-se: (a) os elementos da natureza, os recursos naturais; (b) os elementos não-tangíveis do Patrimônio Cultural e, (c) o maior e o mais importante, os artefatos (construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer).

- Compreender como o patrimônio cultural é explorado atualmente através dos roteiros comercializados;
- A partir da análise dos dados gerados, sugerir novos usos do patrimônio para implementar os roteiros culturais.

A abordagem fenomenológica nas pesquisas em turismo é analisada por Medeiros, Passador e Bechelini (2009), em artigo intitulado “A Fenomenologia e a Pesquisa em Turismo”, onde eles apontam esta abordagem como grande contribuidora na produção do conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas, somando-se às perspectivas positivistas e dialéticas. Os autores apontam que o Turismo é uma das atividades *lato sensu* mais versáteis e por isso estabelece estreitas ligações com outras áreas da ciência; portanto, a escolha desta abordagem libera os pesquisadores das restrições positivistas possibilitando a obtenção de dados mais acurados assim como obtendo visões múltiplas e transdisciplinares.

Do ponto de vista científico, Eduardo Marândola, em 2011, prefaciando a obra de Tuan (2012), sendo a primeira edição de 1974, lembra surpreso que os estudos ligados à percepção do meio ambiente, ou percepção ambiental, ainda são atualmente uma novidade. Isto porque a perspectiva humanista da ciência e do ambiente está longe de ser parte do pensamento dominante.

Assim, esta pesquisa tem abordagem qualitativa, com base fenomenológica. Traz o tema da percepção ambiental por meio da realização de entrevistas e elaboração de mapas mentais que são interpretados com base em Kozel (2007) e do diálogo com Lynch (1997); Del Rio (1991); Del Rio e Oliveira (1999); Xavier (2007); Lazzarotti (2011); Tuan (2012); dentre outros. As percepções resultantes das entrevistas de turistas, do *trade* e usuários do Centro Histórico (1), dos mapas mentais de frequentadores assíduos do Centro Histórico (2) e o circuito de “Roteiro Cultural” feito pelo autor da pesquisa (3) serão cruzados visando atingir os objetivos específicos e finalmente elucidar o objetivo da pesquisa que é de **levantar e analisar as percepções do Centro Histórico de São Luís pelos diferentes atores envolvidos no fenômeno turístico objetivando criticar e sugerir ajustes aos roteiros turísticos culturais.**

Na primeira parte do trabalho, são apresentados conceitos teóricos e metodológicos que embasam o mesmo, começando as discussões com a relação Patrimônio Mundial e Turismo, com as suas origens nos conceitos de Patrimônio. Sendo o selo de Patrimônio Mundial um dos mais importantes atrativos para o Centro Histórico de São Luís como destino turístico e um convite - não só aos turistas - à (re)visitar este patrimônio, a continuação do texto em busca das respostas às questões de pesquisa e ao seu objetivo principal é tecido

historicamente, com destaque para o patrimônio. Em seguida discutem-se os conceitos teóricos do Turismo Cultural e da sua interrelação com a turistificação dos destinos e a busca destes por imagens mais atrativas. E, por fim, evidenciando a metodologia adotada na pesquisa, a Percepção Ambiental como composto da operacionalização da pesquisa, juntamente com os questionários e os mapas mentais, sob um enfoque fenomenológico.

Na segunda parte, o recorte espacial da pesquisa, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, na sua parte inscrita na Lista de Patrimônio Mundial pela Unesco, incluindo um breve histórico sobre a fundação da cidade e seu desenvolvimento, incluindo dados acerca dos elementos que o compõem, na tentativa de apresentar um panorama atual de seus usos e dos acontecimentos envolvendo esta área.

Na terceira, quarta e quinta partes, apresentam-se os caminhos metodológicos percorridos durante a pesquisa, assim como a própria pesquisa empírica. Apresentando-se os resultados alcançados e suas análises, elucidando o objetivo geral desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo, tratam-se das temáticas conceituais subjacentes que dão sustentação à pesquisa e permitem a condução do trabalho aos objetivos propostos. *A priori*, a relação do Patrimônio e do Turismo é tratada com o intuito de trazer alguns conceitos importantes e pontos de vista de pesquisadores nacionais e internacionais sobre a relação do Patrimônio e do Turismo, apontando para o recorte da pesquisa, que seria o Patrimônio Mundial e o Turismo. No segundo subtópico “Turismo Cultural, Patrimonialização e Imagem”, enredam-se os principais conceitos, não só consensuais, do turismo cultural; igualmente movimento das cidades à patrimonialização de diversos sítios com interesses turísticos e finalmente, a preocupação com a imagem de um destino.

2.1 Patrimônio, Patrimônio Mundial e Turismo

Para introduzir este capítulo, que tratará de Patrimônio, Patrimônio Mundial e Turismo, relembra-se na figura 1 do símbolo do Patrimônio Mundial da Unesco e na figura 2, vê-se a placa de sinalização de Centro Histórico em São Luís. Neste introito, cabe um exemplo mundialmente conhecido. A história da torre Eiffel, escrita pelos engenheiros e reescrita pelo turismo, parece ilustrar bem a relação profética e problemática do patrimônio com o turismo. “Profética” porque foi construída há mais de cem anos como símbolo da modernidade e expõe ainda hoje esta relação - frequente e ainda pouco estudada - do Patrimônio e do Turismo. “Problemática” porque ela já fornece os termos desta relação, quando o turismo convidou-se ao banquete das construções, dos monumentos e do patrimônio, mesmo não sendo nem convidado e nem esperado. A torre Eiffel tornou-se uma celebridade mundial e não deve a sua existência apenas às obras da engenharia e ao Eiffel, ela deve sobretudo aos seus visitantes. Se esta torre é conhecida e reconhecida para além dos especialistas da arquitetura metálica e funcionalista, ela o deve “à presença de cada um dos mais de 250 milhões de visitantes desde 31 de março de 1889” (LAZZAROTI, 2010, p. 7).



Figura 1: Símbolo do Patrimônio Mundial da Unesco
Fonte: Unesco, 2014.



Foto 1: Placa de sinalização turística com o pictograma de Patrimônio Histórico em São Luís
Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Sua história de grandes mudanças é contada por Gérardot (2008) e resumida nos momentos e dados que seguem. Foi construída para a Exposição Universal de 1889 e muito criticada já na sua concepção. Muitas vezes ameaçada de demolição, tornou-se, portanto, mais de cem anos depois, um lugar turístico incontornável, um alto-lugar do turismo francês e mundial. A França do início de 1880 vivia num estado de crise econômica e política crônicas. Ansiosa em festejar o centenário da Revolução Francesa com solenidade, mostrando a sua capacidade de inovar e a sua modernidade, e relançando a economia, a França elege o projeto

de Eiffel. Imediatamente surgem diversos manifestos contrários à construção, a exemplo da petição publicada no jornal “*Le Temps*” em fevereiro de 1887 “Contra a ereção [...] da inútil e monstruosa *Tour Eiffel*” (HAMY, 1980, p. 33) e assinada por Guy de Maupassant, Chales Garnier, Alexandre Dumas Fils, Leconte de Lisle e Sully Prudhomme.

Finalmente construída em março de 1889, seu sucesso foi imediato: acolheu 1.900.000 pessoas do mundo inteiro durante a inauguração. Nos anos seguintes, os números alternaram. Houve uma queda no número de visitantes depois da exposição: 393.414 em 1890; 149.580 em 1899. No entanto, na Exposição Universal de 1900, mais de um milhão de pessoas. Depois desta data, cai novamente: 131.724 em 1901. Como a torre estava sob concessão, findo este período em 1909, para evitar a sua demolição, Eiffel apresenta diversos projetos de uso: laboratório meteorológico, observatório astronômico/ventos, retransmissor para a telegrafia sem fio. Põe-se a torre à serviço do Ministério da Guerra e, assim, Eiffel a salva da demolição. Em 1910, a concessão é renovada por mais 70 anos (HAMY, 1980).

Durante os dois conflitos mundiais, a torre permanece fechada ao público, mas torna-se um símbolo da França desde 1939, quando flamulam bandeiras francesas no seu cume. Mesmo depois da sua reforma, há certa instabilidade no número de visitantes ano a ano, mas com aumentos sucessivos. Barthes (1964) avalia que a Torre Eiffel tornou-se pouco a pouco o “símbolo de Paris”, “Paris por metonímia”.

Desde então, a torre inseriu-se na vida artística francesa. Pintores (Delaunay, Bonnard, Signac, Chagall, Staël, d’entre outros), poetas (Apollinaire, Cendrars, Aragon, Queneau), autores de teatro (Cocteau, Rousseau), romancistas (Fargue, Mac Orlan, Buzzati), fotógrafos (Petit, Durandelle, Os Irmãos Neurdein, Doisneau), cineastas (Méliès, Clair, Gance, Lubitsch), ou ainda quadrinistas (Tardy, Hergé) fizeram dela objeto artístico dotado de um poder estético forte. A torre é “incansavelmente copiada, multiplicada, simulada [...] sob forma de uma infinidade de encantos e *souvenirs* ou de ornamentos excêntricos” (BARTHES, 1964, p. 70). O lado glorioso e científico do monumento apaga-se e a torre torna-se, para Roland Barthes, um “monumento total” visto ser “totalmente inútil” (BARTHES, 1964, p. 28). Ela se impõe como símbolo de Paris e como meio para perceber “a essência” da capital: “O cartão postal [...], o tinteiro, o porta-caneta, guardanapos que trazemos de Paris só têm seu valor parisiense integral se a torre Eiffel aparece gravado ou esculpido” (ROMY apud HAMY, 1980, p. 135).

Mas, o verdadeiro nascimento da torre Eiffel como lugar turístico incontornável começa somente nos anos 1960. Em 1963 ela recebe 2 milhões de visitantes. Em 1974 o recorde de 3 milhões é alcançado, já em 1984 o de 4 milhões, em 1989 o de 5 milhões e em

1998 o de 6 milhões. Em 1964 a torre é inscrita pela Comissão Superior dos Monumentos Históricos no inventário suplementar. Ela ganha uma nova certificação, um status que atrai ainda mais visitantes e lhe assegura não ser nunca demolida (GÉRARDOT, 2008).

A conclusão da pesquisa aponta que para implantar a atividade do turismo, construiu-se: (1) uma imagem quase mítica do monumento, (2) a classificação no inventário dos monumentos históricos, (3) a melhora da iluminação e (4) a organização de grandes eventos.

Ainda na França, de acordo com Lazzarotti (2011), atribui-se a invenção da expressão “patrimônio nacional” ao erudito François de Maisonrouge, em 4 de outubro de 1790. Foi igualmente o ponto de partida da instituição de um museu, oficialmente inaugurado em 18 de novembro de 1793, o *Musée de la République*. O patrimônio passa a não mais ser um bem privado, mas um bem comum a uma Nação emergente e, desta forma, aberto a todos os cidadãos. Françoise Choay (1996, p. 74) atribui a Aubin-Louis Millin (antiquarista e naturalista) a expressão “monumento histórico”. Sob esta apelação, declina-se um projeto de salvaguarda e de descrição de monumentos: a representação dos monumentos históricos se faz necessária, e suficiente, para suprir sua função historiográfica [...]. Resume-se, igualmente, as ideias correntes dos “antiquaristas”, definidos nesta época, segundo Lazzarotti, como “especialistas em Antiguidades”. Seguindo Lazzarotti (2011), a partir dos anos 1830 até metade do século XX, o debate sobre a memória orbita em torno dos monumentos. Estes são classificados em “históricos” e “naturais”. A palavra “monumento” é recente e, segundo este autor, apesar de incerta a sua ortografia, há uma raiz latina antiga: *mens*, que significa “o que faz pensar” e que retoma a “lembrança”, em particular de um morto.

Lemos (2006) lembra que classificações mais genéricas como Patrimônio Histórico, Artístico, também são correntes, estando também estas dentro de segmento de acervo muito maior, que é o de Patrimônio Cultural. É atribuído ao Varine-Boham, a abordagem desta problemática do Patrimônio Cultural de forma mais abrangente, tendo este dividido este segmento em três grandes categorias: (a) Elementos da natureza e meio ambiente: recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Exemplos: rios, árvores, animais, matéria-prima, clima, dentre outros; (b) Conhecimento, Técnicas, *Savoir-Faire*: os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural, compreendendo toda a capacidade de adaptação e sobrevivência; e o que seria a interação destas duas últimas categorias, (c) Bens Culturais: objetos, artefatos e construções obtidas através do meio ambiente e do *savoir-faire* (LEMOS, 2006).

De forma ainda mais clara, Bastos (2004) esclarece que este conceito de Patrimônio Cultural é relativamente recente e que incorpora além dos tradicionais Patrimônio Histórico e Artístico, o diversificado conjunto de bens culturais.

Devido ao recorte realizado para este capítulo, optou-se discutir Patrimônio, Patrimônio Mundial e Turismo, com vistas a dar suporte às discussões sob o viés do objetivo geral deste trabalho.

Na tentativa de aprofundar a discussão da relação patrimônio-turismo, faz-se necessário revisitar as definições de patrimônio, monumento e monumento histórico. Segundo Choay (1992), a noção de patrimônio vem do latim “*pater*”, o pai. Trata-se, em princípio, do que o pai transmite às gerações que lhe sucedem. A autora define mais claramente como uma diversidade de objetos, frutos dos trabalhos de todos os *savoir-faire* humanos [...] relativos a uma instituição e uma nacionalidade, afirmando que a expressão patrimônio designa uma espécie de fundo destinado ao prazer de uma comunidade expandida em dimensões planetárias e constituída pelo acúmulo contínuo de uma diversidade de objetos que serve de elo entre o presente e o passado: obras e obras-primas das Belas-Artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *know-how* humanos. Ainda com base em Choay (1992), o patrimônio histórico faz referência a uma instituição e a uma mentalidade. Em geral, o patrimônio histórico é o patrimônio construído. Trata-se de novas arquiteturas populares, urbanas e rurais; públicas e privadas; santuários e utilitárias. Podem ser também cidades inteiras ou bairros de cidades (a exemplo do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, inscrito na lista do Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco).

Castilho Ruiz (1996) define patrimônio como o conjunto de elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade.

O Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco (2012) nas suas guias de “Orientações para implementação do patrimônio mundial”, divide o patrimônio mundial em patrimônio cultural e patrimônio natural, definindo – os nos artigos 1 e 2 da Convenção do patrimônio mundial, as quais seguem:

Artigo 1

Ao final da presente Convenção são considerados como “patrimônio cultural”:

- Os monumentos: obras arquiteturais, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas com caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construção isoladas ou reunidas que, em razão da arquitetura, da unidade, ou da sua integração com a paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, com suas zonas próximas, os sítios arqueológicos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2

Ao final da presente Convenção são considerados como “patrimônio natural”:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas constituindo o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 2012, p. 14-15).

Comparando o texto da Convenção do Patrimônio Mundial com a Constituição Federal brasileira, percebe-se certa semelhança nas subdivisões e nas suas especificações.

No seu artigo 216, a Constituição Nacional diz que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013, p. 20).

De acordo com Choay (1992), a palavra “monumento” é originária da palavra latina “*monere*” que quer dizer advertir, lembrar. Trata-se de uma construção erigida voluntariamente por uma comunidade, com o objetivo de se lembrar e de marcar a memória das gerações futuras. A autora traz a origem latina da palavra monumento de *monumenta*, que interpela a memória. Por expansão, seria então todo o artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer rememorar outras gerações, com relação a eventos, a sacrifícios, a ritos ou a crenças. O monumento tem a ver com o seu modo de ação sobre a memória, pois ele relembra o passado fazendo-o vibrar à maneira do presente.

Lazarotti (2011) aponta a íntima ligação entre o patrimônio e monumento,

esclarecendo que a noção de patrimônio fala de memória, isto é, do presente e do passado. E, inspirando-se na geografia, diz que os monumentos são “lugares de memória”. Ilustrando esta ideia, cita Nora:

Estes lugares [...] seria necessário ouvi-los em todos os sentidos desta palavra, do mais material e concreto como os monumentos aos mortos e os arquivos nacionais, aos mais abstratos intelectualmente construídos como a noção de linhagem, de geração ou mesmo de região e de ‘homem de memória’ (NORA, 1984, p.7, apud LAZAROTTI, 2011, p. 15).

Até o século XIX o patrimônio histórico edificado e os monumentos históricos tinham o mesmo sentido. Todavia, hoje se distingue o patrimônio histórico edificado dos monumentos, dos monumentos históricos e dos conjuntos urbanos como diferenciados do patrimônio. E, a noção de monumento histórico, tal qual conhecemos hoje, liga-se a um lugar quando ele é considerado testemunho material de um evento ou de uma cultura passada. Esta noção aparece na França no momento da Revolução, mas é sobretudo a partir de 1837, com a criação da primeira comissão dos monumentos históricos, que ela se estabelece. A França então cria três categorias para monumentos históricos: a Antiguidade, os Edifícios Religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 1992).

Ainda segundo Choay (1992), a passagem da conservação abstrata (a exemplo de livros com iconografias gravadas) a uma conservação real, produziu-se na França no momento da Revolução em 1789 sob força de dois elementos históricos importantes: 1) a transferência à nação dos bens do Clero, da Coroa e dos emigrados; e 2) a destruição ideológica sofrida por estes bens durante 1792 (em particular sob o terror e o governo de Saúde Pública).

Foi neste contexto “destrutor” que fez emergir um raciocínio proporcional de defesa deste patrimônio, sobretudo do ponto de vista político. Os grandes desafios advindos: preservar, proteger, conservar, inventariar, definir as regras de gestão, classificar as diferentes categorias de bens, controlar estes bens e dar-lhes uma destinação. Assim surgem os museus, nesta ótica, servindo de instrução à nação.

Atualizando este contexto histórico, Lazzarotti (2011) afirma que a relação entre os fenômenos do patrimônio e do turismo, são fenômenos globais. De fato, para além do imediatismo do sentimento, eles colocam em causa as relações com os outros, através do turismo; e com o tempo, através do patrimônio.

Um dos principais objetivos da ciência, seria

revelar, se possível, as forças e os desafios econômicos, sociais e políticos que poderiam vir à tona da análise da subjetividade profunda; mostrando o que cada um faz e diz, tão normalmente que, ainda que faça e diga sem pensar, possa analisar – com distância – os jogos táticos e estratégicos daqueles que, em nome do patrimônio e do turismo, conduzem uns e outros à seguir, por vezes sem distingui-los plenamente, seus destinos (LAZZAROTTI, 2011, p. 8, tradução livre).

Ainda com base no autor supracitado (p. 15), “a questão da relação entre memória, singularidade e escrita do espaço habitado geográfico funda a problemática transversal da relação patrimônio e turismo” (Tradução Livre).

Apesar da sua importância, os estudos consagrados na relação do patrimônio e do turismo são pouco numerosos. Na França, segundo Lazzaroti (2010), dentro do mundo pedagógico, científico e da expertise nesta área, encontra-se um grande número de trabalhos nos quais “o turismo é uma das maneiras de valorizar o patrimônio” (p. 12). Mas, segundo este mesmo autor, o trabalho mais representativo sob a ótica da “inserção do patrimônio no turismo” é o de Valéry Patin (1997), que sustenta que a valorização do patrimônio pelo turismo dá lugar a uma expressão, a do “turismo patrimonial”. De um lado, o turismo é uma forma de valorização do patrimônio: “A compreensão do turismo como meio de valorização econômica do patrimônio é um fenômeno relativamente recente” (PATIN, 1997, p. 127, tradução livre). De outro, é necessário correr um risco. A grande dificuldade é conjugar os dois: “Em alguns casos, as degradações (destruições e furtos) ligados à carga excessiva e à má gestão, conduziram os responsáveis culturais a implementar procedimentos de salvaguardas” (PATIN, 1997, p. 31). O compromisso seria procurar nos princípios do desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável.

Os geógrafos abordaram esta relação do patrimônio com o turismo sob a perspectiva das suas relações com o espaço. Cita-se, como exemplo, Rémy Knafou (2000) mostrando que o tempo das sociedades vale no mínimo o mesmo tempo dos fenômenos físicos, traços da história.

Nesta relação de patrimônio e turismo, os patrimônios parecem desempenhar um papel fundamental no turismo internacional, sobretudo aqueles patrimônios mundiais da humanidade, pois este título internacional representa uma chancela que garante a excepcionalidade ou a monumentalidade do bem a ser visitado. De acordo com Morel

En último término, la declaración de bien de patrimonio de la humanidad crea una imagen a nivel mundial que atrae, que puede atraer una serie de

visitantes, crea una imagen que provoca curiosidad como mínimo y crea interés que puede ser científico o que puede ser puramente relacionado con el ocio (MOREL, 1996, p.84).

O título de Patrimônio da Humanidade outorgado pelo Comitê do Patrimônio Mundial prevê e estabelece formas de proteção que tentam garantir a continuidade das características atrativas dos bens protegidos. Logo, o turismo como beneficiário do Patrimônio Mundial, e de seus impactos, já era pensando na elaboração do documento em 1972 pela Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, cuja discussão fora no sentido de prever os riscos de degradação do Patrimônio da Humanidade em função do desenvolvimento turístico acelerado, o que pode ser visto no artigo 11, item 4, neste único ponto em que o texto se refere explicitamente ao Turismo (UNESCO, 1972).

Alguns autores se dedicam ao estudo do Turismo destacando esta atividade como elemento danoso (gerador de impactos negativos) aos sítios do Patrimônio Mundial, especificamente se for fundamentada em posturas desordenadas e mercantilistas (MOREL, 1996; PEIXOTO, 2002; RODRIGUES, 2003; SCIFONI, 2012).

Widmer (2007) contrapõe que este ponto de vista pode acabar negligenciando um outro lado da questão que é o da atividade turística não só como gerador de impactos, mas também como grande aliado da humanidade e do Patrimônio Mundial. Ainda segundo ela, o Turismo pode colaborar nesta aliança, dentre outras formas, pela reutilização, reaproveitamento de edificações para fins diversos, inserção profissional dos autóctones na atividade turística, realizando igualmente um trabalho de “letramento” cultural sobre aquele patrimônio. E ainda, o turismo pode se classificar como atividade capaz de atribuir função social a Patrimônio Mundial, por ter atrativos naturais e culturais como componentes regionais e assim, responder ao texto da Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que aponta para este outro lado, no seu artigo 5, item 1, ao estabelecer a necessidade de atribuir ao Patrimônio Mundial uma função na vida coletiva. Esta função social pode ser cumprida se o patrimônio, seus espaços e seus recursos naturais e culturais, forem utilizados e aproveitados racionalmente para o bem-estar social e com base no interesse coletivo (PINTO, 2003).

Neste contexto, os países e seus destinos promoveram uma verdadeira corrida à inscrição dos seus bens na lista de Patrimônio Mundial. Scifoni (2006) acredita que o maior motivador da disputa dos países em terem seus bens tombados, deve-se ao interesse pela exploração turística, visando o fator econômico.

Assim, alguns países conseguiram inscrever muitos bens nesta lista patrominial, em detrimento de outros que ainda tentam responder às exigências do processo de inscrição e de avaliação dos seus bens, gerando então uma distribuição desigual na relação bens tombados por estados membros. Por conta deste desequilíbrio na quantidade de bens inscritos na lista por países, a Unesco preocupou-se em estabelecer medidas concretas para reverter esta tendência. As discussões começaram em 1996, mas só em 2003 em resposta à acirrada disputa entre os países membros para a inclusão de bens dos seus respectivos países, o Comitê do Patrimônio Mundial limitou o número de inscrições para os países com muitos bens contemplados. Apesar desta corrida, há ainda 30 países membros que não têm bens inscritos nesta lista. Os dados Unesco (2014) dos Sítios Patrimônios Mundiais, indicam o número de bens inscritos como patrimônio mundial por ano e por região, assim como o total cumulativo (Quadro 1). É perceptível o rápido aumento de bens inscritos, manifestando grande interesse por parte dos países membros, já que são estes que devem iniciar o processo submetendo à análise os seus bens.

No quadro1, a seguir, é possível perceber que a Europa e América do Norte detêm quase a metade de todos os bens inscritos mundialmente, tendo em todos os anos desde 1978, mais bens aprovados.

Na primeira década, com a inscrição de 312 bens, constata-se ter sido o período de 1978-1988 aquele com o maior número de inscrições, tendo as décadas subsequentes um número levemente menor, ajudando a conter a subida quase exponencial do total de bens inscritos no mundo. Mesmo assim, em 2014 a lista de bens inscritos como Patrimônio Mundial chega a 1007.

Ano	Número de bens inscritos	Europa e América do Norte	Ásia e Pacífico	América Latina e Caribe	Países árabes	África	Total (cumulativo)
1978	12	7	0	2	0	3	12
1979	45	25	5	2	9	4	57
1980	27	10	3	3	4	7	84
1981	26	11	5	3	2	5	110
1982	24	3	5	4	9	3	134
1983	29	18	4	5	0	2	163
1984	22	10	3	2	4	3	185
1985	30	14	5	4	6	1	215

Ano	Número de bens inscritos	Europa e América do Norte	Ásia e Pacífico	América Latina e Caribe	Países árabes	África	Total (cumulativo)
1978	12	7	0	2	0	3	12
1979	45	25	5	2	9	4	57
1980	27	10	3	3	4	7	84
1981	26	11	5	3	2	5	110
1982	24	3	5	4	9	3	134
1983	29	18	4	5	0	2	163
1984	22	10	3	2	4	3	185
1985	30	14	5	4	6	1	215
1986	29	17	5	2	3	2	244
1987	41	17	11	9	2	2	285
1988	27	12	5	4	3	3	312
1989	7	3	1	0	1	2	319
1990	16	8	4	3	0	1	335
1991	22	8	9	3	0	2	357
1992	20	12	6	1	1	0	377
1993	33	16	10	6	1	0	410
1994	20	15	7	4	1	2	439
1995	29	18	6	5	0	0	468
1996	37	25	5	3	2	2	505
1997	46	25	10	6	3	2	551
1998	30	21	5	3	1	0	581
1999	48	22	10	12	0	4	629
2000	61	34	11	12	1	3	690
2001	31	19	3	4	1	4	721
2002	9	4	2	2	1	0	730
2003	24	8	8	3	2	3	754
2004	34	16	11	2	2	3	788
2005	24	11	5	4	2	2	812
2006	18	5	3	3	2	5	830
2007	22	9	7	1	1	4	851
2008	27	12	8	3	2	2	878
2009	13	6	4	1	0	2	890
2010	21	5	12	3	1	0	911
2011	25	7	7	3	4	4	936
2012	26	10	8	1	3	4	962
2013	19	7	8	1	1	2	981
2014	26	10	10	2	3	1	1007

Quadro 1: Sítios Patrimônios Mundiais da Unesco, por ano de tombamento e região

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de Unesco (2014).

Na subdivisão em 5 regiões feita pela Unesco, sendo África, Países Árabes, Ásia e Pacífico, Europa e América do Norte, América Latina e Caribe, vê-se o número superior de

bens tombados nos países da Europa e América do Norte, não apenas no número de bens (479 bens, representando 48% do total mundial) , mas igualmente na distribuição entre os países membros desta região (50) (Quadro 2).

Regiões	Bens Culturais	Bens Naturais	Bens Mistos	Total	%	Estados membros com bens inscritos
África	48	37	4	89	9%	33
Países Árabes	71	4	2	77	8%	18
Ásia e Pacífico	161	59	11	231*	23%	34
Europa e Américado Norte	408	61	10	479*	48%	50
América Latina e Caribe	92	36	3	131	13%	26
Total	780	197	30	1007	100%	161

Quadro 2: Sítios Patrimônios Mundiais da Unesco, por tipo e região

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de Unesco (2014)

* O bem “Uvs Nuur Basin”(Mongólia, Federação Russa) é um sitio transnacional, situado na Europa e na Ásia/Pacífico. Aqui foi contabilizado na Ásia/Pacífico.

Na tentativa de visualizar a distribuição/concentração destes bens inscritos, observa-se na figura 4, a concentração no hemisfério norte e Ásia e Pacífico. Dos 1007 bens inscritos, dos quais 31 são transfronteiriços, os bens representados em vermelho (46) integram a lista de risco; os representados em amarelo (779) são os bens culturais, a maioria dos bens; os representados em verde (197) são os bens naturais e os bicolores (31) são os bens mistos, naturais e culturais. Ao todo são 161 países membros.



Figura 2: Sítios Patrimônios Mundiais da Unesco, com destaque para o Centro Histórico de São Luís, Brasil

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de Unesco (2014)

Deste total de 161 países com bens inscritos, vê-se no quadro 3 os 15 países com o maior número de bens inscritos, dentre eles o Brasil, com 19, a mesma quantidade da Austrália.

Posição	Países (ordenados de acordo com a quantidade de bens tombados)	Número de bens tombados
1	Itália	50
2	China	47
3	Espanha	44
4	França	39
	Alemanha	
5	México	32
	Índia	
6	Reino Unido e Irlanda do Norte	28
7	Rússia	26
8	Estados Unidos	22
9	Brasil	19
	Austrália	
10	Canadá	17
	Irã	

Quadro 3: Países com maior número de bens tombados
Fonte: Organizado pelo autor, a partir de Unesco (2014)

Os valores de monumentalidade e excepcionalidade para os bens naturais e autenticidade para os bens culturais formaram a base para os critérios estabelecidos pela Unesco em 1977 no reconhecimento de bens e áreas como patrimônio da humanidade. Em 1994 estes critérios foram revisitados e foram reconhecidas outras formas de manifestações culturais e de expressar o patrimônio. Diversos países almejam constar na lista da Unesco visto tornarem-se um símbolo internacional, fator de atração no turismo internacional (Unesco, 2014).

Vê-se no quadro 4, resultado da 21^a sessão do Comitê do patrimônio mundial ocorrida em Nápoles, na Itália, de 1 a 6 de dezembro de 1997, que inscreveu o Centro Histórico de São Luís (Cultural) na Lista do Patrimônio Mundial, juntamente com mais 45 novos sítios: 7 sítios naturais, 37 sítios culturais e 1 misto. Neste ano, o número total de inscritos aumentou para 552, (418 culturais, 114 naturais e 20 mistos), e 4 novos países fazem parte pela primeira vez

desta lista: Dominica, Estônia, Kênia e Letônia.

De 1997, ano da inscrição do Centro Histórico de São Luís na 21ª sessão do Comitê do Patrimônio Histórico da Unesco, a 2014, ano da 38ª sessão em Doha, Catar (15-25 junho), percebe-se um aumento de quase 100%, chegando a 1.007 bens inscritos, dentre eles 779 culturais, 197 naturais e 31 mistos, em 161 países.

PAÍSES	TIPO / BEM INSCRITO
	NATURAL
Canadá	As ilhas Heard e McDonald; Ilha Macquarie
Bangladesh	Os Sundarbans (Floresta de mangues)
Costa Rica	Parque Nacional da Ilha Cocos
Dominica	Parque Nacional de Morne Trois Pitons
Kênia	Parques nacionais de Sibiloí Ilha Central; Parque nacional / Floresta natural do Monte Kenya
	CULTURAL
Áustria	Paisagem cultural de Hallstatt Dachstein /Salzkammergut
Brasil	Centro histórico de São Luís ²
China	Cidade histórica de Ping Yao; Jardins clássicos de Suzhou Cidade histórica de Lijiang
Croácia	Conjunto episcopal da basílica eufrasiana no centro histórico de Porec Cidade histórica de Trogir
Cuba	Castelo de San Pedro de la Roca, Santiago de Cuba
Espanha	As Médulas;Palácio da música catalã e hospital de Sant Pau, Barcelona Monastérios de San Millán de Yuso e de Suso
Estônia	Centro histórico (Cidade antiga) de Tallin
França	Cidade fortificada histórica de Carcassonne
Itália	O Palácio real do século XVIII de Caserte com o parquet, o aqueduto Vanvitelli e o conjunto de San Leucio; As residências das Savoie; O jardim botânico (Orto botanico), Pádua; Catedral, Torre Cívica e a Praça Grande, Módena; Zonas arqueológicas de Pompéia e Herculano e Torre Annunziata; Cidade romana do Casale; Su Nuraxi de Barumini; Portovenere, Cinque Terre e as ilhas; A costa amalfitana; Zona arqueológica de Adrigente
Letônia	Centro histórico de Riga
Marrocos	Sítio arqueológico de Volubilis; A Médina de Tétouan (antiga Titawin)
México	Asilo Cabañas, Guadalajara
Nepal	Lumbini, lugar de nascimento de Buda
Paquistão	Forte de Rohtas

² O Centro Histórico de São Luís, data do final do século XVII, fundada pelos franceses e ocupada pelos holandeses antes de passar à dominação portuguesa, preservou o conjunto de origem das suas ruas com quadras retangulares. Em razão de um período de estagnação econômica no início do século XX, um número excepcional de prédios históricos de grande qualidade foram conservados, fazendo de São Luís um exemplo excepcional de cidade colonial ibérica. Fonte: (<http://whc.unesco.org/fr/actualites/180>)

Continua...

Panamá	Bairro histórico do Panamá com o Salón Bolívar
Países-Baixos	Rede dos moinhos de Kinderdijk-Elshout; Zona histórica de Willemstad, centro da cidade e porto
Polônia	Cidade medieval de Torun; Castelo da Ordem teutônica de Malbork
República da Coréia	Conjunto do palácio de Ch'angdokkung
	Fortalez de Hwasong
Reino Unido	Maritime Greenwich
Tunísia	Dougga/Thugga
MISTO	
França – Espanha	Pirineus – Mont Perdu

Quadro 4: Bens tombados na 21ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1997

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de Unesco (2014)

O Brasil conta atualmente com dezenove bens inscritos na Lista do patrimônio mundial da Unesco, sendo doze na categoria patrimônio cultural e sete como patrimônio natural. No quadro 5 listam-se os patrimônios brasileiros e suas respectivas datas de inscrição.

Bens inscritos na Lista do patrimônio mundial da Unesco no Brasil	
Patrimônio Cultural	Brasília (1987)
	Centro histórico de Olinda (1982)
	Centro histórico de Diamantina (1999)
	Centro histórico da cidade de Goiás (2001)
	Centro histórico de Salvador, Bahia (1985)
	Centro histórico de São Luís (1997)
	Missões jesuítas dos Guaranis: Santo Inácio Mini, Santa Ana, Nossa Senhora de Loreto e Santa Maria Mayor (Argentina), ruínas de São Miguel das Missões (Brasil) (1983)
	Parque Nacional Serra da Capivara (1991)
	Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão (2010)
	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (2012)
	Santuário do Bom Jesus, Congonhas (1985)
	Cidade histórica de Ouro Preto (1980)
Patrimônio Natural	Área de conservação do Pantanal (2000)
	Áreas protegidas do Cerrado: Parques nacionais Chapada dos Veadeiros e Emas (2001)
	Complexo de preservação da Amazônia central (2000)
	Costa da descoberta: reservas da floresta atlântica (1999)
	Floresta atlântica: reservas do sudoeste (1999)
	Ilhas atlânticas brasileiras: as Reservas de Fernando de Noronha e do Atol das Rocas (2001)
	Parque nacional do Iguaçu (1986)

Quadro 5: Bens inscritos na Lista do patrimônio mundial da Unesco no Brasil

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de Unesco (2014)

As inscrições dos bens na lista do patrimônio mundial da Unesco é de iniciativa dos países onde os mesmos se situam, cabendo decisão final do Comitê do Patrimônio Mundial, órgão composto por 21 representantes de estados membros, com eleições bianuais.³

Em São Luís, a delimitação da área inscrita na lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, e delimitação geográfica desta pesquisa, encontra-se nesta figura 3, de uso do INCID⁴:

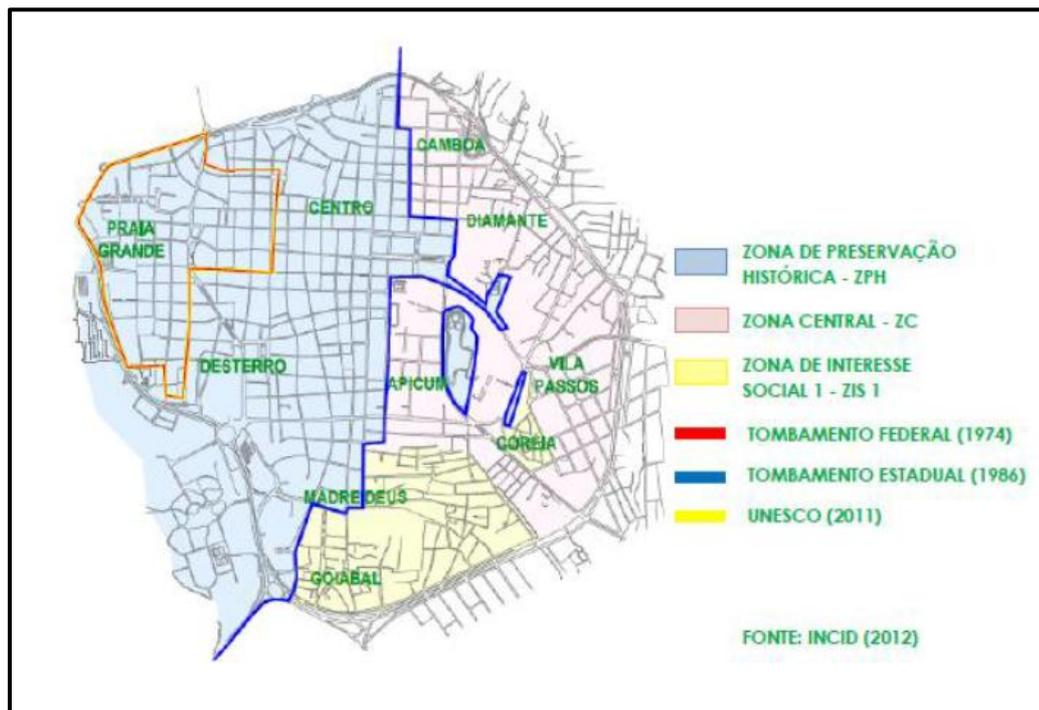


Figura 3: Delimitação da área inscrita pela Unesco, São Luís, Brasil
Fonte: INCID (2012)

Percebe-se que a zona de preservação histórica é mais extensa, compreendendo a maior parte da zona central da cidade e abrangendo diversos bairros. A zona de tombamento federal coincide totalmente com a área de tombamento da Unesco, que está sobre o bairro fundador da cidade. É importante notar as iniciativas de políticas públicas voltadas para as questões sociais na área e a criação de uma Zona de Interesse Social nesta região central.

Sabe-se que a iniciativa para a inscrição de um bem na Lista de Patrimônio Mundial parte de uma iniciativa local com um processo composto por várias etapas, sendo uma delas

³ Mesmo sendo eleitos para mandatos de seis anos, muitos países decidem voluntariamente reduzir este mandato para quatro, com o objetivo de possibilitar a participação de mais países. Fonte: (<http://whc.unesco.org/fr/comite/>)

⁴ INCID – Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural da Prefeitura de São Luís.

prova do seu valor universal e a integridade.

Este reconhecimento passa por um rigoroso procedimento para a comprovação do seu valor universal e das condições de integralidade, processo no qual o proponente deve submeter juntamente um plano de gestão para a área e uma proteção jurídica adequada às leis do país. O pedido percorre várias instâncias até chegar ao centro do Patrimônio Mundial, onde há a deliberação final. Neste momento, o Conselho Internacional de Monumento e Sítios (Icomos) e a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (UICN) verificam se a proposição está completa e avaliam tecnicamente a condição de valor universal do bem, ouvidas as opiniões dos pareceristas, o Comitê do Patrimônio Mundial delibera ou não pela inclusão na lista.

2.2 Turismo Cultural, Patrimonialização e Imagem

Trazendo outros discursos para a reflexão, Cousin (2006) afirma ser uma invenção das instituições internacionais o termo “turismo cultural”. Isto porque depois dos anos sessenta, a Unesco, o Icomos e a Organização Mundial do Turismo (OMT) preocupam-se com o turismo e com as interações com as populações locais, suas culturas e suas identidades. Estas instituições estão, juntamente com o Conselho da Europa, na origem da invenção da “doutrina do turismo cultural” (COUSIN, 2006, p. 155, tradução livre) como do “bom turismo” – bom para os turistas, para as populações, para a economia e para as culturas – em oposição ao “mal”, o turismo de massa. Esta doutrina editada nos anos sessenta acompanhou a evolução dos dogmas econômicos, a transformação da noção institucional de cultura, a ampliação do conceito de patrimônio e o advento da “mobilidade” como valor supremo. O turismo cultural despertou grande interesse nos destinos porque lhes permitia valorizar comercialmente uma “identidade”, isto é, uma imagem dos seus territórios, imagem essa elaborada graças a “consultores em identidade” que se apresentavam muitas vezes como etnólogos (COUSIN, 2006, p. 156, tradução livre). Neste contexto, o turismo cultural pode ser definido igualmente como uma “oferta”, e mais particularmente uma oferta cultural pagante, ligada ao patrimônio histórico edificado. Vê-se a lógica das obras e construções valorizadas turisticamente pelo patrimônio cultural, mesmo se nelas os “produtos de turismo cultural” designam muitas vezes circuitos para grupos, a única coisa rentável para os viajantes.

É importante retomar um ponto lembrado por Cousin (2006) que desde 1954 a ONU e as instituições internacionais consideram “turista” aquele(a) que atravessa uma fronteira ou, no caso de turismo doméstico, esta definição está ligada ao fato de passar ao menos uma noite

fora do seu domicílio. Esta especificação, ligada à atividade turística, não convém ao turismo cultural, visto que ela exclui o que justamente define este “segmento”: o caráter “cultural”.

O turismo cultural no Brasil tem fortes ligações com a França. Segundo Pereira (2012), o Brasil solicitou e recebeu missões de assistência técnica para o turismo cultural em 1964, de Paul Coremans, mas abordou o tema de modo preliminar. Entre 1965-1966, a vinda de Michel Parent foi financiada pelo Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas e a sua escolha justificada pela experiência no *Service des monuments historiques* francês. Seu relatório *Protection et mise en valeur du développement touristique et économique* (PARENT, 1968) foi elaborado após duas missões ao Brasil, de novembro de 1966 a janeiro de 1967, e de março a junho de 1967.

Neste relatório, Parent (1968) caracterizou o turismo cultural como uma “oportunidade excepcional” para o Brasil, que poderia ser beneficiado pelo movimento turístico e pela facilidade de viajar que se estenderia a um número maior de pessoas. O apelo do turismo brasileiro não seria pelo “estranho”, e sim pela “similitude” da arquitetura e pela respectiva “familiaridade”. Esta atenção ao mistério, ao inusitado, ao encantamento, ao sugestivo e à imaginação do turista, foi destacado por Parent como um atrativo de países como o México e o Peru (PEREIRA, 2012, p. 94).

Para Parent (1968), a arquitetura impunha um ritmo ao espaço e à vida do homem em seu cotidiano e trabalho e deveria, também, dar esse ritmo à festa. Ela seria “a busca de uma síntese entre o monumento e a vida. Os monumentos fariam parte da teatralização da vida brasileira” e da junção entre a cultura contemporânea e os elementos de uma vida tradicional (PARENT, 1968, p. 14).

As cidades de arte: Salvador, São Luís, Ouro Preto, Parati, Olinda e Alcântara, foram as que receberam a maior atenção de Parent (1968) em seu relatório, além de terem recebido outras missões para projetos específicos. Destaca-se então a importância dos estudos sobre o patrimônio nestas cidades, em especial, São Luís.

De forma mais concreta, partindo de definições sobre o turismo cultural, percebe-se que a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1985, publica duas definições, sendo a primeira categorizada e mais “justa” e a segunda “mais ampla”:

Os movimentos de pessoas tendo motivações essencialmente culturais, tais quais as viagens de estudo, as turnês artísticas e as viagens culturais, os deslocamentos feitos para assistir a festivais ou outras manifestações culturais, a visita de lugares e de monumentos, as viagens tendo por fim a descoberta da natureza, o estudo do folclore ou da arte e as peregrinações.
O conjunto dos movimentos de pessoas que satisfazem a necessidade

inerente à natureza humana e tendem a elevar o nível cultural do homem trazendo-lhe a ocasião de novos conhecimentos, experiências e encontros. (OMT, 1985 *apud* RICHARDS, 1996, p. 23, tradução livre)

A Comissão europeia e a Associação para a Educação em Turismo e Lazer (*Association for Tourism and Leisure Education, ATLAS*), utilizam igualmente duas definições, sendo a primeira mais ligada ao cultural e a segunda aos aspectos técnicos:

O movimento de pessoas para as atrações culturais estabelecidas longe dos seus lugares de residência habitual, para viver novas experiências e adquirir novos conhecimentos, em busca da satisfação das suas necessidades culturais;

Os deslocamentos de pessoas para as atrações culturais específicas, como os sítios patrimoniais, as atrações artísticas, culturais ou teatrais estabelecidas longe dos seus lugares de residência habitual (RICHARDS, 1996, p.24, tradução livre).

Mais uma definição para turismo cultural traz a motivação única da viagem, que é a cultura, servindo esta determinante para a escolha do destino (o turista escolhe um destino em função das suas atrações culturais), que inspira as escolhas (turistas que visitam os altos lugares da cultura) e que serve como atrativo (turistas que preveem participar de atividades culturais e visitar sítios culturais durante sua viagem) (BYWATER, 1993).

Há ainda a definição de turismo cultural por outros países, trazendo pontos de vista particulares. Na Austrália, um viajante do turismo cultural é uma pessoa cuja estada está a mais de 40 quilômetros do seu domicílio, durante ao menos uma noite e que visita um sítio cultural (galeria de artes, museu, jardim zoológico, parque náutico, jardim botânico, biblioteca, concerto de músicas, outras artes de cena, cinema) (AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS, 1997). No Canadá, “considera-se uma pessoa dentro do turismo cultural quando a sua participação em uma atividade cultural ou patrimonial desempenha papel importante na decisão de viajar” (COMMISSION CANADIENNE DU TOURISM, *Faire fructifier les atouts*, 1999, p.2), subdividindo em: (1) apaixonado: que participa de múltiplas atividades específicas; (2) adepto: que participa ocasionalmente ou frequentemente de ao menos uma atividade; e (3) minimalista: que está menos susceptível a participar de atividades culturais ou de lazer, mas que fez uma viagem em meio urbano.

No Québec, o turismo cultural

aproveita-se do mosaico constituído pelas tradições, as artes e o aporte estético e intelectual de uma sociedade. Ele desperta a imaginação criadora da comunidade, das artes e das letras; ele depende do espírito de aventura de uma população e da sua capacidade em dividir sua cultura com os seus visitantes” (CANADÁ, 2006, tradução livre).

Segundo o Ministério do Turismo do Canadá, o turismo cultural possui tantas definições quanto autores que se dedicam sobre a questão. A definição acolhida pelo Ministério do Turismo se aproxima desta do Ministério da Cultura que coloca o turismo cultural no

mosaico dos lugares, das tradições, das manifestações artísticas, das celebrações e das experiências que representam uma nação e os seus habitantes culturais, refletindo a diversidade e suas características. Profundamente cultural estas experiências podem ser estéticas, intelectuais, emocionais e psicológicas (CANADÁ, 2006, tradução livre).

De forma mais simples, o turismo cultural pode ser definido como um contato mais ou menos intenso durante uma viagem, com a personalidade de uma coletividade e duas diferentes formas de expressão. Este turismo faz referência à imaginação criadora dos indivíduos, à abertura e ao sentido de aventura; a atividade do turismo cultural encontra-se na qualidade das relações que se estabelecem entre o visitante e o atrativo cultural, e, no desejo dos dois de dividir (CANADÁ, 2007).

A *Comission Canadienne du Tourism* (1999) define o turismo cultural como sendo “feito de experiências vividas por turistas em busca de enriquecimento pessoal e de autenticidade dos lugares que visitam”. O *Cultural Resources Planning and Management Inc.* considera que o turismo cultural é feito por “visitas motivadas, ao todo ou em parte, pelo apelo de uma coletividade (ou região, grupo, instituição) que oferece atrativos históricos, artísticos, científicos, patrimoniais ou ligados ao modo de vida. Os visitantes provêm do exterior da coletividade”.

Queirós (2014, p.115) define turismo cultural como uma atividade produtiva orgânica do turismo, constituída por uma gama de produtos turísticos que incorporam, ao nível da concepção, organização, promoção e consumo, conteúdos e matérias dos domínios da cultura e da cultura científica, em particular da museologia e das ciências do património, mas ajustados à dinâmica e aos objetivos da economia do turismo, no quadro da gestão das suas cadeias de valor.

Neste contexto, o Centro Histórico de São Luís poderia ser ainda melhor promovido, integrando de forma sustentável o seu património à atividade turística.

Pois, a ‘homogeneidade urbana’ de São Luís foi devida “ao seu declínio coincidir com o surgimento da era industrial”. A cidade, “com características portuguesas muito acentuadas”, justificava “sua originalidade à quantidade de residências de boa qualidade, cujas fachadas são cobertas de azulejos.” No entanto, de acordo com Parent, “o principal

trunfo do Maranhão” era Alcântara, “a Pompéia ou a Herculano brasileira”, que possuía “o mistério da cidade ideal”, mas que estava “esquecida”, “adormecida” vivendo sob o efeito de “algum cataclismo telúrico, que teria ao mesmo tempo, arruinado e preservado uma cidade do século XVIII intacta de qualquer modificação ou expansão posterior.” Além do seu estado de conservação, destacou a “beleza pura e tranquila” de seu sítio, que considerou “um cenário suficientemente amplo e livre para que a realização de manifestações artísticas possa reunir um grande público sem perturbar, de forma alguma, a vida cotidiana, mas trazendo-lhe evidente prosperidade comercial” (PARENT, 1968, p.70,72, 74-77).

A percepção ambiental é um contínuo dos seguintes processos: percepção propriamente dita, cognição e avaliação. Nunca esquecendo que “toda percepção inclui julgamentos” (RAPOPORT, 1982, p. 51). Portanto, a percepção ambiental é definida pelo que cada indivíduo vê (realidade), pelo que conhece (experiência) e pelo que espera (expectativas).

A paisagem urbana é composta simultaneamente pela: i) configuração natural do sítio geográfico, com o relevo, a hidrografia, a topografia, etc.; e ii) configuração da paisagem edificada, compreendendo a arborização, a arquitetura, os monumentos, os marcos visuais, os parques, os jardins, as praças, etc. Sabe-se que a paisagem natural tem a sua vitalidade alterada mas não suprimida e a paisagem planejada ou cultural reflete um valor estético sobre a natureza e um valor cultural através do espaço construído e das tradições da sociedade. Estas paisagens urbanas influenciam a percepção dos observadores e, portanto, tornam-se importantes atrativos turísticos. Eis a razão do interesse da paisagem urbana para o turismo.

A atratividade dos territórios requer atenção dos pesquisadores dentro do Turismo. Gagnon (2011) nos lembra que um lugar atrativo não é somente composto pela natureza, nem pela cultura. Explica ainda que a atratividade é tecida por vários fios, dentre eles um de natureza de valor identitário. Segundo ele, quando somos atraídos por uma paisagem, o espetáculo que nos atrai, que nos chama a atenção, foi de fato tecido por outra coisa além dos dados naturais e culturais que ela contém. Ela nos atrai, por exemplo, quando algo além dos seus conteúdos tangíveis nos foi despertado. É um “algo além”, uma representação simbólica, uma imagem.

Buscando então melhorar a atratividade, visando a competitividade do mercado, muitos destinos começaram uma grande corrida em busca da “patrimonialização”. No entanto, este processo complexo e com desdobramentos futuros, já é sentido em cidades-patrimônio no mundo, particularmente em São Luís, Brasil. Um dos grandes problemas é o

engessamento das suas mudanças⁵, inclusive urbanas, para responder às necessidades do mundo moderno.

Inevitavelmente, a patrimonialização de um lugar produz lacunas e esquecimentos; consequência das condições políticas e sociais que presidiram a sua implementação. A patrimonialização visa ‘naturalizar’ para fixar uma imagem de ‘santuário’. As relações com a morte e com o sagrado têm um lugar importante na ideologia patrimonial. Assim, a patrimonialização de um lugar desperta uma “magia social”. Buscando uma singularidade, a cidade acaba sendo imobilizada. (LAZZAROTTI, 2011, p. 269, tradução livre)

Lazzarotti, tratando da geografia do turismo, afirma que “é com o tombamento de um lugar como patrimônio que há a guarda da sua singularidade”. Segundo o autor, este processo se desenvolve a partir de dois argumentos:

- 1) A valorização do solo, quando se descreve o que se vê do lugar e o que se pode considerar da sua paisagem;
- 2) O passado, a partir da história única do lugar e da sua importância neste contexto.

Observa-se que não se deve “inventar” a singularidade do lugar, esta deve ser cuidadosamente “construída e renovada”, evitando a sua banalização. A relação entre patrimônio e turismo constitui uma geografia (LAZZAROTTI, 2011, p. 269-271, tradução livre 2009). De forma pontual, o autor observa a complementaridade entre patrimônio e turismo nas características de cada um, conforme apresentado no quadro 6.

PATRIMÔNIO	TURISMO
Nomeia	Prática e vê
Mostra	Traça
Estabiliza	Movimenta
Organização e materialização	Organização e leitura
Escrita da história da vida dos homens	Escrita e leitura da história da vida dos homens

Quadro 6: Características de complementaridade entre Patrimônio e Turismo

Fonte: Organizado pelo autor a partir de LAZZAROTTI, 2011.

O patrimônio é herdeiro do monumento e, assim sendo, considera e se inscreve no

⁵ EQUINOX é um projeto de atelier de criação entre a universidade de Paris-Est-Marne-la-Vallée (UPEMLV), com 39 alunos do mestrado de engenharia urbana e a UEMA – Universidade do estado do Maranhão em São Luís, com alunos e docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo. “O Centro Histórico de São Luís, apesar de ser um sítio histórico reconhecido nacional e mundialmente, sofre um processo de abandono e de desafetação econômica. No entanto, estes problemas não vêm sendo tratados como pertencentes à cidade, pois as principais ações empreendidas estão mais centradas nos aspectos monumentais e arquitetônicos, visto que desconsideram as diversas dimensões do espaço urbano”. EQUINOX, 2009, p.15.

espaço e a cultura. Já o turismo é um deslocamento, isto é, “um caso particular de uma mobilidade geográfica”. Portanto, o turismo convida à leitura do verbal e não-verbal durante a sua atividade e compreende bem mais do que a leitura de paisagens. Como aponta Lazzarotti (2011, p. 271), “a presença e os gestos do corpo não são anedóticos. Eles são constitutivos do turismo. Visitar um lugar é estar lá”.

A motivação para os deslocamentos turísticos passa certamente pela imagem do destino, sendo esta apontada como fator decisivo na escolha de uma viagem, dentre as inúmeras opções que concorrem atualmente (Echtner; Ritchie, 1991; Haider; Kotler; Rein, 1994; Acerenza, 2002; Bignami, 2002; Leal, 2002; Gallarza; Garcia; Saura, 2002; Ryglova; Turcinkova, 2004; Soares, 2006; Chagas, 2008;). O estudo da imagem é complexo sobretudo por sua característica intangível e subjetiva, persuadindo o consumidor a vir até o produto, e não o contrário (GALLARZA; GARCIA; SAURA, 2002).

A crítica feita ao Turismo de *sight-seeing* feita por Burgelin nos anos 60 do século XX na França, traz alguns pontos para reflexão. O autor afirma que o turista é atraído não pelos produtos de um destino, mas pelas imagens destes produtos, reduzindo assim o produto à uma imagem. E é justamente através de fotografias, de cartões postais, de guias de naturezas diversas, de sites, etc., que o turista (re)conhece o destino pretendido. Estas imagens precisam estimulá-los ao deslocamento turístico.

Vale ressaltar que com a grande concorrência dos destinos turísticos nacionais e internacionais, o desafio da competitividade tem ocupado um grau de prioridade nas ações de gestão. Nesta luta, muitos destinos têm (re)construído a sua história, em busca da aproximação e da autenticidade da imagem esperada pelos turistas, como diz Morin (1965, p. 223):

para satisfazer o turista, o país visitado é conduzido a reconstituir artificialmente seu perfil arqueológico. A grande parte dos monumentos está restaurada. Constroem-se, ininterruptamente, novas ruínas em Pompeia. Em alguns anos, o Parthenon será inteiramente reconstruído. Um fabuloso trabalho ressuscita igrejas romanas e góticas. Por todos os lugares limpa-se, recupera-se, restaura-se para dar uma satisfação ao mito turístico.

Na verdade esta (re)construção não atinge apenas as ruínas, mas o embelezamento de ritos antigos, modificados e desenvolvidos nas festas para o “espetacular”, afim de agradar os turistas. Neste sentido, a preocupação do turismo como ameaça às tradições é lembrada por Boorstin ainda nos anos sessenta do século passado, informando que o nascimento do comércio turístico desencadeou a existência de um fenômeno recente: a pura e simples “atração turística”.

Para satisfazer as exigências de agentes turísticos e viajantes, em todos os lugares, as pessoas se tornam infieis cópias delas mesmas. Para responder às demandas, na alta estação e nas horas mais convenientes, eles parodiam seus ritos os mais solenes, suas festas religiosas e populares, para o prazer dos turistas (BOORSTIN, 1961, p. 136).

Desta forma, o que está para ser visto pelos turistas, diante do objetivo de satisfazê-los, torna-se algo absolutamente turístico.

Segundo Burgelin (1967) o termo imagem não implica de forma alguma que o objeto seja reduzido às suas propriedades óticas e plásticas, mas somente às suas propriedades simbólicas. Caçador de imagens, o turista não tem, de acordo com a teoria do *sight-seeing*, nenhum trabalho para assimilar ou analisar visualmente o produto turístico, ele não o descobre, não o decifra, nem mesmo o lê como um livro; ele o reconhece como um sinal e, por assim dizer, sem vê-lo.

Considerando a atividade turística e o perfil do “turista cultural”, a crítica apresentada por Burgelin (1967) aponta para uma inadequação do turismo de *sight-seeing* aos destinos-patrimônio e aos grupos de turismo cultural. No Estado do Maranhão, alguns folders sugerem roteiros turísticos de uma semana, nos quais é recomendado apenas um dia para capital e o restante da semana entre os Lençóis Maranhenses e os atrativos do sul do estado. A capital abriga o Centro Histórico tombado pela Unesco. E, os roteiros de turismo cultural comercializados na cidade (2 apenas), são feitos em poucas horas, 1 em torno de 2 horas e o outro em torno de 3 horas. O que pode significar aos turistas, além de uma desvalorização “oficial” do atrativo histórico, uma indicação ao tipo de turismo de *sight-seeing*, tão criticado por Burgelin já naquela época.

Ainda com base no turismo de *sight-seeing*, Morin (1965) afirma que o turismo responde também a uma necessidade profunda, aquele desejo da “viagem ao além”, metáfora da rica vida interior do universo dos sonhos. E que, numa ótica mais “ortodoxa” do *sight-seeing*, é o universo da imagem, sendo ou não sendo aquele do sonho, que se apresenta sem profundidade: este universo da imagem seria apenas o simples reflexo de uma visão socializada, consciente e pobre.

Evidentemente que a atividade turística no Centro Histórico de São Luís não poderia encontrar apenas nos ajustes da sua imagem a solução para os seus problemas. “Claro que o ato turístico não é a pura e simples implementação de um significado”, acrescenta Francastel (1960, p. 284), é um “saber intelectualizado”, portanto é necessário que este saber seja acordado, que ele entre em sintonia com um significante, isto é, com uma imagem. Se esta associação acontecer já no simples ato do “reconhecimento” dos turistas diante da imagem

impressa do destino, como em folders, fotografias etc., houve então a materialização pela imagem.

Encontra eco nos resultados da pesquisa conduzida por Burgelin (1967), onde os entrevistados afirmaram que as paisagens, os monumentos, as obras de arte não eram os principais objetivos de férias; no entanto, eles foram apontados como objetivos possíveis. Eles manifestaram o desejo de construir com o destino turístico uma outra relação, diferente do *sight-seeing*, do simples “reconhecimento”, descrito por Francastel. Ainda segundo este autor, “ver” em oposição a “reconhecer” é manifestamente “olhar com atenção e método, exercer certo trabalho de ordem por vezes visual e intelectual”. Este “ver” laborioso e metódico não é uma “relação de trabalho, é uma relação natural, uma simbiose”.

Esta vontade de viver e experimentar os hábitos quotidianos dos habitantes dos destinos turísticos, encontra ressonância na crítica de Roland Barthes ao *Guide bleu*⁶, afirmando que o guia estava desatualizado em relação aos interesses reais da burguesia moderna em viagem turística:

É incontestável que a viagem tenha se tornado (ou voltado a ser) uma via de aproximação humana e não mais “cultural”: são novamente (talvez como no século XV) os hábitos e modos de vida nas suas formas quotidianas que são hoje objeto capital do turismo; e são a geografia humana, o urbanismo, a sociologia e a economia que põem atualmente as verdadeiras questões profanas” (BARTHES, 1964, p. 138).

Há uma oposição clara entre estas duas práticas: de um lado o *sight-seeing*, a visita sistemática e dentro de um ritmo próprio dos museus, dos monumentos e sítios históricos, muitas vezes com um guia de turismo; e de outro lado, uma viagem-descoberta cujo objetivo é, *a priori*, conhecer as pessoas. Isto coloca em xeque não só o método *sight-seeing*, de uma certa maneira, como também propõe um novo objeto à viagem turística.

Paralelamente à cisão entre estes dois tipos de uso do mercado turístico, há a ideia do autêntico e o não-autêntico na informação turística. A importância do sentir, do tocar, do gosto, do cheiro nestas vivências turísticas opõe-se ao simplesmente “visto”, ao aspecto exterior, a superfície das coisas, sem conhecer os seus sentidos verdadeiros. O simplesmente “visto” não é o “conhecido”. O “simplesmente visto” é duplamente não-autêntico, pois também esconde as possibilidades de decepção do turista, criando uma aparência exterior, uma decoração, fazendo com que os turistas associem o “visto” com o primeiro significado

⁶ Entre 1841 e 1916 foram publicados na França sob o nome de *Guides de voyage Joanne*. Tornaram-se em 1919 *Guides Bleus* e referência em material de guias culturais.

fornecido pela publicidade, pelo guia, pela moda ou pela cultura contemporânea (BURGELIN, 1967).

2.3 Percepção Ambiental, Fenomenologia e Mapas Mentais

Para abordar as diferentes percepções que os múltiplos atores ligados à atividade turística têm do Centro Histórico de São Luís, este trabalho é composto por um referencial teórico sobre a percepção ambiental, em consonância com a fenomenologia.

As origens dos estudos de percepção começaram muito antes de existir a Psicologia. Para o psicólogo Hochberg (1965), este é um dos mais antigos termos de especulação e pesquisa no estudo do Homem. No século XIX, o enfoque dos estudos visava o entendimento dos mecanismos físicos – que definiam o mundo – e os mecanismos biológicos do fenômeno, sendo que se justificavam pela necessidade de correção dos dados da percepção com o rigor da ciência, que conforme o mesmo autor (p. 12), desta forma “dá conta de explicar completamente o mundo e o que nele existe”.

Ainda no século XIX, em 1879, com a fundação do primeiro laboratório de Psicologia experimental em Leipzig pelo psicólogo alemão Wilhen Wundt (1832-1920), o foco dos estudos estava, na percepção humana, exatamente nos estímulos externos e internos responsáveis pelos comportamentos dos organismos (MARIN, 2008).

As investigações eram dispersas, geralmente sob análise atomista (partes componentes), das relações humanas e o meio ambiente nos anos iniciais da Psicologia Ambiental. Uma ciência de caráter psicologista e de controle ambiental (MARIN, 2008). Este enfoque é superado com a *Gestalt* e o princípio da supersoma, ou, da percepção da totalidade onde a razão encontra a possibilidade de decodificar e assimilar um conceito, com a noção Sistêmica da realidade. Daí, vê-se a nova fase de consolidação teórica que os estudos de Percepção Ambiental espalharam-se por outras áreas do conhecimento (RIBEIRO, LOBATO, LIBERATO, 2009).

De acordo com Del Rio e Oliveira (1999), a Geografia e a Arquitetura são as duas principais áreas que souberam compreender rapidamente a importância da Psicologia aplicada ao espaço, destacando os aspectos cognitivos e afetivos do Homem com o ambiente que o cerca.

Na Geografia, os estudos de Percepção Ambiental tiveram maior expressão e, o marco importante do desenvolvimento neste campo foi com a sugestão do termo Geografia Humanística pelo geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan no encontro da *Association of*

American Geographers em 1976, cuja consolidação foi publicada na obra *Topofilia* (1980). De acordo com Ribeiro, Lobato e Liberato (2009), esta Geografia visa compreender o mundo através do estudo das relações das pessoas com o Meio Ambiente, considerando o comportamento geográfico, os sentimentos e as ideias em relação aos espaços e aos lugares.

No Brasil, de acordo com Ribeiro, Lobato e Liberato (2009), a geógrafa Livia de Oliveira teve um papel importante no uso desta abordagem nas suas pesquisas, ainda na década de 1970. Na Arquitetura e no Urbanismo, de acordo com Okamoto (1999), a percepção ambiental tenta criar o ambiente perceptivo do Homem para o seu desenvolvimento adequado, utilizando uma linguagem ambiental. A busca pelas aspirações humanas, como a emoção e a afetividade com o meio ambiente, construindo o sentido nos lugares vivenciados, manifesta-se através da percepção ambiental. Desta forma, Okamoto (1999) declara que a constituição do espaço arquitetônico deve “favorecer e desenvolver o equilíbrio, a harmonia e a evolução espiritual do Homem, atendendo às suas aspirações, acalentando seus sonhos, instigando as emoções de se sentir vivo, desenvolvendo nele um sentido afetivo em relação ao *locus*” (p. 14).

Del Rio e Oliveira (1999) traçam um estado da arte da percepção ambiental em diversas áreas (Arquitetura, Ciências Biológicas, Educação, Turismo, dentre outras), separando em duas correntes epistemológicas: Estruturalismo e Fenomenologia. A (i) corrente Estruturalista, teria influências de trabalhos pioneiros anglo-saxões, destacadamente do Kevin Lynch e do Gordon Cullen, e igualmente de pesquisadores brasileiros inspirados na Semiótica de Peirce (1839-1914) e do linguista suíço Saussure (1857-1913). Nesta corrente, há a compreensão da realidade como um conjunto de sistemas cujas estruturas são reconhecíveis e onde qualquer alteração sofrida por uma parte tenderá a se refletir no todo, admitindo-se relações causa-efeito. A (ii) corrente fenomenológica, teria inspirações fortes da Geografia Humanística com Yi-Fu Tuan e da Arquitetura com Christian Norberg-Schulz. Aqui, a compreensão da realidade se revela como um conjunto de fenômenos complexos que, embora admita correlações, é incomensurável e impossível se verificar pelas relações diretas de causa-efeito e de ser compreendida em sua plenitude. Em resumo, o homem em suas múltiplas dimensões seria o mundo, e este seria o homem; portanto, a partir desta segunda corrente epistemológica, busca-se descrever e interpretar os fenômenos, processos, formas e elementos da realidade como partes de fenômenos maiores, integrais, os quais não podem ser decompostos, sob o risco de não conhecermos a sua verdadeira essência (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999). No quadro 7, abaixo, pode-se observar a classificação destas obras em três grupos, segundo a natureza dos seus aportes teóricos, sem no entanto haver rigidez nesta

classificação:

CATEGORIAS	FOCO DE ESTUDO	REFERÊNCIAS
Intervencionista	Estudos da Arquitetura e Urbanismo para projetos de gestão ambiental	Kevin Lynch Gordon Cullen
	Percepção visual da cidade	<i>Gestalt</i>
Interpretativa	Percepção como fenômeno de comunicação	Semiótica Charles Peirce, Saussure, Barthes e Umberto Eco
	Construção social da imagem, comportamento social, uso de espaços simbólicos e mitos da vida urbana	Construtivismo Social Sociologia/ Comunicação Social
	Compreensão fenomenológica do Meio Ambiente (significado das dimensões física, social, psicológica e imaginária) Inclui estudos da percepção na literatura	Geografia Humanística Tuan ChristianNorberg-Schulz (Fenomenologia da Arquitetura), Roland Barthes, Antoine Bailly
Educacionais	Formação do conhecimento, sistemas de valores, ensino de classes populares, percepção de riscos ambientais	Educação, Educação Ambiental, Áreas específicas relacionadas aos temas

Quadro 7: Natureza Teórica dos trabalhos publicados na obra “Percepção Ambiental: a experiência brasileira”

Fonte: Marin (2008, p. 213)

É possível observar no quadro 7 a relação dos estudos da Percepção Ambiental com a pesquisa em Turismo, nas três categorias. Estes estudos, ainda segundo Marin (2008), têm os seguintes objetivos:

- a) estudos de caráter intervencionista: preocupam-se com o entendimento da percepção para projetos de gestão ambiental;
- b) estudos de caráter interpretativo: investigações de caráter fenomenológicos, abordam a construção social do universo simbólico;
- c) estudos de caráter educacional: a percepção é considerada parte do processo de formação de conhecimento, de valores e atitudes.

Mais presente nos estudos de caráter interpretativo, esta construção social do universo simbólico, considerando suas dimensões física, social, psicológica e imaginária, deve considerar que não há uma maneira universal de compreender as leituras simbólicas do espaço, pois as pessoas e grupos de pessoas têm diferentes perspectivas (CLAVAL, 2001).

Neste contexto, Del Rio e Oliveira (1999) consideram que cada um tem sua visão de mundo, composta por um conjunto de realidades subjetivas. E esta fenomenologia do meio

ambiente, em busca de um conhecimento holístico, entende o meio ambiente que envolve o homem (físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário) de grande influência sobre o ser humano. Nesta abordagem fenomenológica do meio ambiente, não é possível relações ambientais diretas do tipo causa-efeito nem de fenômenos independentes, trazendo à luz os fenômenos que integram o fenômeno maior, integral, descrevendo-o e assim, interpretando a realidade. Claval (2001) complementa afirmando que não há uma forma universal de se compreender as leituras simbólicas do espaço, pois as pessoas não têm as mesmas perspectivas.

Del Rio e Oliveira (1999) explicam que a percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o espaço, que acontece a partir dos mecanismos perceptivos (estímulos externos através dos sentidos) e mecanismos cognitivos (motivações, humores, necessidades, conhecimento prévio, valores, julgamento, expectativas). Rodrigues (2001) retoma este tema, detalhando que a percepção é resultado das apreensões dos sentidos (visão, audição, tato, temperatura, sinestesia, dor, gosto, olfato, sentido vestibular⁷ e sentido químico comum) acrescidas de sua experiência individual, esta composta do seu percurso cultural, história de vida, pensamentos e sentimentos.

Del Rio e Oliveira (1999) organizaram um esquema teórico do processo perceptivo no qual a realidade é apreendida a *priori* pelas sensações, e posteriormente por diversos filtros culturais e individuais: motivação (interesses e necessidades), cognição (memória e organização de imagens), avaliação (julgamento, seleção e expectativas) e conduta (opinião, ação e comportamento), dentro de um processo que se retroalimenta.

Lynch (1997), precursor da percepção espacial (espaços urbanos, especialmente), afirma que a cidade não é apenas um objeto percebido e desfrutado por milhões de pessoas distintas; mas igualmente produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixaram de modificar sua estrutura. Se, em geral, a cidade pode ser estável por algum tempo, por outro lado está sempre se modificando nos detalhes. Assim, Lynch destaca o processo de transformação do espaço urbano por um sujeito-duplo: passivo (que percebe o espaço) e ativo (que coloca as suas marcas nele). Dialoga, assim, com Del Rio e Oliveira (1999), na relação de retroalimentação, o homem percebendo, agindo, modificando e formando uma nova percepção.

Castello (2005) reforça a presença do componente psicológico na relação entre as pessoas e os espaços, para além da evidente correspondência física. Ele lembra que há certos

⁷ Leia-se para sistema vestibular, o conjunto de órgãos do ouvido interno dos vertebrados responsáveis pela manutenção do equilíbrio.

espaços onde as pessoas se sentem melhor que em outros. Dito de outra forma, que certos espaços se distinguem dentro do espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem, são percebidos de maneira distinta. O autor aponta que, em geral, são espaços percebidos como detentores de qualidade. Diz-se então que estas qualificações habilitam-nos a serem percebidos como lugar, elas permitem distinguir um lugar de um espaço.

Com o uso do termo Percepção Ambiental por todos estes autores supra citados, tenta-se responder a pergunta do que seria então a percepção ambiental. Inicialmente, parte-se da seguinte reflexão: se há uma diversidade de conceitos de meio ambiente (visto que o mesmo é definido conforme a percepção que cada sujeito faz da realidade que o cerca⁸), há igualmente uma multiplicidade de conceitos de Percepção Ambiental (OLIVEIRA, 2002).

Para Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como operação que revela a lógica da linguagem, tendo esta a função de organizar os signos expressivos dos usos e dos hábitos de um lugar. Então, na tentativa de explicar a imagem de um lugar veiculada nos signos com os quais a comunidade se constrói, usar-se-ia uma leitura semiótica da produção discursiva, artística e arquitetônica de uma comunidade.

Piaget (apud Oliveira, 1978) aponta que a percepção é um conhecimento originado do contato efetivo, direto e imediato do sujeito com os objetos e seus movimentos dentro do campo sensorial, e afirma então que a percepção é uma construção da inteligência humana. Sob a influência do construtivismo de Piaget e das influências fenomenológicas de Yi-Fu Tuan, Oliveira (1978, 1999, 2002) propõe a percepção ambiental como um processo de atribuição de significado subordinado às estruturas cognitivas, detentor de uma função adaptativa. Para esta autora, o primeiro contato que os indivíduos têm com o mundo através da sensação captada pelos órgãos, tem seus significados atribuídos pela inteligência ao que foi percebido.

Para Tuan (1980), atento às interfaces do homem com o meio ambiente, considera: a percepção como a resposta dos sentidos aos estímulos externos e como atividade proposital na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados. De acordo com autor, muito do que é percebido tem valor para as pessoas por estar intimamente ligado aos interesses, às necessidades, às visões de mundo e às experiências vividas. A experiência é conceitualizada a partir de um sistema estrutural de crenças, sendo assim, ela é pessoal e sociocultural.

O conceito de experiência para as reflexões de Tuan, lembram Ribeiro, Lobato e

⁸ O meio ambiente, Segundo Oliveira (2002) é construído culturalmente por diferentes homens no plano da cultura e da História.

Liberato (2009), é definido por todas as modalidades pelas quais o ser humano apreende, constrói e vivencia a realidade, o meio ambiente. Estas experiências estão ligadas direta ou indiretamente às visões de mundo, aos interesses e às necessidades das pessoas.

Há ainda a compreensão de Okamoto (1999), para quem os humanos são bombardeados por estímulos de toda ordem provenientes do meio ambiente. Assim, estes estímulos são transformados em impulsos de energia eletroquímica, passam por filtros receptores sensoriais no nosso corpo, o que nos faz sentir as sensações. Nesta fase dos sentidos sensoriais, somente são captados estímulos, sem haver ainda a percepção. O sistema nervoso leva então estes impulsos ao córtex cerebral, onde na mente, seletivamente, são eleitos o conjunto de estímulos que fornecem a percepção, da qual formam-se as imagens e os pensamentos. Segundo o autor, há consciência somente dos aspectos ou das informações que chamam a atenção. Neste momento, a nossa inteligência/consciência atribui significado ao que está sendo percebido de acordo com as nossas vivências; como advogam Yi-Fu Tuan e Livia de Oliveira, mas igualmente de acordo com as nossas emoções, intuições, sensibilidades, desejos, humor, expectativas presentes e futuras, formação familiar e profissional, contexto sociocultural e paradigmático, dentre outros (OKAMOTO, 1999).

Neste contexto, a percepção humana da realidade é individual e seletiva. Entretanto, entende-se que por mais diversas que possam ser as percepções de indivíduos e grupos sobre o meio, há limitações ao ver os objetos e os fenômenos da realidade. Assim, para Tuan (2012) e Okamoto (1999), há possibilidade de vários seres compartilharem percepções comuns por estarem num mesmo contexto sociocultural, partilharem dos mesmos conceitos, princípios e pressupostos paradigmáticos e por possuírem órgãos sensoriais comuns (TUAN, 2012). Ainda para este mesmo autor, o espaço é algo aberto, livre, amplo, vulnerável, desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva (como uma folha em branco onde se pode imprimir qualquer significado). O lugar é a dimensão do mundo vivido e das experiências diárias dos sujeitos, espaço carregado de valores simbólicos que possui importância para os indivíduos. Na leitura fenomenológica de Tuan acerca das experiências nos espaços e lugares, o Homem é visto enquanto sujeito qualitativo e subjetivo em permanente interação com o meio onde vive, portanto, o homem também é visto como um sujeito cognitivo, afetivo e intersubjetivo.

No Turismo, a percepção geográfica também valoriza as experiências do homem em seu meio ambiente e é estudada, segundo Xavier (2007), com base na geografia humanística e com seus fundamentos na fenomenologia e no existencialismo. O espaço é a pauta fundamental para a percepção geográfica do turismo, espaço esclarecido por Gibson (1950) como não sendo um vazio que se conecta em ângulos retos, mas o espaço em que os homens

caminham, fazem trilhas, praticam aventuras, valorizam paisagens e se deslocam para o lazer. Há uma abrangência na compreensão cognitiva do espaço, razão pela qual tem constituído a preocupação de muitos geógrafos, turismólogos e outros profissionais ligados aos estudos da percepção.

Segundo Gibson (1950), de acordo com os significados dos objetos percebidos no espaço e com base na psicologia dos significados, têm-se os seguintes: primitivo concreto (a manipulação do objeto); de uso (para a satisfação de necessidades, como objetos de alimentação, de trabalho ou de brincar); de instrumento (os artefatos, construções e máquinas); emocionais (que tomam uma forma atrativa ou repulsiva); dos sinais (pelos quais um objeto sugere outro não significativamente presente) e dos símbolos abstratos (como os transmissores, o dinheiro e a bandeira nacional). O autor deixa claro que esta lista não é exaustiva, pois o mundo visual à medida que se redimensiona, amplia-se e aprofunda-se, criando novas classes de significados.

Xavier (2007) ressalta o importante papel que a experiência e a visão de mundo desempenham no desenvolvimento da percepção. O autor aponta uma importante colaboração para a geografia do turismo: a pesquisa realizada por Lynch (1997), cuja proposta era a análise da cidade com base na percepção que os seus habitantes tinham da qualidade visual ou da imagem dos lugares. Ainda segundo Xavier, um lugar é para ser lembrado, apreciado positivamente e, para tanto, o lugar deve estar em boas condições para que possa guardar lembranças agradáveis.

Lynch (1997) indicou três componentes para as imagens do meio ambiente: identidade, estrutura e significado. Em uma imagem legível⁹, os objetos observados podem ser reconhecidos distintos uns dos outros. Há uma relação estrutural ou espacial entre o observado e o observador, para quem pode ter um significado prático ou afetivo.

De acordo com Xavier (2007), os estudos de Lynch sobre cidades permitem dizer que as pessoas se adaptam ao meio ambiente e constroem uma estrutura e identidade daquilo que as cerca. Igualmente, que os estudos de Lynch permitiram comprovar que em qualquer cidade há uma série de imagens públicas, sendo estas resultante da superposição de imagens de muitos indivíduos. O ponto alto dos estudos de Lynch foi a identificação “morfológica”, da estrutura física da cidade, a partir das seguintes categorias: vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes.

⁹ Segundo Xavier (2007), a legibilidade é uma qualidade visual particular que corresponde às condições de facilidade, de organização do planejamento a partir de seus elementos de forma especial e da clareza do seu desenho. A legibilidade proporciona o reconhecimento das partes de um lugar turístico, bem como estabelece uma estrutura coerente para facilitar deslocamento e promover segurança e bem-estar aos usuários.

Para o turismo, o tema da paisagem é caro, pois esta é compreendida como sendo a “matéria-prima do turismo” (XAVIER, 2007, p.36). É nela onde os atores do turismo se movimentam, valorizam seus produtos, modificam seus componentes e atribuem-lhes valores econômicos, sociais, afetivos e simbólicos. O autor ainda declara que no turismo, a paisagem deve ser interpretada, agregando valores ao que é percebido.

Alguns autores dedicaram-se à pesquisa sobre a interpretação da paisagem para o turismo, dentre eles Murta e Goodey (1995) e Murta e Albano (2002), defendendo que a paisagem deve ser observada e conhecida, pois desta forma é então valorizada e, conseqüentemente conservada. Meinig (1979) preocupou-se também com a interpretação de paisagens, tendo proposto dez enfoques diferentes da paisagem¹⁰ observada: natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética.

A paisagem para Beni (2001), dentro do SISTUR, é a materialização da espaço, fruto do sistema ecológico e suas relações ambientais.

Igualmente, todas as influências de filiação, pertencimento cultural e territorial (comerciante, industrial, turista, residente, político, ...) resultam em percepções distintas da paisagem lida e interpretada. E o valor dado à esta paisagem, é também influenciado pelo território e o seu modo de ocupação, dentre muitas outras variáveis. Por acreditar que existem tantas percepções das paisagens quanto observadores e usuários das mesmas, destacam-se pois neste estudo as funções pedagógicas, turísticas, históricas, explorando todos os sentidos que possam permitir uma “compreensão” da experiência através da constatação de odores, sabores, sons, texturas e formas.

Xavier (2007, p. 45) esclarece que a experiência de um mundo visual pode ser detalhada e descrita como extensa em profundidade: “sem fronteiras, colorida, texturada, sombreada, iluminada e preenchida com superfícies, bordas e interespaços”.

Por esta razão, o filósofo Merleau-Ponty (2004, p. 17), afirma que “a ideia de um espaço homogêneo completamente entregue a uma inteligência sem corpo é substituída pela ideia de um espaço heterogêneo, com direções privilegiadas, que tem relação com nossa situação de seres jogados no mundo”. Colocado desta forma, há uma valorização do componente humano na descrição do espaço, um destaque ao homem dentro do contexto. É importante destacar, no termo “descrição do espaço”, que para Merleau-Ponty a fenomenologia é um método descritivo e não explicativo.

Merleau-Ponty (1994) vê a fenomenologia como uma corrente filosófica que

¹⁰ A partir de entrevistas com um grupo variado e pequeno, Meinig (1979) pedia para que eles, reunidos, olhassem na mesma direção, no mesmo instante. O grupo não interpretava a cena da mesma forma.

considera os objetos como fenômenos, que devem ser descritos tal qual aparecem à consciência. Pois, segundo ele, a fenomenologia é o estudo das essências e possui a tarefa de conhecer a vivência/experiência dos sujeitos no mundo, por meio da interpretação. Esta filosofia repõe as essências na existência e compreende que não há outra forma de compreender o homem senão a partir de sua existência terrena, aos fatos, aos eventos, às pessoas, às expressões do eu no mundo.

Tudo aquilo que eu sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda. Retornar às coisas mesmas é retornar a este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

A partir desta citação, convida-se à ideia de (re)construção do conhecimento do espaço-mundo, de forma dialógica com o sujeito, deste mundo que pulsa entre os meios múltiplos de significados. Alguns pontos importantes do pensamento de Merleau-Ponty, segundo Dartigues (1973), Fróis (2001) e Marin (2008), seriam:

- a) existência do mundo independentemente das considerações que se possa fazer dele;
- b) inseparabilidade entre o sujeito e o seu mundo (objeto), bem como a construção recíproca (dialógica) entre eles;
- c) o corpo como conexão do sujeito ao seu mundo;
- d) percepção do espaço como expressão da vida total do sujeito;
- e) interconexão entre consciência humana e mundo pela percepção.

De Paula (2010) lembra que compreender o fenômeno da percepção ainda é um obstáculo a ser superado por diversas áreas do conhecimento, que lentamente iniciam pesquisas multidisciplinares sobre o assunto. Para ele, a maneira de como as pessoas percebem o ambiente pode revelar as decisões e condutas que elas têm sobre esse meio. Desta forma, a percepção é posta como uma chave capaz de revelar esta relação que os indivíduos têm com os espaços de seu cotidiano, ligando todos os processos interiorizados na mente aos fatores do ambiente.

Buscando entender melhor as percepções e vivências do homem no espaço, o turismo propõe como avanço no seu campo de estudos o estabelecimento de algumas bases epistemológicas com fundamento na fenomenologia. Panosso Netto (2005) afirma que o campo dos estudos em turismo é extremamente abrangente e é carente em pesquisas que

analisem o turismo não apenas como um fato gerador de renda, mas também como um fenômeno que envolve múltiplas facetas do existir humano.

Estes aspectos subjetivos da percepção, de acordo com Lima e Kozel (2009) são abordados pelo debate epistemológico adotando a fenomenologia como opção teórico-metodológica. A fenomenologia, preconizada por Husserl (1975) é demonstrada por Peixoto (2002) quando este afirma que o pensar cometia o erro de tomar como ponto de partida as concepções preestabelecidas, os conceitos já formados e não os fenômenos como eles são de fato; errava então por construir concepções desvinculadas da realidade. Para ele, a exatidão do tipo matemático possibilita chegar sem equívoco ao resultado pretendido, visto ser um resultado calculado, comprovado, exato. O rigor é próprio das ciências descritivas, a fenomenologia se ocupa da descrição das vivências, por natureza inexata sua preocupação é com o rigor, com a fidelidade ao real. Essa inexatidão é proveniente da própria natureza do mundo humano, que é complexo, plural e inconcluso. Assim, a fenomenologia pretende superar os pré-conceitos, as aparências e o imediatismo (PEIXOTO, 2003).

Essa pesquisa, procurando compreender quais são as diferentes percepções do Centro Histórico de São Luís pelos atores envolvidos na atividade turística e qual o significado deste para eles, parece encontrar na percepção ambiental uma luz. Tendo adotado como orientação a fenomenologia neste estudo, os caminhos buscados para o alcance dos objetivos vão além da pesquisa documental e bibliográfica, da pesquisa de campo com turistas, moradores e representantes do *trade* do Centro Histórico de São Luís, da aplicação de questionários e entrevistas. Prevê igualmente a elaboração de mapas mentais como aporte metodológico, na tentativa de revelar as percepções e representações que os homens têm deste sítio histórico, importante destino turístico.

Os mapas mentais compõem uma metodologia para desvendar e diagnosticar os significados do espaço, cujas representações advêm da percepção e vivência com o meio ambiente, o que proporciona maior conhecimento numa pesquisa empírica (MÄNNICH, 2013).

De Paula (2010) aponta os mapas mentais com um verdadeiro poder dentro da experiência geográfica. De acordo com a importância que os elementos selecionados tenham para o observador, eles podem tomar forma e tamanho representando assim a sua importância simbólica. Estas formas, diretamente ligadas a um conhecimento espacial interiorizado, são capazes de formar imagens, sendo estas evocadas a partir da memória, da experiência individual ou de informações previamente dadas. Estas imagens são chamadas de mapas mentais por Aguirre (1999).

Na definição resumida de Archela, Gratão e Trostorf (2004), mapas mentais são imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos, direta ou indiretamente. As autoras detalham que estas representações tanto podem ser do espaço vivido no cotidiano, como também formadas a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos, divulgados nos meios de comunicação. Afirmam ainda que são estes os mapas que trocamos ao longo de nossa história com os lugares experienciados, são representações do vivido. O mapa mental, como representação do saber percebido, o lugar se apresenta tal como ele é.

Quando se pensa em mapa, vem logo à mente a representação cartográfica com escalas e coordenadas, diferentes dos mapas mentais. Estes são baseados em uma visão ampla do conceito de mapa como representação sensível, e não com base em normas cartográficas. Esclarece Seemann (2003, p. 3) que um mapa mental tem por objetivo “tornar visíveis pensamentos, atitudes, sentimentos, tanto sobre a realidade (percebida) quanto sobre o mundo da imaginação”. Logo, o mapa mental é concebido não como produto, mas como meio de comunicação e processo que permite compartilhar experiências ambientais (SEEMANN, 2003).

Como meio de comunicação, estes mapas mentais comunicam a percepção, que é “essencialmente egocêntrica e ligada à uma certa posição do sujeito percebido em relação ao objeto, ao percepto, sendo estritamente individual e incomunicável, senão através desta linguagem” (OLIVEIRA, 2002, p. 192).

Kozel (2006, p. 115) aponta o uso desta ferramenta de pesquisa como possibilidade de alcançar a liberdade de expressão dos perceptores, trazendo nos mapas as suas experiências mais particulares. Os mapas mentais, segundo ela, consistem em uma forma “de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais”.

Esta ideia está em consonância com Bakhtin (1986), para quem as representações são uma forma de linguagem que refletem as experiências vividas pelos homens e que, quando expressas através de ícones, essas representações são passíveis de serem interpretadas e permitem que os mapas mentais sejam entendidos como enunciados. Estes enunciados apresentam um caráter dialógico, que evidencia a relação entre os sujeitos (o eu e o outro e a interação entre eles), resultando em um processo representativo de constante (re)criação.

Ainda para Bakhtin (1986), os elementos simbólicos são reflexos de uma vivência coletiva, e enunciam mais que a experiência individual, posto que a vivência entre os indivíduos é dialógica. Estas representações podem ser lidas e compreendidas enquanto um enunciado que evidencia as construções sociais no contexto vivido. E estes elementos

simbólicos estão presentes nos mapas mentais.

O capítulo seguinte apresenta a fundamentação metodológica da pesquisa.

2.4. Caminhos Metodológicos

Neste capítulo, apresentam-se os caminhos percorridos para se alcançar os resultados propostos por esta pesquisa

2.4.1 Caracterização da Pesquisa

Uma cidade grande é frequentemente conhecida em dois níveis, um de grande abstração e outro de experiência específica. Em um extremo a cidade é um símbolo ou uma imagem (expressa em um cartão postal ou um lema) pela qual podemos nos orientar, no outro, é o bairro intimamente experienciado (TUAN, 2012, p. 308).

A pesquisa empírica desenvolvida teve característica exploratória e objetivou desvendar as diferentes percepções sobre o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, na sua parte tombada como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco. O panorama documental e bibliográfico do espaço teve como objetivo propiciar a compreensão das diversas percepções que este espaço turístico desencadeia.

Logo, este estudo com foco em entrevistas, representações expressas em mapas mentais e a participação em um roteiro turístico cultural tenta observar as relações que os frequentadores caminhantes têm com o lugar, considerando os aspectos afetivos, noções de limite, distâncias, dentre outros. Os mapas mentais permitem proceder às análises do lugar, interpretados através de Kozel (2007), das experiências de Lynch (1980) e Vicente Del Rio (1991) e dos estudos de Tuan (1980/1983) sobre percepção, atitude, ambiente e lugar.

A análise de entrevistas semi-estruturadas, mapas mentais e a realização de um roteiro turístico cultural, foram procedimentos metodológicos usados com o intuito de gerar dados que revelem a percepção dos atores turísticos sobre o Centro Histórico e também que mostrem como este espaço está sendo explorado pelos roteiros turísticos.

2.4.2 Procedimentos Metodológicos

Sob o ponto de vista de Critelli (1995), pesquisas com este recorte trazem o ponto da perspectiva, invocando necessariamente o caráter de mutabilidade e relatividade da verdade; ambas vistas pela fenomenologia como uma condição tida pelos entes de manifestar-se e ocultar-se no horizonte do tempo, num incessante movimento.

A utilização dos sentidos captam sensações, promovendo a formação de imagens mentais (significando àqueles que as erigem), a partir das suas emoções, suas intuições, suas vivências e de acordo com as suas dimensões sociais, culturais, históricas e paradigmáticas (RIBEIRO, LOBATO, LIBERATO, 2009; LIMA, KOZEL, 2009). Estes aspectos subjetivos são abordados no debate epistemológico pela fenomenologia, como opção teórico-metodológica (LIMA, KOZEL, 2009, p. 209). A elaboração dos itens fechados e abertos das entrevistas, a construção dos mapas mentais e as suas respectivas descrições e interpretações, foram inspirados em Del Rio (1999); Lynch (1997); Lazzarotti (2011); Xavier (2007); Boullón (2002); Tuan (2012) e Kozel (2007).

Segundo Triviños (1987) e Bicudo (1997), o pesquisador fenomenológico, após destacar um determinado fenômeno (*epochè*, do grego *ἐποχή*), possui uma dúvida que o acompanha e/ou que lhe chama a atenção. Essa dúvida relaciona-se com a essência do fenômeno, manifestando a intenção de **conhecê-lo**, **compreendê-lo**, **descrevê-lo** e/ou **interpretá-lo**, mas nunca de **explicá-lo**. Nesta fase, chamada de pré-reflexiva, o pesquisador fenomenológico vai de encontro com o fenômeno de modo intersubjetivo.

A pesquisa empírica aconteceu em três etapas. A primeira, com vistas a responder às perguntas de pesquisa (a) “Como o Centro Histórico é percebido pelos turistas, pelos moradores e por representantes do *trade* turístico de São Luís?”, (b) “Quais são os atuais roteiros turísticos culturais comercializados?” e (c) “Que novos artefatos, paisagens e trajetos poderiam também ser explorados pelos roteiros culturais?”.

Para a aplicação dos questionários considerou-se uma amostra não probabilística, que se deu pelos critérios de acessibilidade e conveniência. Foram entrevistados 15 turistas, 37 moradores e 44 atores do *trade* turístico, entre os meses de fevereiro e abril de 2014, mais exatamente nos dias 22 e 27 de fevereiro, 5, 6 e 7 de março e 5 e 6 de abril.

Nesta primeira etapa, foram aplicados questionários semi-estruturados compostos de 17 questões, 12 delas com base na teoria da percepção ambiental de Vicente del Rio, com questões mais voltadas à morfologia urbana e, 5 perguntas abertas na tentativa de complementar as anteriores. O objetivo foi conhecer a percepção dos usuários deste espaço: turistas, moradores e representantes do *trade* de São Luís. A aplicação destes

questionários, já pré-testados e validados no artigo publicado na Revista Turismo e Desenvolvimento (Aveiro, Portugal, 2014), intitulado “Paisagem e Patrimônio histórico em São Luís, Brasil: Olhares do *trade* e dos moradores, tentará responder as perguntas de pesquisas supracitadas e assim colaborar em sinergia para alcançar o objetivo geral desta pesquisa.

Ainda nesta primeira etapa, tratou-se com um grupo variado de pessoas, que tinham diferentes relações com o espaço abordado e ao qual atribuíram diferentes significados. Esta seleção tentou captar diferentes sujeitos com percepções distintas do espaço, e assim conhecer as semelhanças e diferenças entre essas percepções, permitindo a realização de um panorama geral sobre o Centro Histórico de São Luís, aos olhos dos atores turísticos.

Na segunda etapa, foram elaborados mapas mentais buscando as percepções e representações complementares. Optou-se por fazer uso da ferramenta Mapas Mentais com vistas a desvendar detalhes que possivelmente os questionários não pudessem registrar e, igualmente responder às perguntas de pesquisa supracitadas. Com isso, aplicaram-se a 20 estudantes/profissionais, todos moradores de São Luís, frequentadores diários do Centro Histórico e estudantes/profissionais de cursos ligados à atividade turística, com um recorte que espera atingir/reforçar as percepções do *trade*, dos moradores e dos turistas, alcançando quase um olhar destes três “segmentos”. Do estudante/profissional da área de turismo, morador de São Luís e frequentador diário do Centro Histórico, espera-se uma relação intensa com o espaço, cujos mapas mentais podem desvendar detalhes da percepção que os questionários porventura não realizem.

Nessa etapa os participantes elaboraram seus mapas mentais e desta forma, com uso de textos verbais e não verbais, construíram enunciados sobre os quais, inclusive, poderiam comentar por escrito. Os autores dos mapas mentais estudam e/ou trabalham diretamente com o turismo no guiamento ou com os serviços de hospedagem e são alunos do Instituto Federal do São Luís dos Cursos Subsequentes (pós-médio), Técnico em Guia de Turismo e Técnico em Hospedagem. Na tentativa de enriquecer ainda mais este instrumento de coleta, foram ofertados aos participantes muitas opções de cores para que todos que desejassem, pudessem colorir os seus mapas mentais. Alguns decidiram não colorir.

Na terceira e última etapa, buscou-se conhecer o trajeto dos dois roteiros turísticos culturais oferecidos no Centro Histórico, e foi selecionado o maior e realizado em mais tempo para realizá-lo. Este roteiro foi completamente gravado, fotografado e transcrito, afim de trazer novos dados para as perguntas (a) e (c) e, igualmente responder a pergunta de pesquisa (b) “quais são os atuais roteiros culturais comercializados?”. A transcrição de todo o roteiro

totalizou em 50 páginas

Como já citado, Bakhtin (1986) aponta que os elementos simbólicos, presentes nos mapas mentais, são reflexos de uma vivência coletiva e enunciam além da experiência individual, devido ao dialogismo característico da vivência entre os indivíduos. Aponta ainda que estas representações podem ser lidas e compreendidas enquanto enunciado que evidencia as construções sociais no contexto vivido.

Objetivando a leitura e análise destes mapas mentais, será utilizado como método interpretativo a teoria de Kozel (2007), conhecido como método Kozel, que visa decodificar os textos expressos nos mapas mentais em sua construção sígnica. Este método baseia-se nos seguintes aspectos:

- 1) Interpretação quanto à forma de representação dos elementos da imagem (ícones diversos, letras, mapas, linhas, figuras, dentre outros);
- 2) Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem (horizontalmente, de forma isolada, dispersos, em perspectiva, dentre outros);
- 3) Apresentação quanto à especificidade dos ícones (elementos da paisagem natural, da paisagem construída, elementos móveis e elementos humanos);
- 4) Apresentação de outros aspectos ou particularidades (codificação das mensagens veiculadas).

O método Kozel (KOZEL, 2006) permite que se analisem os elementos nos mapas mentais, decodificando os signos e símbolos e, conseqüentemente as representações que as pessoas têm de um espaço. Apresentamos a seguir os resultados obtidos com a pesquisa. *A priori* será mostrada uma análise individual do material coletado de cada participante e posteriormente são apresentadas análises mais gerais dos resultados alcançados, refletindo as percepções a respeito do Centro Histórico de São Luís.

3 SÃO LUÍS DO MARANHÃO E O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO PELA UNESCO

Neste capítulo, apresenta-se o recorte espacial da pesquisa, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, com destaque especial para a área inscrita como Patrimônio Mundial pela Unesco. Há também um breve histórico da fundação da cidade e do seu desenvolvimento, bem como alguns dados que o compõem, no intuito de apresentar um panorama atual dos usos e costumes envolvendo esta área da cidade e as políticas de revitalização.

3.1 História de São Luís: da fundação da cidade aos projetos de revitalização

CANÇÃO DO EXÍLIO

Gonçalves Dias

*Kennst du das Land, wo die Zitronen blühen,
Im dunkeln Laub die Gold-Orangem glühen,
Kennst du es wohl?
Dahin, Dahin!
Möcht ich... ziehn!
Goethe*

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.
Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar - sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Não permita Deus que eu morra,
Sem que volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

A “Canção do Exílio” do poeta maranhense Gonçalves Dias pode ser vista como um elemento importante na fabulação da imagem do Brasil, reproduzido pelo discurso da elite cultural brasileira oitocentista, entranhando-se de tal forma que Machado de Assis, no discurso da inauguração do busto de Gonçalves Dias no Passeio Público do Rio de Janeiro, em junho de 1901, afirmou que a “Canção está em todos nós”. Esta “unanimidade geral”, elevou-se à condição de topos literário, interiorizando-se fundo no imaginário popular brasileiro, este poema inaugurou um modo particular de representação na natureza tropical, colaborando para a criação de uma espécie de metáfora edênica nacional. Neste afã de construir uma imagem idealizada, o poema recupera e normatiza o mito que envolveu o Brasil desde os primórdios da sua colonização: o paraíso terreal.

Segundo Marques (2003), este poeta maranhense encontrou extrema justeza na epígrafe do seu poema, retirada do romance “Os anos de Aprendizagem de Wilhem Meister” de Goethe, em sintonia perfeita com o espírito e desejo do poema, traduzido por Manuel Bandeira: “Conheces o país onde florescem as laranjeiras? Ardem na escura fronde os frutos de ouro ... Conhecê-lo ? – Para lá, para lá quisera eu ir!”

Ouvem-se os ecos do poeta maranhense até em “Norte do Brasil: Através do Amazonas, Pará e Maranhão”, dos médicos sanitaristas Godinho e Lindenberg (1906) que foram numa imersão por estes três estados e, em passagem pelo Maranhão, lembraram o verso do poema que abre este capítulo “Nosso céu tem mais estrelas”, augerindo ter sido este verso escrito por Gonçalves Dias em momento de pensamento voltado àquele céu. Nesta viagem de descoberta, estes autores confirmam que “... o céu daquellas paragens tem mais estrellas, como a terra maranhense tem mais poetas que as compreendam e cantem.” Explicam ainda por que tem o céu do Maranhão mais estrelas, generalizando que “ ... si as estrellas de lá brilham mais é porque mais abrem os olhos para melhor vêr o berço de Gonçalves Dias, e para mais admirar o paiz dos vates¹¹.”, e concluem dizendo: “Esta explicação nos basta”.

De fato, desde a viagem de reconhecimento à costa maranhense em 1631 por D’Abbeville, padre capuchinho da armada de Daniel de La Touche, há registros do estatuto do maravilhoso, da morada edênica celestial, com referência ao Maranhão. Em “A Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão”, documento datado de 1632, percebe-se um movimento pendular de signos que remetem ora ao plano celeste, ora ao plano terrestre.

¹¹ Vate. **S.m.** Poeta. (AURELIO, 2004). Entre 1830 e 1870 uma plêiade de intelectuais se destacou no cenário nacional, chegando a dar à província, o cognome de Atenas Brasileira, título conservado por bastante tempo no Brasil republicano. (LACROIX, 2008, p. 77)

Passando o sol continuamente sobre esta zona tórrida, de um trópico a outro, como em sua morada eterna ou magnífico palácio contempla seus súditos diretamente e de frente, e seus raios sendo perpendiculares e octógonos, e a reverberação dos mesmos intensos, deve o calor ser extremado a ponto de terem pensado autores acatados (e ainda o pensarem) que somente com grandes dificuldades pode o homem adaptar-se. Mas por mercê de Deus, observa-se o contrário na Ilha do Maranhão e terras adjacentes do Brasil, situadas precisamente sob a zona tórrida, a dois e meio graus do Equador, onde passando o sol duas vezes pelo seu zênite¹², seria de fato o calor insuportável não fosse a incomensurável providência divina atenuar e temperar tal ardor por meios muitas vezes maravilhosos. (ABBEVILLE, 1975, p.152-153)

O capuchinho Claude d’Abbeville descreveu as terras, cerca de dois graus e meio abaixo da linha equinocial (Equador), reforçando ser este o lugar “mais temperado e delicioso que há”, pois o “ar límpido e constantemente renovado por brisas, chuvas regulares e amenas, muita água limpa, correndo em três grandes rios que deságuam em uma baía cheia de ilhas” retratam a “incomensurável providência divina” em atenuar a dupla passagem do sol pelo seu zênite, “temperando tal ardor” com “... peixes de todas as espécies, com muitas terras férteis, cobertas de árvores frutíferas e habitadas por diversos tipos de caça.” (PERRONE-MOISÉS, 2013, p. 39) (figura 4).

Estas parecem ser algumas das primeiras imagens do Maranhão difundidas através de várias linguagens, sendo elas ligadas ao paradisíaco, com rica natureza tropical, aquela zona tórrida onde se acredita que somente com muita dificuldade poderia o homem adaptar-se, surpreende depois da visita como um lugar mais temperado e caracterizado como um verdadeiro éden nacional.



Figura 4: Carta Geométrica da Barra do Maranhão, São Luís
Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

¹² Zênite. **S.m. 1. Astr.** Interseção da vertical superior do lugar com a esfera celeste. **2. Fig.** Auge, apogeu, culminância (AURELIO, 2004).

De acordo com Dornelles (2011), Portugal deixa a região norte do Brasil em segundo plano no século XVI devido à dificuldade de acesso e a grande distância entre esta região e as primeiras colônias fixadas no Brasil. Para a autora, esta região chama a atenção de Portugal quando sua posse passou a ser de fato ameaçada com a construção de um forte e um ancoradouro em 1612, pelos franceses, na ilha de Upaon-Açu. A ameaça era maior por conta da sua localização na entrada da Amazônia.

Assim, há o projeto de reformas de São Luís do Maranhão, determinado no regimento deixado pelo capitão-mor Alexandre Rodrigues de Moura para Jerônimo de Albuquerque, seu sucessor, datado de nove de janeiro de 1616. Nele, determina o arruamento a ser empreendido na cidade segundo projeto atribuído a Francisco de Frias (DORNELLES, 2011).

Sera advertido elle dito Capitão Mor reformar este forte são Phillippe na forma, e ordem, que pela traca do Capitão fran.^{co} de frias engenheiro mor do estado do Brasil esta dessenhado, a qual esta assinada por mim, e por elle, tendo particular cuidado de não deixar de continuar com todas as que nella estão apontadas, singindo todo o dito forte de parede pela parte de fora que começara em baixo em sete palmos, e cada seis venha deminuindo hum para sima e o mesmo cuidado e diligencia tera em fazer executar a traca, que lhe fica para o forte de s. fr.^{co} e para estas fortificações se fazerem com a diligencia, E commodidade [...] (REGIMENTO DE ALEXANDRE DE MOURA).

No texto de Alexandre de Moura, vê-se a preocupação com a reforma do forte construído pelos franceses visando aumentar as possibilidades de defesa e a preocupação com a ortogonalidade do traçado da cidade. Segundo Dornelles (2011), a cidade nova deveria crescer e florescer garantindo o funcionamento do binômio cidade-fortaleza.

Ainda nestes primeiros contatos europeus com a ilha do Maranhão, há alguns subcapítulos, como o da fundação da atual capital do estado do Maranhão, São Luís. Esta, tendo sido fundada pelos franceses em 1612, ainda é dissenso entre os estudiosos do tema. Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2008, p. 76-78), em seu livro “A Fundação francesa de São Luís e seus mitos” conclui que o culto às origens francesas no Maranhão data do final do século XIX, “com reforço à ideia de singularidade da Província”, pelas “elites decadentistas” que apontaram a “breve e frágil passagem francesa pelas terras maranhenses” como tendo sido o “diferenciador de uma identidade singular”. Leyla Perrone-Moysés (2013) usando menos adjetivos que a autora precedente, descreve o momento de fundação do forte de São Luís, com a ajuda e anuência dos aliados Tupi, tendo zarpado de Cancale em 19 de março de 1612, três navios em direção ao Maranhão, com “o germe da nova colônia à região do

Maranhão”, ancorado “numa pequena ilha desabitada que Rasilly batizaria Santana (Sainte Anne), e os Tupi chamavam de Ypaon Miry (ilha pequena), ao lado da Ilha de Grande (Ypaon Açú)” de onde foi proferido por Des Vaux aos principais anciãos das aldeias (futura São Luís), o seguinte:

[...] segundo o desejo [deles], tinha feito saber a nosso mui grande e poderoso Rei a vontade que tinham de ser seus súditos, reconhecê-lo como seu suserano monarca e receber dele um grande guerreiro e valente capitão para mantê-los e defendê-los de seus inimigos, permanecendo sempre amigos e aliados dos franceses, como tinham sido por muito tempo, e que, comerciando com eles, eles continuassem a lhes fornecer e trazer da França as mercadorias de que precisam [e que ele próprio tinha] dado sua palavra a Sua Majestade de que estavam dispostos a serem batizados [e que] por isso [o rei] lhes tinha enviado quatro *payété* [capuchinhos] para começar a instruí-los e batizá-los [...] e armas e soldados para mantê-los, conservá-los e defendê-los, mas os tinha deixado na ilhota, com seus navios e mercadorias, para vir avisá-los e saber se continuavam dispostos a recebê-los” (D’ABBEVILLE, 1614, apud PERRONE-MOYSÉS, 2013, p. 41-42).

Ainda segundo a autora, os Tupi teriam respondido que não lhes faltariam com a palavra e que teriam afirmado que estavam muito felizes com a chegada deles. (PERRONE-MOYSÉS, 2013).

Complementando a tríade, o historiador e turismólogo Antônio Norberto (2012, p. 111) contemporiza lembrando que esta “[...] convivência harmoniosa e sustentável entre franceses e nativos à época foi um grande legado” que permeia os principais capítulos da história do estado do Maranhão, como na proto-história, na fundação, no século do luxo (séc. XIX) e nos dias atuais como maior demanda estrangeira, consumindo a oferta turística do estado e mantendo muitos empregos gerados pelo setor turístico.

Provocado por Lacroix (2008, p. 76) que, na sua conclusão sobre a tese do mito da fundação francesa de São Luís, pergunta “ [...] as palhoças francesas foram mais perenes que o casario de pedra e cal dos lusos?”; Norberto (2012, p. 113) discorda esclarecendo que, segundo o historiador Jerônimo de Viveiros¹³, “os franceses na Ilha Grande construíram em pedra”. “Edificaram a princípio em madeira, palha e barro e, dois anos depois, iniciaram a reconstrução em pedra”, eis o *Couvent Saint-François* (Convento São Francisco), atual Capela dos Navegantes (núcleo inicial da igreja e Convento Santo Antônio, primeiro convento capuchinho no Brasil) e o *Fort de Caillou*, hoje chama-se Caúra, lembrando

¹³ VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. São Luís: Lithograf, 1992, p. 3)

igualmente a origem da palavra Calhau, nome de uma conhecida praia dos ludovicenses. Por fim, afirma que “o dinheiro para a edificação em pedra do convento no Maranhão foi doado pelo Cardeal de Joyeuse, o mesmo que batizou Luís XIII e coroou Maria de Médici” (p. 113). Norberto observa ainda que, apesar de tantas trocas culturais, ainda não há políticas públicas a este fluxo francês no Estado do Maranhão, sobretudo àquelas ligadas ao turismo.

Levando a termo esta discussão sobre a fundação francesa de São Luís, destaca-se a afirmação do turismólogo e historiador Norberto (2012, p. 76) sobre o verdadeiro arsenal de informações sobre este belo, “porém ainda obnubilado”, primeiro capítulo da história do Maranhão. Há a dificuldade em enfrentar “a crítica injusta e pouco fundada dos galófobos”, mas que com o auxílio dos “lúcidos, a imensa maioria, que entende que a história dos franceses no Maranhão é, além de uma questão de justiça, uma maiúscula oportunidade de incremento da economia local através da atividade turística”.

Em apoio à linha defendida por Norberto, o historiador e professor catedrático da *Université de la Rochelle*, Martinière (2011) afirma que São Luís representou, durante três anos, a capital de um sonho utópico, o da monarquia francesa de Louis XIII.

3.2 Um mergulho na história da fundação da cidade

“ [...] o maior conjunto colonial urbano e arquitetural de tradição portuguesa da América Latina, e, inquestionavelmente, um dos bem-sucedidos exemplos do modo de viver no Brasil dos séculos 18 e 19”
(Unesco, 1999)

A ilha de Upaon-Açu, onde a capital do estado do Maranhão se encontra, foi descoberta em 1535 pelos franceses que ali fundaram em 1612 a cidade de São Luís. O nome de batismo da cidade prestava homenagem simultaneamente a São Luís e Luís XIII (vê-se nas igrejas brasileiras imagens de São Luís representado com traços de Luís XIII). Eis os registros da tentativa de se criar no Brasil a França Equinocial, com os esforços de Yves d’Evreux e de La Ravardière, e com a colaboração dos índios Tupinambás. Os portugueses e os seus canhões retomaram a região em 1615. Por não ter logrado êxito este intento, São Luís guarda suas características portuguesas muito acentuadas com a sua construção em planta ortogonal e encostada no antigo forte. Apesar do grande número de edifícios religiosos, o que faz a sua

originalidade é a quantidade de residências decoradas de azulejos, sendo conhecida como a cidade dos pequenos palácios.

A área de fundação da cidade em 1612, cujo traçado é creditada ao Engenheiro-militar Francisco Frias de Mesquita, viu o seu desenvolvimento se acentuar com a criação do monopólio Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Concomitante ao funcionamento desta Companhia e de um considerável desenvolvimento econômico em São Luís, há a reconstrução da Baixa Pombalina em Lisboa, que com seus contatos frequentes, percebe-se a coincidência de técnicas construtivas, materiais e formas produzidas em ambas as cidades (LEITE e RAMOS, 2013).

São Luís está localizada na face ocidental da ilha de mesmo nome, possuindo área de 834,785 Km², com 1.014.837 habitantes (IBGE, 2014). O Centro Histórico de São Luís situa-se a oeste, na zona costeira, e está assentado sobre uma elevação que varia de vinte a trinta metros de altura em relação ao nível do mar, entre os Rios Anil e Bacanga. O Centro Histórico foi delimitada, depois de alguns aterros, por uma via com cerca de 8 quilômetros de extensão, conhecida como Anel Viário. Eis a mesma área do núcleo primitivo da cidade, datada do primeiro quartel do século XVII (1612), e o seu entorno expandido nos séculos XVIII, XIX e início do século XX.

O Centro Histórico de São Luís abriga três bairros, sendo o marco inicial da cidade o bairro da Praia Grande. Surge no primeiro quartel do século XVII e os seus espaços adjacentes nascem com a expansão urbana nos séculos XVIII e XIX e início do XX. Como atrativo turístico, o bairro da Praia Grande está situado na faixa costeira noroeste, na confluência dos rios Anil e Bacanga e é composto de ruas e monumentos arquitetônicos da época do Brasil colonial (SILVA, 2010, p. 64).

De acordo com Reis (1990), a origem do nome deste primeiro bairro da cidade, Praia Grande, está associado às reentrâncias que se compunham na maré baixa, vulgarmente conhecidas como praias. Havia muitas, dentre elas Ribeirão, Santo Antônio e, uma das maiores, nomeada de Grande, sendo constituída naturalmente como “um vaso paul¹⁴ deixado e refeito a cada maré vazante” (MEIRELES E TEIXEIRA, 1979).

A história deste bairro fundador está completamente ligada à história da atual capital ludovicense¹⁵, fundada em 1612 por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, com autorização da rainha regente Maria de Médice, tendo escolhido estrategicamente um local para a fundação da colônia e do Forte de *Saint-Louis*, em homenagem a Luís XIII

¹⁴ Terreno alagadiço, pântano (BUENO, 1996)

¹⁵ Um dos dois gentílicos de São Luís do Maranhão: Ludovicense e São Luisense.

(OLIVEIRA, 1996). O Forte de *Saint-Louis* abriga atualmente o Palácio dos Leões (Foto 2), sede do Governo do Estado (MARANHÃO, 1997).

[...] escolheram uma bela praça, muito indicada para esse fim por se achar numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista, assim entrincheirado, formando um baluarte ao lado da terra firme, é inconquistável e tanto mais forte quando cercado quase por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo (D'ABEVILLE, 1975, p. 67).



Foto 2: Palácio dos Leões
Fonte: Arquivo do autor (2014)

Segundo Villaça (1998), o termo “centro antigo” é utilizado para definir aquele espaço urbano que se constituiu como o primeiro centro da cidade. No caso de São Luís, o bairro da Praia Grande, tem ligação com o porto e comércio e onde ainda tem edificações consideradas importantes. O autor lembra ainda que o termo “antigo” é para afirmar que a região não é mais o centro da cidade porque já não se constitui um ponto obrigatório, por determinados motivos, não obrigando mais às pessoas o deslocamento àquele bairro.

Durante o processo de inscrição do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, permitiu-se revisitar este notável episódio da fundação

da cidade pelos franceses, em cuja publicação oficial da Unesco lembra a evolução desde o último quarto do século XVIII:

[...] foi então que começaram os primeiros trabalhos de urbanização da cidade. O mais importante foi sem dúvida o da Praia Grande, praia que serve de ancoradouro para os barcos, foi transformada em porto, com cais. Atrás do cais e do mercado coberto [...] o largo do Comércio vem lembrar a gloriosa Praça do Comércio de Lisboa, que estava na sua frente, do outro lado do oceano. E ainda, o Palácio dos Leões, sede do governo geral, sobre a fortaleza fundada pelos franceses, diversas vezes retocada e embelezada. O fim dos trabalhos da Praia Grande foi marcado, em 1805, pela inauguração do mercado coberto, a Feira da Praia Grande ou Casa das Tulhas, cuja restauração em 1981 inaugura o Programa de Preservação de São Luís (VIDAL, 1998, p. 50).

Neste documento da Unesco, citado por Vidal (1998), vê-se a tomada de posição da fundação francesa da cidade. No entanto, posteriormente a este primeiro momento, a cidade constituiu o Império Português no mundo, como apontam Leite e Ramos (2013).

Ainda segundo as autoras, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, construído majoritariamente durante o século XVII, guarda em si também um período do descobrimento do Brasil, com as marcas no seu trecho urbano marcadamente portuguesas, não apenas na morfologia urbana, mas também na sua linguagem arquitetônica, genuinamente conservadas no tempo. A prática de preservação do Brasil era dirigida a um monumento isolado na paisagem urbana e, o que chama a atenção das autoras é que o reconhecimento do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997 destaca as características originais do conjunto arquitetônico e urbano, que segundo elas, deveu a sua conservação à estagnação da economia local e assim, de modo positivo, congelou a área histórica da cidade e o seu traçado original (LEITE e RAMOS, 2013).

3.3 Alguns epítetos de São Luís e seus contextos econômicos

Na tentativa de fazer uma contextualização cultural de São Luís, dialogando com as questões históricas, são apresentados alguns epítetos da cidade e seus respectivos períodos históricos.

No período do apogeu agro-exportador do algodão maranhense, no século XIX, destaca-se o ciclo literário do Grupo Maranhense, entre 1832 e 1868, onde personagens como Gonçalves Dias, poeta romântico; Odorico Mendes, intelectual humanista e tradutor de Homero e Virgílio; João Lisboa, escritor e jornalista; Sotero dos Reis, filólogo e professor,

dentre outros, todos formados em Portugal, Inglaterra e França (MEIRELES, 2001). É deste momento, com a grande influência trazida particularmente da França, (LACROIX, 2000, p. 73) que o Maranhão assimila o modelo cultural do mundo na época.

A cana-de-açúcar faz florescer no seu ciclo econômico uma segunda geração de intelectuais maranhenses, entre 1868 e 1894, que se destacaram no cenário nacional brasileiro, dentre eles o Artur e Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Nina Rodrigues, etc. , reconhecendo o valor dos antepassados letrados e trazendo ao Maranhão o mito da *Atenas Brasileira*.

Daí, com a proclamação da República e abolição da escravatura, desorganiza-se a estrutura econômica maranhense, tendo sido apontada por Lacroix (2000), um ciclo decadentista, entre 1894 e 1932.

Neste interim, na virada do século, a *Atenas Brasileira* conheceria o epíteto de *Manchester do Norte*, refletida da forte iniciativa da elite econômica local em industrializar-se, depois de inviabilizadas suas atividades agroexportadoras com a Lei Áurea de 1888.

Neste período conhece-se o telefone, máquinas de costura, iluminação elétrica (1895), os jornais locais, telégrafos (1895) traziam notícias do país, os pedestres disputavam espaços com os bondes e com os carros (a partir de 1903) e levantavam-se as chaminés juntamente com a arquitetura funcional das fábricas e vilas operárias (LOPES, 2008).

A construção de um parque industrial têxtil em São Luís (1820-1889) promove um elevado desenvolvimento econômico à cidade, refletindo em melhorias urbanas como a implantação de um sistema de transporte público de bondes (1871) e água canalizada com a Companhia Rio Anil (1874). O parque fabril maranhense, nos últimos vinte anos do século XIX, diversificou-se, tornando o estado do Maranhão o segundo estado mais industrializado do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais (LOPES, 2008).

Entretanto, segundo Meireles (2001), este momento de industrialização começa a declinar já no primeiro decênio do século XX, juntamente com a ideia de uma Manchester maranhense.

Dá-se então o declínio de parte do centro antigo¹⁶ da cidade com o abandono de muitos casarões a partir do segundo quartel do século XX, com a saída dos moradores tradicionais que representavam o segmento de maior poder econômico e ao decréscimo do comércio.

¹⁶ De acordo com Silva (2010), o declínio não foi de maneira uniforme. O vigoroso comércio que vai se afirmando na Rua Grande e adjacências denuncia esse fenômeno.

Com esta saída do centro antigo, São Luís tem a sua expansão em direção à faixa de praias e assim, o bairro da Praia Grande, o centro antigo, sofreu profundas modificações espaciais nas últimas décadas.

Enquanto isso, a urbe via a sua expansão para o eixo Anil, via João Paulo, o antigo Caminho Grande. Apesar do esvaziamento gradativo dos imóveis e da mudança do eixo de expansão da cidade, a unidade arquitetônica do conjunto urbano do centro antigo continuava sem grandes alterações, devido ao pequeno número de novas construções dentro do perímetro do centro antigo (SILVA, 2009). Pode-se constatar nesta matéria de O Globo, de 1948:

Estamos em visita pelas velhas e tortuosas ruas desta velha cidade de La Ravardière. A maioria das casas da zona urbana é constituída de construções cinquentenárias e centenárias. As janelas em estilo romano e miguelino; as portas, à moda portuguesa; as sacadas de ferro e os sobradões cheirando a sinhás e mucamas, a origem e a idade da vestuta cidade. São raras as ruas onde as construções modernas são em número superior às antigas. Ainda dominam as meias-moradas, a porta e janela, as moradas inteiras, espaçosas, sólidas, sem jardins e área livre: sinal de que pouco ou nada se constrói em São Luiz (O GLOBO – SÃO LUÍS, 20/10/1948, p. 4).

A crise econômica que assolou o estado durante várias décadas neste período, parece ter ocasionado uma manutenção à unidade arquitetônica do conjunto urbano. Evidentemente, mesmo que não houvesse novas construções, não quer dizer que as antigas estivessem a salvo, pois além do arruinamento por conta do abandono dos proprietários e das intempéries climáticas, havia o discurso do progresso. (SILVA, 2009; SILVA, 2010).

A conservação dos casarões é um grande desafio para todos, poder público e moradores, pois há inúmeras construções em estado crítico, quase ruas inteiras (foto 3) e outras ruas num nível de conservação melhor (foto 4). Algumas ruínas convivem no mesmo espaço físico com casarões bem conservados, inclusive nesta área delimitada da pesquisa, na área de tombamento da Unesco.



Foto 3: Casarões abandonados na Rua da Palma com a Rua João Vital
Fonte: Arquivo do autor, 2014



Foto 4: Rua de Nazaré. Portas, janelas e gradis.
Fonte: Arquivo do autor, 2014

Este conjunto arquitetônico em processo de arruinamento, fez com que o interventor federal nomeado em 1936 para o estado do Maranhão, Paulo Martins de Souza Ramos, tivesse em seus planos mudanças para este patrimônio.

Esse conjunto arquitetônico que até então estivera preservado praticamente intacto, passou a ser visto como prova do atraso econômico, social e cultural da cidade. A busca pelo progresso que se afinava com os novos valores que guiavam o país naquele momento começava a ameaçar as construções antigas. Tais concepções incluíam uma visão de desenvolvimento urbano que se chocava com a manutenção de construções antigas. Desta maneira, a arquitetura representativa dos séculos XVIII e XIX passou a ser vista como

um sinal de atraso e um empecilho para a evolução urbana da cidade. (IPHAN, 2007, p. 59)

E neste momento, este centro antigo que também era ocupado por empresas diversas ligadas às atividades portuárias, começa a ser ocupado por classes populares, com os denominados cortiços (SILVA, 2010). Esta ocupação do solo, indesejável para a classe dominante, construiu-se pela mídia como um espaço urbano decadente e impróprio. Ainda segundo a autora, este espaço foi relegado e desvalorizado também pelo poder público, que até então não tinha nenhuma história que deveria ser “lembrada”. O que chama a atenção é que, este mesmo espaço abandonado e relegado, tornou-se um cartão postal da cidade, com o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, em 1997 (SILVA, 2010, p. 21).

É com o esvaziamento de grande parte dos imóveis inseridos no centro antigo de São Luís que começa o problema de sua manutenção física. Diversos casarões acabavam por se arruinar sem que o proprietário e/ou autoridades tomassem providências. A manutenção física destes casarões tornava-se uma incógnita devido à perda do status de outrora, época em que o bairro simbolizava o progresso material da cidade (SILVA, 2009).

Na década de 1930 o núcleo primitivo da cidade, com o seu porto comercial, já não é lugar saudável para famílias abastadas, que se transferem, com a substituição de antigos casarões por edificações novas, os bangalôs, as quintas e as chácaras, residências que cumpriam as exigências da legislação sanitária em vigor (LOPES, 2008, p. 27).

Neste ínterim, de muitas incertezas sobre o futuro dos casarões, com a ameaça da destruição física e do abandono, surgem as primeiras ações patrimoniais na cidade. Foi na década de 1940, a partir do decreto-lei n. 25/1937, legislação vigente no Brasil, instrumento jurídico normatizador da proteção de bens considerados de valor patrimonial (SILVA, 2009).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei n. 378 no governo do presidente Getúlio Vargas. Um ano antes, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para a salvaguarda desses bens. Posteriormente confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

Mesmo com a criação deste Serviço, houve uma movimentação popular em defesa dos traços do passado de São Luís.

As ideias preservacionistas em São Luís surgiram e ganharam importância fora do âmbito do poder público, a partir do olhar dos intelectuais interessados nos “vestígios” da história da cidade que ganhou um novo status, uma nova identidade a ser defendida e preservada: São Luís, Cidade Colonial (LOPES, 2008, p. 45).

Com a mobilização dos intelectuais, o Estado cria um decreto-lei n. 25/37, que instrumentaliza a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, fazendo com que a tentativa de defesa da arquitetura colonial ganhe um novo apoio (SILVA, 2009).

De acordo com Lopes (2008), aos intelectuais locais e à atuação de Antônio Lopes da Cunha deve-se a fundação de instituições preservacionistas, como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), a conservação da Igreja Matriz de Alcântara (1927), a discussão de instrumentos legais de preservação para o município (1936), a articulação com o Museu Nacional e o SPHAN (década de 30), e orientações para os primeiros tombamentos federais na cidade (1940). Esses intelectuais também organizaram a primeira instituição local em defesa do patrimônio cultural, a Comissão de Patrimônio e Artístico Tradicional de São Luís, e o Decreto n. 476 (1943), que proibia a demolição de sobrados e casas com mirante ou azulejos nas fachadas.

São Luís tem alguns conjuntos urbanos tombados na década seguinte, pois só “em 1955 ocorreram os primeiros tombamentos de conjuntos urbanos em São Luís pelo governo federal” (LOPES, 2008, p. 46). O governo municipal também começava a manifestar preocupação com esta causa.

Preocupado com a preservação da herança arquitetônica de São Luís, o prefeito da cidade Pedro Guimarães Pinto começou a solicitar tombamentos para algumas edificações ainda em 1954, alegando sempre a importância daquele conjunto arquitetônico para a memória colonial da cidade e também do Brasil. Na maioria de suas correspondências, o prefeito apontava para o constante perigo de especulação imobiliária que ameaçava os sobrados e ruas do centro antigo de São Luís (IPHAN, 2007, p. 60)

Com o tombamento de conjuntos patrimoniais, o DPHAN em 1955 fez a inscrição no Livro de Belas-Artes do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Benedito Leite, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça João Francisco Lisboa e do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias. Os tombamentos continuaram a ser realizados nos anos 1960. Em 1961 foram inscritos os imóveis de número 199 a 205 localizados na Avenida Pedro II, no livro de Belas-Artes (SILVA, 2009).

3.4 O tombamento da Unesco: Patrimônio Cultural da Humanidade

Apenas com a vinda de consultores enviados pela Unesco em 1960 mobilizaram-se efetivamente as autoridades públicas locais. Estes consultores vêm a São Luís analisar o conjunto arquitetônico a fim de formular projetos de preservação. A convite do Governo do Estado vem a São Luís o francês Michel Parent.

De acordo com Andrès (1998), o Governo do estado quando solicita à Unesco a contribuição de um especialista, mostra a preocupação com o processo de modernização inconsequente. Apesar da elaboração de orientações para a preservação do Centro Histórico por Michel Parent, segundo Andrès (1988, p. 54-55) “não se tem notícia do atendimento a tais recomendações importantes”.

Silva (2009), sobre este ponto, aponta que o fato do Governo do Estado não ter atendido às recomendações do especialista Michel Parent, mesmo as tendo solicitado, mostra a inconsistência da valoração do sítio histórico.

Na década seguinte, sete anos após a vinda do Michel Parent, em 1973, chega a São Luís o português Viana de Lima com o mesmo objetivo: fazer um estudo sobre o conjunto arquitetônico colonial de São Luís. De acordo com Andrès (1998, p. 56), a Unesco envia este novo consultor português que “elabora minucioso e detalhado conjunto de diretrizes para a preservação de São Luís e Alcântara, documento este que se torna referência sobre o conjunto arquitetônico colonial de São Luís”. O arquiteto Viana de Lima vem a São Luís a serviço da Unesco, “com a missão de preparar um diagnóstico e um plano de proposições para a recuperação do centro histórico” (ANDRÈS, 2006, p. 92). Pela primeira vez foi realizado um estudo do centro com uma visão de conjunto e não de monumentos isolados como até então havia acontecido, apontando a importância do uso diversificado do solo como impulsionador da vivência permanente e “identificando as origens da arquitetura civil de São Luís a partir dos modelos arquitetônicos Barrocos-Pombalinos utilizados no processo de reconstrução de Lisboa pós terremoto de 1755” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 72).

No entanto, “repetindo-se, lamentavelmente, o destino do documento de Parent”, o documento minucioso e detalhado do consultor Viana de Lima “cai também no esquecimento e abandono burocrático, não tendo sido seguidas as recomendações, o que contribuiu para o agravamento da destruição e arruinamento de elementos importantes do conjunto arquitetônico de São Luís” (ANDRÈS, 1998, p. 56).

De acordo com Andrès (2006), em 1979 o IPHAN, juntamente com Aloísio

Magalhães e a Primeira Convenção da Praia Grande, de posse da publicação do estudo do arquiteto John Gisiger¹⁷ intitulado “Renovação Urbana da Praia Grande”, inicia o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, PPRCHSL. Este Programa foi iniciado em 1979 e implementado em cinco etapas, de quatro anos cada, ou seja, em períodos/governamentais distintos. Simultaneamente o programa previa uma política de recuperação física com o incentivo do retorno habitacional para a área delimitada, num horizonte de médio e longo prazos.

Segundo Leite e Ramos (2013), esses processos foram conduzidos pelos governos estadual e municipal, com recursos próprios, e procurando atrair investidores privados. Segundo as autoras, a realidade é que os governos não conseguiram seduzir os investidores, nem atrair novos moradores. Houve a inserção de escolas e serviços, o que acabou por trazer algum movimento, mas ainda não suficiente para torná-lo autônomo. As autoras apontam que ainda é necessário perceber a essência dessa desocupação e desvalorização.

No entanto, estas ações trouxeram uma certa revalorização na tentativa de atrair as parcerias privadas, criticada por Silva (2010), que afirma ter o processo de revalorização assumido características de produção de um espaço transformado em mercadoria, pensado e produzido como espetáculo, metamorfoseado para não parecer como tal, “com o objetivo de atrair compradores e capital mediante os interesses que legitimam e consubstanciam ações técnicas e políticas no espaço urbano” (SILVA, 2010, p. 21).

Concomitantemente a estas ações de revitalização, São Luís percorre o caminho do tombamento como Patrimônio Mundial da Humanidade. Um passo importante para a inscrição como patrimônio cultural foi o nascimento da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, durante a 17^a sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Unesco, realizada em Paris, em 23 de novembro de 1972.

Com o principal objetivo de estabelecer coletivamente um sistema eficaz de proteção para os bens considerados patrimônio cultural, de valor excepcional para a humanidade, os trinta e oito artigos que compõem o texto desta Convenção, podem ser divididos, de acordo com Widmer (2007), nos seguintes tópicos: delimitação dos patrimônios naturais e culturais abrangidos pela Convenção, organizações internacionais relacionadas à Convenção; e formas de proteção nacional e internacional de bens tutelados.

¹⁷ Seguir a mesma linha de proposta de Viana de Lima, descrevera as formas de ocupação e problemas como a circulação de automóveis e pedestres, e os poluidores urbanos. (LEITE & RAMOS, 2013)

Em seu artigo 1º, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial e Natural determina os bens componentes do patrimônio cultural que serão abrangidos por seu texto e sobre os quais esta lei pode agir.

Artigo 1º – Para fins da presente Convenção, são considerados ‘patrimônio cultural’:

Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

Na tentativa de ilustrar a caracterização de patrimônio cultural no texto desta Convenção, que contempla apenas os bens culturais materiais como esculturas, pinturas, áreas que possuam valor excepcional, etc., breve, criações antrópicas, a exemplo da Rua do Giz e da Rua Portugal, com o seu conjunto arquitetônico e seus azulejos (fotos 5 e 6). Quanto às paisagens ou espaços notáveis que confluem ações antrópicas e naturais, estes por serem compostos de elementos naturais e culturais, não são inscritos nem como patrimônio cultural, nem como patrimônio natural; entram numa terceira categoria de patrimônios mistos.

Apesar de subjetivo o item exposto no preâmbulo da Convenção com referência ao “valor universal excepcional” do patrimônio, os eleitos são detentores de “excepcional interesse para a humanidade”, e no artigo 1º vê-se delimitado os patrimônios culturais dentro desta classificação. No entanto, Pureza (1998) explica que o adjetivo “excepcional” pode ser analisado de modo amplo, trazendo à ideia do que se destaca do comum dentro da sua época e do seu espaço geográfico, tornando-se assim extraordinário e representativo do patrimônio cultural das presentes e futuras gerações que congregam o sentido da humanidade.

Para conseguir implementar seus objetivos, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial e Natural trabalha de forma sinérgica com organismos internacionais que executam as ações. Esta rede é composta pelo Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, também conhecido como Comitê do Patrimônio Mundial; além do Comitê Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais (ICCROM); o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (UICN).



Foto 5: Rua do Giz
Fonte: Arquivo do autor, 2014

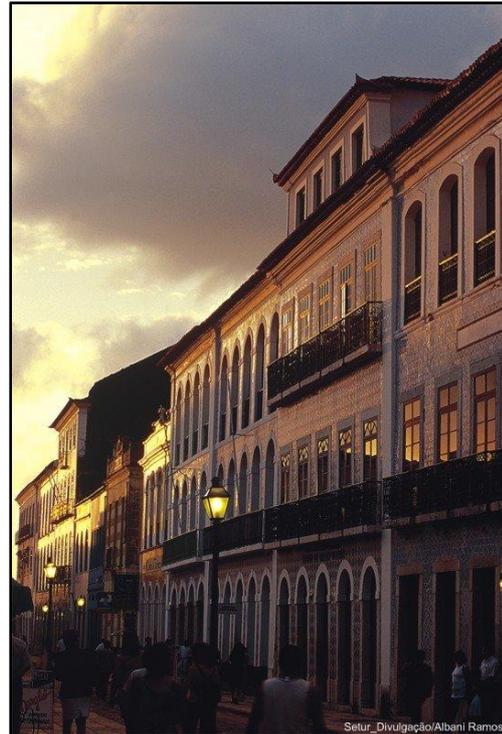


Foto 6: Rua Portugal
Fonte: Secretaria de Turismo de São Luís

Seis anos depois da inscrição da Serra da Capivara/PI na lista da Unesco, o Brasil consegue inscrever o Centro Histórico de São Luís do Maranhão sob o argumento de um conjunto arquitetônico único, formando pelo acervo de construções civis destinadas à moradia urbana, diferentemente dos demais centros históricos brasileiros já pertencentes à Lista do Patrimônio Mundial (figura 5), caracterizados predominantemente por edificações religiosas. (WIDMER, 2007)

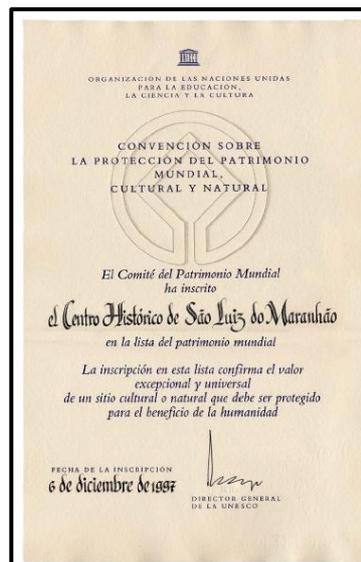


Figura 5: Certificado de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista de Patrimônio da Humanidade
Fonte: Unesco, 2014

O Centro Histórico de São Luís obteve recomendação para a sua inscrição pois, considerando o núcleo original da cidade que data do século XVII, além dos quarteirões que o circundam, o título outorgado teve como base os critérios C(III), (IV) e (V), em 03 de dezembro de 1997. O ICOMOS, em seu parecer, enfatizou o excepcional valor de São Luís como exemplo de cidade colonial portuguesa, com traçado conservado e conjunto arquitetônico representativo, assim como o diferencial caracterizado pela utilização de refinados azulejos portugueses para cobertura das fachadas das casas e sobrados, seja por fins decorativos, ou como isolante térmico, adequando-se às condições climáticas desta região equatorial brasileira.

Na figura 6, abaixo, vê-se exemplares dos azulejos encontrados nas diversas fachadas dos casarões do Centro Histórico de São Luís, como o do casarão da foto 7, a Universidade do Estado do Maranhão com a sua fachada coberta de azulejos e o conjunto arquitetônico, na foto 8, ilustrando a ideia do “craquelado” no sítio, com janelas, telhas, azulejos, quarteirões, a malha urbana as portas e janelas.



Figura 6: Azulejos de São Luís

Fonte: Flickr, 2014.



Foto 7: Prédio da Universidade do Estado do Maranhão – Uema
Fonte: Arquivos do autor, 2014.



Foto 8: Vista a partir do terceiro andar do Museu de Artes Visual, Rua Portugal, 273
Fonte: Arquivos do autor, 2014.

Fazendo um contraponto com o Direito francês sobre os bens inscritos na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, de acordo com Moreira (2008) para serem considerados bens na França, eles precisam ser apropriados. Nesta subdivisão, são divididos em móveis e imóveis. Encontram-se nesta última categoria: o meio ambiente, o solo, o subsolo, os lugares com água, a vegetação ligada ao solo, visto ser esta um acessório daquele. A autora também enfatiza que as formas construídas (edifícios) igualmente estão aí compreendidos. Este conceito considera todos os elementos como formadores da paisagem e estão expressos nas leis de 10/07/1976 e de 12/10/1977, para quem a paisagem é um valor coletivo. Assim, naquele país, para se tornar um bem, uma forma precisa ter um destes quatro valores, sendo eles o (1) científico, que se define nos critérios raridade natural ou construída, exemplaridade didática ou testemunho paleogeomorfológico; (2) cênico, compreendendo o aspecto estético da forma, mensurável e quantificável através de suas características morfológicas e de sua aceitação, dando ênfase às emoções positivas despertadas no observador – este é um valor delicado para análise, visto a beleza não ter valor universal; (3) cultural, buscando conhecer qual é o lugar que os elementos da paisagem ocupam na tradição cultural, a partir de comparações com fotos antigas (e recentes), cartões postais, obras picturais, contos e lendas, e história oral; (4) econômico, o que possibilita o uso, via exploração e utilização, do meio ambiente (natural e/ou edificado). Neste último ponto, há uma distinção entre valor econômico e recurso econômico. Este último tem incidência direta sobre a produção e o emprego. (MOREIRA, 2008).

Neste contexto econômico, o Brasil poderia gerar mais receitas com a melhor promoção dos seus destinos, em especial aqueles considerados patrimônios mundiais, como o Centro Histórico de São Luís. Pois, o Brasil acaba de figurar, pela primeira vez, no grupo dos 10 países com o maior gasto com turismo no mundo. Dados de maio de 2014, do Relatório da Organização Mundial do Turismo, colocam o Brasil numa lista encabeçada pela China, que a lidera desde 2012 e se distancia dos demais no *ranking*. Em 13 anos, os gastos dos chineses no mundo foram multiplicados por 10. O Brasil entra no grupo dos 10 maiores mercados emissores de turismo, depois de ter aumentado o percentual de gastos em 13%, atingindo 25 milhões de Euros (Quadro 8).

Ranking		Gastos do turismo internacional (Bilhões de Euros)		Participação no mercado (%)	População (Milhão)	Gastos <i>per capita</i> (Euro)
		2012	2013	2013	2013	2013
1	China	102,0	128,6	11,1	1.361	94
2	Estados Unidos	83,5	86,2	7,4	316	273
3	Alemanha	81,3	85,9	7,4	81	1.063
4	Rússia	42,8	53,5	4,6	143	374
5	Reino Unido	51,3	52,6	4,5	64	821
6	França	39,1	42,4	3,7	64	665
7	Canadá	35,0	35,2	3,0	35	1.002
8	Austrália	28,0	28,4	2,4	23	1.223
9	Itália	26,4	27,0	2,3	60	442
10	Brasil	22,2	25,1	2,2	198	127

Quadro 8: Principais países emissores de turistas

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de OMT, 2014

Diante destes dados percebe-se que o Brasil tem um forte mercado consumidor interno, que poderia ser estimulado a viajar mais, também, pelos seus destinos nacionais. Muitas pesquisas poderiam colaborar com este objetivo, buscando o perfil deste turista, o que buscam além das questões patrimoniais e por que não viajam para destinos nacionais considerados patrimônios mundiais, como São Luís, por exemplo.

4 OLHARES CRUZADOS: o Centro Histórico de São Luís sob a lente dos atores turísticos

Neste capítulo, apresentar-se-á a leitura dos dados gerados a partir da pesquisa empírica e responder-se-ão as perguntas propostas inicialmente, sendo elas (a) Como o Centro Histórico é percebido pelos turistas, pelos moradores e por representantes do *trade* turístico de São Luís? (b) Quais são os atuais roteiros culturais comercializados? E (c) Que novos artefatos, paisagens e trajetos poderiam também ser explorados?

Para responder a estas perguntas, foram entrevistados 15 turistas, 37 moradores e 44 atores do *trade* turístico de São Luís entre os meses de fevereiro e abril de 2014. Para além da aplicação dos questionários, optou-se por fazer uso da ferramenta Mapas Mentais com vistas a desvendar detalhes que possivelmente os questionários não pudessem registrar e, igualmente colaborar para responder às perguntas de pesquisa supracitadas. Com isso, 20 estudantes/profissionais da área de turismo, todos moradores de São Luís e frequentadores diários do Centro Histórico, foram convidados a construir mapas mentais do mais memorável trajeto realizado no Centro Histórico de São Luís. A escolha destes sujeitos para a construção dos mapas mentais tentou atingir/reforçar as percepções do *trade*, dos moradores e dos turistas, por serem estes alunos/profissionais/moradores/frequentadores assíduos do espaço em análise, quase um “olhar” simultâneo dos turistas, moradores e *trade* turístico. Dos mapas mentais deste estudante/profissional da área de turismo, morador de São Luís e frequentador diário do Centro Histórico, espera-se uma relação intensa com o espaço, em cujos mapas podem aparecer detalhes da percepção que os questionários porventura não tenham alcançado.

5.1 O Centro Histórico “sob a lente” dos turistas

Os 15 turistas entrevistados são provenientes de diversas cidades, como Caxias-MA, Barreirinhas-MA, Goiânia-GO, Vitória-ES, Marabá-PA, Minas Gerais, Bahia, e os demais de outros países: Alemanha, Áustria, Itália, Argentina (Córdoba e Buenos Aires), França e Guiné-Bissau. Destaca-se que o tempo de permanência dos turistas estrangeiros superam, e muito o dos turistas nacionais, sendo ele contado predominantemente em semanas e meses.

Itens pesquisados	Avaliações (em frequência absoluta) TURISTAS			
	Em conformidade	Desconformidade	Não se aplica	Outros
Calçamento homogêneo para veículos	3	12	-	-
Sinalização para pedestre	5	10	-	-
Sinalização para motorista	7	8	-	-
Boa conservação das fachadas dos imóveis	4	11	-	-
Iluminação dos espaços públicos à noite	12	2	-	1
Existência de arborização	7	7	-	1
Edifícios e monumentos de várias épocas	13	2	-	-
Espaços com vistas parciais ou panorâmicas para o Centro Histórico	15	-	-	-
Limpeza dos espaços públicos	8	6	-	1
Fachadas dos imóveis diferenciadas	2	4	-	8
Iluminação diferenciada	13	2	-	-
Espaço amplo que evite sensação de aglomerado	11	4	-	-
Pontos de descanso para pedestres	13	2	-	-
Elementos/monumentos que caracterizem e homogeneizem o Centro Histórico	14	1	-	-

Quadro 9: Percepção do Centro Histórico pelos Turistas

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Segundo Del Rio (1991) nas suas categorias de análise, onde a ‘legibilidade’ é a percepção e apreensão da paisagem de forma quase imediata, transmitindo emoção e sensações como acolhimento, conforto, segurança e pertencimento; temos a percepção avaliada prevalentemente em ‘conformidade’ pelos turistas, apesar de algumas sugestões para melhorar a segurança.

A segunda categoria de análise, a ‘pregnância’, compreende a retenção da imagem, promovendo uma sensação de inesquecível e o conseqüente desejo de retornar outras vezes. A pesquisa mostra que os turistas têm muitas imagens de praças, ruas, monumentos, mirantes, dentre outros, que foram indicados à visita daqueles que buscam conforto e bem-estar. Estes resultados podem ser visualizados no decorrer da interpretação dos dados.

A terceira categoria, ‘individualidade’, compreende as áreas de convívio coletivo e espaços que podem proporcionar sensações de individualidade, recolhimento, interiorização, etc. Os itens do questionário relativos à esta categoria foram avaliados majoritariamente em conformidade, ‘pontos de descanso para os pedestres’, apesar do item ‘existência de arborização’, não ter sido percebido claramente nem como “conforme”, nem “desconforme”. Vale salientar que estes dois itens não compreendem a totalidade dos itens da categoria ‘individualidade’.

A quarta e quinta categorias, ‘continuidade’ e ‘variabilidade’, compreendem as paisagens que transmitem ampla perspectiva ao usuário transmitindo a sensação de domínio do espaço e a sensação de diversidade formal e funcional, mantendo a legibilidade do espaço. Nestas categorias, alguns itens indicam a continuidade do calçamento, tanto para pedestre quanto para veículos têm prevalência de “desconformidade”. Já no caso das fachadas de imóveis diferenciadas e existência de edifícios e monumentos de várias épocas; apesar de terem sido avaliados em “conformidade” com frequência pelos turistas, por concordarem que o Centro Histórico de São Luís compreende edifícios e monumentos construídos em várias épocas, eles não sabem responder se as fachadas dos imóveis são diferenciadas, tendo frequentemente respondido a este item “Não sei”.

Estas categorias analisadas mostram que para os usuários há o ‘efeito surpresa’, que quebra a monotonia das fachadas e pode interessar os turistas ou habitantes locais. Sobre a funcionalidade, percebe-se que a existência de diversos órgãos públicos e privados, além de residências, colaboram com a legibilidade do espaço.

A última categoria, a ‘complexidade’, é aquela que proporciona uma sensação de magnitude e grandiosidade provocando emoções fortes e até insegurança, mas sempre com encantamento. Na avaliação feita, foram indicados diversos locais com vistas panorâmicas para totalidade do Centro Histórico e para o mar, além de sugestões para assistir ao pôr-do-sol, sugerindo a existência de locais fortes a serem explorados pelos roteiros turísticos.

Frequência absoluta das citações	Lugares	O que pode ser visto
7	Palácio dos Leões (Mirante da Praça dos Três poderes)	Baía de São Marcos, Pôr-do-sol, Av. Beira Mar, Praça dos Três Poderes
2	São Francisco (Ponte)	Centro Histórico, Mangues, Igrejas, Praça Maria Aragão
	Museu de Artes - Mirante (Rua Portugal)	Centro Histórico, mar, barcos atracados, ruas, telhados
1	Grand São Luís Hotel	Baía de São Marcos, pôr-do-sol
1	Praça Maria Aragão	Mar
1	Escadaria Humberto de Campos	A escadaria, conjunto arquitetônico em corredor

Quadro 10: Lugares que proporcionam vista parcial e/ou panorâmica e o que pode ser visto
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Para além das opções “em conformidade” e “desconformidade”, os turistas da amostragem “elegeram” lugares no Centro Histórico que possibilitam uma vista parcial e/ou panorâmica, testemunhando o que se podia ver destes espaços. O Palácio dos Leões, com maior prevalência, talvez por ser bastante explorado em todos os roteiros turísticos comercializados no Centro Histórico, aparece no depoimento de grande parte dos turistas. De lá pode-se apreciar a Baía de São Marcos, o Pôr-do-sol, a Avenida Beira Mar e a Praça dos Três Poderes. Coincidentemente estes são os pontos apresentados no discurso do roteiro turístico cultural, exatamente deste ponto, do Palácio dos Leões (pode ser conferido na transcrição do roteiro cultural neste trabalho, da linha 731 à 1336. Durante todo este tempo, quase $\frac{1}{4}$ do que foi falado em todo o percurso, foi proferido nesta área).

O Museu de Artes, na Rua Portugal, abriga um mirante no seu último andar, sendo dado o acesso àqueles que visitarem suas exposições permanentes e temporárias, que vão do andar térreo do museu ao último andar. No último, ao final da visita, desfruta-se da vista apontada por alguns turistas, de onde se vê o Centro Histórico, o mar, os barcos atracados, as ruas e os telhados. A ideia do “craquelado” tão presente na leitura dos mapas mentais construídos pelos moradores, parece encontrar deste mirante, uma de suas principais inspirações (Foto 9).



Foto 9: “Craquelado” na paisagem do Centro Histórico
Fonte: Arquivo do autor (2014)

Praça Nauro Machado e ruas adjacentes
Praça Valdelino Cécio
Rua Portugal, Rua da Estrela
Escadarias

Quadro 11: Locais confortáveis para grandes grupos, evitando sensação de aglomeração, de acordo com os turistas.
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

De acordo com esta amostragem de turistas, há locais que têm dimensionamento suficiente, causando sensação de conforto. Neste item, apesar de muitos terem respondido apenas “sim”, e alguns “não”, sem saber identificar estes lugares, parece não ser este ponto um grande “incômodo” para o turista. Mesmo assim, perguntados quais seriam estes locais, por ordem de prevalência nas respostas, a Praça Nauro Machado e suas ruas adjacentes (Rua da Estrela, Rua Portugal, escadarias e Praça Valdelino Cécio) foram as citações mais frequentes. Isso mostra, talvez, que o turista busca neste espaço o contato mais próximo com as pessoas, a cultural local e com a alegria. Estes espaços citados concentram quase todas as ocorrências de festas, bares, boates, restaurantes, bancos sob árvores, feira de artesanato e o Mercado das Tulhas.

Sobradões com azulejos
Calçamento com pedras de cantaria e/ou paralelepípedos
Igrejas
Lojas de artesanato
Bares do Centro Histórico
Baía de São Marcos, variação da maré e o pôr do sol
Escadarias
Colonizadores
Malha urbana
Escola de capoeira Acapus

Quadro 12: Imagens associadas ao Centro Histórico de São Luís de acordo com os turistas

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Para estes turistas, os sobradões e suas fachadas cobertas de azulejos foram frequentemente apontados como a imagem recorrente quando se pensa no Centro Histórico de São Luís. Talvez a Rua Portugal represente bem este conjunto de sobrados cobertos com azulejos, apesar desta característica também ser praticamente encontrada em todo o Centro Histórico tombado pela Unesco (fotos 5 e 6) A imagem referente à malha urbana e à colonização, também apontadas, encontra “eco” no discurso do roteiro turístico realizado durante todo o percurso, podendo ser conferido alguns extratos na transcrição do roteiro, especificamente a partir da linha 700 e da linha 981 em diante.

Numa leitura geral, o potencial do atrativo é percebido pela avaliação “em conformidade” na maioria dos itens. Apesar de avaliações “em desconformidade”, foi percebido uma prevalência de avaliações positivas, mesmo tendo aparecido nas questões abertas do questionário, em especial na última questão: “Críticas e sugestões para a melhor adequação do Patrimônio Histórico Edificado de São Luís para o Turismo”. Estas, na sua maioria, sugerem a melhor conservação da parte histórica, melhor policiamento, mais segurança, mais placas informativas, mais bares com reggae, valorização da cultura local, programa de inserção social para os moradores de rua, orientar os vendedores ambulantes, alguns edifícios mereceriam ser restaurados, melhorar o calçamento. Apontou-se igualmente a falta de banheiros públicos e de cestas de lixo, e no item sobre locais de descanso, mesmo

tendo os que marcaram “em conformidade” comentam que são poucos estes locais de descanso.

4.2 O Centro Histórico “sob a lente” dos moradores

Os 37 moradores respondentes têm profissões diversas. Comerciante (há 15 anos), produtores culturais (há 20 anos, há 8 anos), ator (há 30 anos), empresário do turismo, mestre de tambor de crioula (há 30 anos), empresário de bebidas, donas-de-casa, guia de turismo (há 4 meses), artesão de escultura metálica (confecciona tambor de crioula há 1 ano), artesão de artigos em madeira (há 7 anos), artista e designer (há 17 anos), gerente de hotel, enfermeiro, comerciantes (há 30 anos, há 23 anos, há 25 anos, há 11 anos, há 5 anos), segurança (há 5 anos), sapateiro (há 15 anos), ambulante (há 2 anos), ator mímico e palhaço (há 30 anos), educador de restauração (há 10 anos), atriz (há 14 anos), tecelão com artesanatos (há 38 anos), monitora do Museu Casa de Nhozinho (há 1 ano), Funcionário público (há 4 anos), aposentado (há 1 ano), profissional da beleza (há 4 anos) e professora (há 8 anos). Todos residem na área expandida do Centro Histórico (não apenas na área de tombamento da Unesco). Suas percepções do Centro Histórico de São Luís são apresentadas no quadro 13, a seguir.

Itens pesquisados	Avaliações (em frequência absoluta)			
	Em conformidade	Desconformidade	Não se aplica	Outros
Calçamento homogêneo para veículos	2	35	-	-
Sinalização para pedestre	12	25	-	-
Sinalização para motorista	23	14	-	-
Boa conservação das fachadas dos imóveis	-	37	-	-
Iluminação dos espaços públicos à noite	9	28	-	-
Existência de arborização	21	16	-	-

Edifícios e monumentos de várias épocas	36	1	-	-
Espaços com vistas parciais ou panorâmicas para o Centro Histórico	37	-	-	-
Limpeza dos espaços públicos	17	20	-	-
Fachadas dos imóveis diferenciadas	17	20	-	-
Iluminação diferenciada	31	4	-	2
Espaço amplo que evite sensação de aglomerado	16	18	-	3
Pontos de descanso para pedestres	25	11	-	1
Elementos/monumentos que caracterizem e homogeneizem o Centro Histórico	35	2	-	-

Quadro 13: Avaliação dos respondentes sobre aspectos que compõem a paisagem no Centro Histórico de São Luís

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na leitura dos dados da avaliação dos moradores do Centro Histórico sobre o seu espaço, com base nas categorias de análise do Vicente Del Rio (1991): legibilidade, pregnância, individualidade, continuidade e variabilidade e complexidade, houve total prevalência da opinião de que não há boa conservação das fachadas dos casarões. Um outro dado conhecido é o fato de que todos concordam que há espaços com vistas parciais/panorâmicas sobre o Centro Histórico e, particularmente neste item, fizeram questão de dedicar um pouco mais de tempo para sugerir várias opções.

Na primeira categoria, Legibilidade, apesar de alguns itens terem sido avaliados totalmente em “desconformidade” pelos moradores, como o caso da conservação das fachadas, e grande prevalência de avaliação desconforme para a iluminação e a limpeza dos lugares públicos, no geral, parece haver uma forte ideia de pertencimento, com respostas carregadas de emoção, sobretudo nos comentários delas. Os elementos e monumentos que homogeneizam o Centro Histórico, por exemplo, foram apontados com grande frequência: os sobradões, azulejos, mirantes, as pedras do calçamento das ruas (paralelepípedos, pedra de Lioz/cantaria), as luminárias, janelas, eiras e beiras, sacadas e ladeiras.

Na segunda categoria, Pregnança, que se refere à retenção das imagens, o que

promove a ideia de “sensação inesquecível”, houve a indicação/sugestão de inúmeras praças, ruas, atrações, mirantes, etc., àqueles que buscam conforto e bem-estar. No decorrer da interpretação dos dados, serão apresentados estes lugares.

Na terceira categoria, Individualidade, referente às áreas de convívio coletivo e espaços que proporcionem sensações de individualidade, recolhimento, interiorização, etc., parece ter sido percebido bem diferentemente por cada um dos entrevistados. Compreende-se, a partir dos dados no quadro anterior, que o item sobre arborização (21 – conformidade / 16 – desconformidade), espaços amplos que evitem aglomerados (16 – conformidade / 18 – desconformidade / 3 - outros) e locais para descanso de pedestres (25 – conformidade / 11 – desconformidade / 1 – outros) que alguns espaços verdes estão distantes da área majoritariamente explorada pela atividade turística (área de tombamento da Unesco), pouco usada – portanto - por turistas; quanto aos espaços amplos que evitam aglomerados, os moradores (diferentemente dos turistas) acreditam em maior frequência, não haver lugares amplos no Centro Histórico. Alguns dizem que a Praça Nauro Machado “já não comporta mais”. Sugerem as “praias”, a Praça Maria Aragão, Praça Gonçalves Dias, o Anel Viário, dentre outros, todos locais que parecem não ser os “preferidos” dos turistas e do *trade* para a realização das principais atividades turísticas no Centro Histórico. Estas percepções adversas poderiam ser causa de um conflito entre os moradores e a atividade turística? Quanto ao local de descanso, os moradores responderam em prevalência que há lugares para descanso de pedestres, citando as praças e os bancos.

Nas quarta e quinta categorias, Continuidade e Variabilidade, nos três primeiros itens, respectivamente “calçamento homogêneo para veículos”, “sinalização para pedestres” e “sinalização para motoristas”, fica a impressão de que há uma forte demanda pelo uso do automóvel por parte dos moradores. Foi apontado que o calçamento não está homogêneo para veículo, e em alguns comentários aparecem queixas quanto ao número de “buracos” no calçamento. No entanto, este mesmo calçamento foi também apontado como “elemento que homogeneiza o Centro Histórico”, o calçamento em paralelepípedos e pedra de Lioz. Nestas categorias, tratam-se das paisagens que transmitem ampla perspectiva ao usuário permitindo a sensação de domínio do espaço, a identificação de diversidade formal e funcional, com legibilidade. No item “Edifícios e Monumentos de várias épocas”, quase houve unanimidade na resposta “conformidade” para este item. No entanto, se os edifícios e monumentos de várias épocas denunciam estas características na sua “linguagem” arquitetônica, não pareceu coerente no item “fachadas de imóveis diferenciadas” ter havido prevalência de “desconformidade”. Sobretudo quando se lê os comentários, apontando particularmente esta

“diferenciação nas fachadas” devido aos letreiros e alterações nas fachadas das lojas da Rua Grande. Não seria necessário fortalecer as ações e as políticas públicas ligadas à Educação Patrimonial?

A sexta e última categoria, Complexidade, é a que proporciona aquela sensação de magnitude e grandiosidade, provocando emoções fortes e até insegurança, mas com encantamento. Nesta categoria, encontramos um grande número de sugestões de lugares com vistas panorâmicas sobre o Centro Histórico e sobre pontos específicos, alguns locais até então ainda não explorados nos roteiros culturais comercializados pelas agências do Centro Histórico, tampouco conhecido de todos os atores turísticos (quadro 14).

Frequência absoluta das citações	Lugares	O que pode ser visto
14	Palácio dos Leões	Ilha do Medo, Pôr-do-sol, Baía de São Marcos, coreto, Praça dos Três poderes, Bairro de São Francisco
6	Praça Gonçalves Dias	Mar, Centro Histórico, baía de São Marcos, pôr-do-sol
	Praça Benedito Leite	Rua do Giz, Rua do Sol
3	Centro Cultural Mestre Amaral	Ponte José Sarney, Espigão, Baía de São Marcos, contraste social
2	Praça Dom Pedro II	Pôr-do-sol
	Domingos Vieira Filho – Casa das Festas (Rua do Giz)	Pôr-do-sol, telhados do Centro Histórico, visão parcial do Centro Histórico
	Bar do Tapuia (Beco da Pacotilha)	Telhados do Centro Histórico, Baía de São Marcos, Torres da Igreja da Sé
1	Prédio do antigo Banco do Estado do Maranhão	Visão 180 graus de todo o Centro Histórico
1	Bar Taperas	Baía de São Marcos
1	Rua Pe. Antônio Vieira ou Beco do Seminário (Fundos da Escola Modelo)	Vista do mar com os barcos a velejar, paisagem de “antigamente”
1	Sacada do Desterro	Centro Histórico
1	Praça do Trapiche (ao lado da Casa Maranhão) Catraeiros	Pôr do sol

Quadro 14: Lugares que proporcionam vista parcial e/ou panorâmica e o que pode ser visto, de acordo com os moradores

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Apesar dos turistas terem apontado dois lugares para assistir ao pôr do sol, nada se

compara aos moradores, que elegeram cinco lugares palcos para a cerimônia do Pôr-do-sol. Parece ser este um indício de que os roteiros turísticos poderiam finalizar com um *grand final* num destes lugares, ao pôr-do-sol. Os passeios do roteiro turístico começam no mesmo horário, as 8h00, sendo um de duas horas e o outro de três horas de duração. O roteiro realizado, que durou mais de três horas, terminou por volta do meio-dia. Dos locais eleitos pelos moradores, surgem alguns bares, mirantes de museus e casas de cultura e sacadas, ainda sem ocorrência nos questionários e entrevistas. Os três locais mais citados pelo maior número de moradores parecem ser consenso entre os demais atores. No entanto, no roteiro turístico cultural a Praça Gonçalves Dias apenas foi apontada durante a realização do roteiro cultural, de longe, de dentro do carro em movimento. (Quadro 15).

Praça Nauro Machado
Praça Dom Pedro II
Praça Gonçalves Dias
Centro de Cultura do Tambor de Crioula Mestre Amaral
Praça Maria Aragão
Anel Viário

Quadro 15: Locais confortáveis para grandes grupos, evitando sensação de aglomeração, de acordo com os moradores

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Neste quesito, mesmo citando estes lugares, há -em grande frequência- queixas de que os locais estão superutilizados e que não há espaços adequados no Centro Histórico que evitem sensação de aglomeração. Talvez estas informações apontem o possível desejo dos moradores de se discutir a sustentabilidade na atividade turística, neste espaço.

Perguntados sobre quais seriam as imagens que viriam à mente quando se pensava em Centro Histórico de São Luís, tivemos os seguintes resultados (quadro 16):

Azulejos e Casarões
Embarcações: Bianas, Catamarã, Iates e barcos à vela, na Rampa Campos Melo
Rua Portugal, Praça Dom Pedro II, Igreja da Sé
Fonte do Ribeirão
História/Passado: a indústria e o comércio que originaram o Centro Histórico
Igreja do Desterro e Convento das Mercês

Continua...

Ruas e becos estreitos, escadarias e ladeiras
Bohemia
Feira da Praia Grande / Casa das Tulhas
Praça Nauro Machado
Estandarte de Cosme e Damião e Palácio dos Leões
Telhados de barro,
Praça Benedito Leite e Praça da Sé
Praça João Lisboa
Centro de Cultura Tambor de Crioula Mestre Amaral

Quadro 16: Imagens associadas ao Centro Histórico de São Luís, de acordo com os moradores

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Há uma prevalência na percepção de barcos, embarcações, bianas, iates, etc. , talvez por ser também um meio de transporte comum aos ilhéus. Percebe-se grande coincidência entre as imagens associadas ao Centro Histórico pelos turistas e pelos moradores. Um morador respondeu, neste espaço, que a imagem associada ao Centro Histórico por ele seria “falta de respeito da população local com o patrimônio, jogam lixo no chão”, corroborado por outros discursos nas críticas e sugestões, como “a população deve juntar forças com o governo para manter vivo esse patrimônio”, “para que o turismo se desenvolva no Centro Histórico, a população deve ser educada a preservar o patrimônio”, “não só o governo, mas a população da cidade que frequenta o Centro Histórico deve preservar mais o nosso patrimônio arquitetônico [...]”, dentre outros.

No último espaço, destinado às críticas e sugestões, a frequência de queixas quanto à falta de: manutenção dos casarões, treinamento de mão de obra local para desenvolver estes trabalhos, conservação do patrimônio histórico, instalação de lojas 24 horas, policiamento e pontos de atendimento ao turista, falta de políticas públicas para trabalhos com a “autoestima” cultural da população local, falta de sinalização para pedestres, falta de placas com nomes de ruas, falta de atrativos noturnos, falta de segurança para o turista e para o morador, fiscalização dos órgãos competentes quanto ao estacionamento indevido na Rua dos Catareiros às sextas, acordo do Iphan para com os moradores quanto às reformas; rigidez com os proprietários que deixam os casarões fechados, saneamento básico, água, iluminação e segurança 24 horas.

Há um clamor generalizado nos atores envolvidos com a atividade turística, manifestados nos questionários e nos mapas mentais, quanto à falta de segurança. É muito

recorrente, em respostas onde não se espera ser apontado o problema da segurança pública, aparecer. Nos mapas, há grande frequência de desenhos com destaque para o prédio da Polícia, no entanto, em alguns, a “ordem” que se espera da “força de segurança” falha. Alguns depoimentos de violência e falta de prestação de serviços públicos básicos: como acesso ao saneamento básico, água encanada potável e luz.

4.3 O Centro Histórico “sob a lente” do *trade*

Os 44 entrevistados compõem a amostragem do *trade* turístico do Centro Histórico de São Luís; esta é formada por funcionários e estagiários dos museus, servidores da Secretaria da Cultura, comerciantes, vendedores de artesanato, educadora de dança afro, funcionários de restaurantes, vendedores de lanches, garçonetes, líder comunitário (UMCHSL- Unidade Municipal do Centro Histórico de São Luís 4ª Gestão), profissional de eventos, servidores administrativos da secretaria de turismo, guias de turismo, educador de história, monitores de museus, ambulantes, turismólogos, servidor da Secretaria de Urbanismo do Município de São Luís, seguranças, técnico da secretaria de turismo, funcionários de agências de turismo e proprietários de agências de turismo.

De acordo com Vicente Del Rio (1991), na primeira categoria, “Legibilidade”, os itens trouxeram percepções majoritariamente “em conformidade”, exceto no que se referem aos carros. Muitos responderam os itens referentes ao “calçamento homogêneo para veículos” e “sinalização para motorista” em “desconformidade” comentando que o trânsito de carros no Centro Histórico deveria ser proibido, pois “o calçamento é impróprio para o tráfego de veículos”, “os paralelepípedos não suportam tal impacto”, “os carros atrapalham o trânsito de pedestres”, proibir o trânsito de veículos “exceto os que abastecem o comércio” e também “porque descaracteriza o cenário do patrimônio histórico” (Quadro 17).

Ainda de acordo com a categoria de “Legibilidade”, nota-se que houve uma leve avaliação positiva com relação à “limpeza do espaço público”, em comparação com os moradores. Na aplicação dos questionários havia uma “esperança” de que os resultados desta pesquisa trouxessem maior fluxos de turistas, melhorando os seus negócios, ideia esta da qual os resultados deste trabalho não se distanciam (Quadro 17).

Na segunda categoria, *Pregnância*, as imagens retidas têm foco nos detalhes e diferenciais que o Centro Histórico abriga, como os detalhes que diferenciam as fachadas dos imóveis de diferentes épocas (o que para os demais autores, quando respondiam que as fachadas se diferenciavam, relacionavam à construção de letreiros nas lojas), elementos

homogeneizantes, majoritariamente “os casarões”, “as calçadas de paralelepípedo e pedras de cantaria”, os “lampiões”, dentre outros (Quadro 17).

Itens pesquisados	Avaliações (em frequência absoluta)			
	Em conformidade	Desconformidade	Não se aplica	Outros
Calçamento homogêneo para veículos	5	39	-	-
Sinalização para pedestre	9	35	-	-
Sinalização para motorista	18	23	3	-
Boa conservação das fachadas dos imóveis	4	38	2	-
Iluminação dos espaços públicos à noite	13	28	3	-
Existência de arborização	23	21	-	-
Edifícios e monumentos de várias épocas	40	4	-	-
Espaços com vistas parciais ou panorâmicas para o Centro Histórico	44	-	-	-
Limpeza dos espaços públicos	22	20	2	-
Fachadas dos imóveis diferenciadas	34	6	4	-
Iluminação diferenciada	38	5	1	-
Espaço amplo que evite sensação de aglomerado	30	13	1	-
Pontos de descanso para pedestres	35	9	-	-
Elementos/monumentos que caracterizem e homogeneizem o Centro Histórico	42	1	1	-

Quadro 17: Avaliação dos respondentes do *trade* sobre aspectos que compõem a paisagem no Centro Histórico de São Luís

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na terceira categoria, Individualidade, o *trade* acredita estar em conformidade com locais de descanso, com verdes, como as praças e os seus bancos; e locais amplos, que evitem

a sensação de aglomeração. Os moradores têm a impressão de que os locais do Centro Histórico já estão saturados e de que não há opções de locais amplos que evitem a sensação de aglomeração, neste ponto o *trade* discorda. (Quadro 17)

Nas quartas e quintas categorias, Continuidade e Variabilidade, há uma grande ocorrência de implantação de placas informativas (inclusive em línguas estrangeiras e braile), apesar de terem sugerido a sinalização para motoristas, parece ter havido uma contradição porque muito frequentemente não concordavam com o trânsito de veículos no local. O efeito surpresa nesta continuidade estaria, com grande prevalência, nas vistas aéreas do Centro Histórico, através de suas janelas e mirantes (Quadro 17).

Na sexta categoria, a Complexidade, reforça-se a impressão das vistas pelas janelas superiores dos casarões e dos mirantes, tendo sido apontados inúmeros “atrativos” a serem apreciados de cima. Esta vista mais aérea das janelas/mirantes e a representação do Centro Histórico em mapas, talvez tenham influenciado muito os sujeitos que construíram os mapas mentais, pois todos conseguiram desenhar sob o ponto de vista aéreo o trajeto, com destaque em alguns para o craquelado criado pelos quarteirões quase uniformes, os telhados, as janelas, os paralelepípedos, as pedras de cantaria, etc. , impressões estas que também apareceram prevalentemente sob o olhar do *trade*. Também ficou uma impressão de que, visto alguns serem proprietários ou trabalhar em hotéis, restaurantes, agências de viagem, etc., indicavam sempre “a vista mais bonita do Centro Histórico” dentro do seu estabelecimento comercial ou naqueles de companheiros próximos (Quadro 17).

O Palácio dos Leões parece ser, de fato, a vista mais lembrada do Centro Histórico, permitindo avistar a Baía de São Marcos, o pôr do sol, Cais da Sagração (quadro 18), etc. , mas é curioso perceber que o Centro Histórico, naturalmente, favorece a criação de mirantes para as águas e para as outras partes da cidade, mas que talvez fosse necessário um discurso mais convincente para enriquecer os pontos de vista a partir do Centro Histórico. Alguns pontos a serem sugeridos aqui: (1) a reflexão sobre este uso frequente do espaço como mirante das águas e do pôr do sol, momento este em que se dá – literalmente – as costas para o Patrimônio Histórico; (2) o uso destes mirantes também para observar detalhes do Centro Histórico, a exemplo dos telhados, das janelas, das pedras de cantaria, das luminárias, do “craquelado” que abre diversas possibilidades de leitura, podendo ainda inspirar artistas a traduzir este espaço em outras linguagens e (3) o uso ordenado de artistas, ao longo de todo o percurso, com obras em diversas linguagens, inspiradas no patrimônio material e imaterial do Maranhão. O roteiro turístico cultural é um meio importante de implementar estas ações pois um destino turístico com este perfil histórico, tombado pela UNESCO, atrai turistas com

motivações culturais.

Eis os locais apontados pelo *trade* como proporcionadores de vistas parciais e panorâmicas sobre o Centro Histórico (quadro 18).

Frequência absoluta das citações	Lugares	O que pode ser visto
13	Palácio dos Leões	Ponta do Bonfim, Cais da Sagração, Ponta d'Areia, Pôr-do-sol, São Francisco
6	Praça Gonçalves Dias	Patrimônio Histórico, Torres das igrejas, beiras e ribeiras, Rio Anil e Bacanga, RFSA
	Mirantes de prédios: a) Museu de Artes Visuais b) Prédio do antigo BEM c) Pousada Colonial d) Palácio Pedro II (Promontoro) e) Convento das Mercês f) Casa do Maranhão g) Palácio Cristo Rei h) Casa de Cultura Popular (Casa das Festas) i) Torres das igrejas j) Hotel Central k) Igreja da Sé l) Hotel Central m) Edifício João Goulart n) Casa de Nhozinho	a) a paisagem dos telhados, as ruas, mercado das Tulhas b) parte antiga e parte moderna c) Casarões e Rua de Santana d) Baía de São Marcos, Rio Bacanga, Rio Anil, Refinaria Vale do Rio Doce e) Estaleiro Escola, Rio Bacanga, Mangue f) Cais da Praia Grande g) Pôr do sol, mangue, São Francisco, residência Sousândrade h) becos, ruas, telhados e sacadas i) Centro Histórico j) Projeto Reviver k) D. Pedro II, Baía de São Marcos l) Projeto Reviver, Rua do Giz m) Bairro da Praia Grande, D. Pedro II, Ponte São Francisco n) Bairro da Praia Grande
5	Praça Benedito Leite	Rua do Giz
2	Rampa Campos Melo	Tamancão, céu, mar
2	Praça Dom Pedro II	Parte Natural: Baía de São Marcos, Rios
2	Praça Nauro Machado	Ruas e escadarias
2	Prédio do antigo BEM	Cidade moderna e Centro Histórico
2	Largo do Comércio	Rua da Estrela e Prédio da Defensoria Pública

Quadro 18: Lugares que proporcionam vista parcial e/ou panorâmica e o que pode ser visto, na percepção do *trade*

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Apontaram igualmente estes locais (quadro 19), como sendo aqueles mais confortáveis para abrigar grandes grupos, evitando a sensação de aglomeração:

Praça João Lisboa, Av. Dom Pedro II
Praça Maria Aragão. Benedito Leite, Nauro Machado, Valdelino Cécio
Estacionamento em frente ao convento das Mercês
Passarela do Samba, CEPRAMA
Praça Benedito Leite
Praça Maria Aragão
Largo do Desterro
Largo da Sé
Área do Portinho, próximo ao Anel Viário
Estacionamento do Centro Histórico

Quadro 19: Locais confortáveis para grandes grupos, evitando sensação de aglomeração, na percepção do *trade*

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A praça Nauro Machado, que sempre foi lembrada por todos os atores por aglomerar grandes grupos (os moradores acreditam já estar saturada, os turistas preferem e os comerciantes também citaram em prevalência), talvez por estar no *carrefour* das dinâmicas comerciais e turísticas do espaço e, sobretudo, com vida noturna. Este item parece ter “destoado” dos demais quanto à interpretação pelos entrevistados. Quando perguntados sobre “locais confortáveis para grandes grupos” muitos atores do *trade* imaginaram tratar-se de sugestões de locais para realizar grandes eventos, por isso vemos sugestões como “Passarela do Samba”, “Anel Viário”, “Estacionamento do Centro Histórico”, etc. , tendo sido este item interpretado de forma diferente pelos turistas (prevalência do interesse em áreas aglomeradas); moradores (apesar de citarem algumas praças, informavam da saturação das mesmas e surgem indicações de locais mais distantes do Centro Histórico, como o Anel

Viário, por exemplo) e o *trade*, que respondeu a esta questão, com um “olhar” para organização de grandes eventos.

Procurando-se conhecer as imagens associadas ao conjunto do Centro Histórico, cujos resultados de todos os autores e a sua recorrência possam interessar à promoção do destino turístico, o *trade* elegeu, em maior prevalência, as seguintes imagens (quadro 20).

Casarões da Rua Portugal, Azulejos
Palácio dos Leões,
Fonte do Ribeirão
Escadarias e becos
Praça dos Catraeiros
Sacadas, fachadas, telhados, mirantes,
Guaraná Jesus, artesanato de buriti, Tiquira, Farinha d'água, Camarão seco no “cofo”, Bonecas namoradeiras
Casas de Meia Morada, de Morada Inteira
Monumentos (Gonçalves Dias, Benedito Leite)
Juçara
Largo do Comércio
Pedras de Lioz/cantaria
Igrejas coloniais
Passado/ História
Museu de Artes Visuais

Quadro 20: Imagens associadas ao Centro Histórico de São Luís, na percepção do *trade*
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na eleição destas imagens, aparece com frequência algo que ainda não tinha sido percebido na avaliação do Centro Histórico pelos turistas e moradores: a gastronomia. Vê-se o Guaraná Jesus (tão procurado por uma das turistas durante do roteiro turístico realizado, ler as transcrições nas linhas 1055, 1570, 1585, 1605 da transcrição e durante todo o percurso do roteiro turístico realizado). Esta bebida, tão apreciada por alguns turistas, como é o caso da ocorrência nas transcrições do roteiro cultural, não é tão fácil de ser encontrada nos locais por onde o guia de turismo leva os grupos para o roteiro. O mesmo só foi encontrado no último ponto de parada, Mercado das Tulhas, no sábado por volta do meio-dia e o local de venda

estava prestes a fechar. Cita-se também o artesanato de buriti, que ainda não tinha sido percebido pelos demais atores, e no roteiro turístico cultural a apresentação das palmeiras maranhenses em grande estilo (fotos 10 e 11, realizadas no momento exato da apresentação de uma palmeira na Praça Benedito Leite, durante o roteiro) , sendo recitado neste momento o poema “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias, causa uma grande expectativa nos turistas, como se pode ler na transcrição do roteiro, linhas 1265, 1690, 1833, 1955, dentre outras. A tiquira, apresentada no roteiro nas linhas 1930, 1965, 1977, dentre outras, ansiosamente degustada pelo grupo de turistas, também só aparece na percepção do *trade*. A farinha d’água, o camarão seco, as bonecas namoradeiras, também aparecem pela primeira vez. O outro elemento da gastronomia local que aparece na percepção do *trade* e os turistas conhecem por outro nome, é a juçara¹⁸. Em Belém, há a predominância do açaí. Diz-se que a juçara maranhense, apesar da possibilidade de ser confundida com o açaí pela cor, sabor e textura, trata-se de um fruto da mesma família.

Tendo também outros interesses sobre o mesmo espaço, o rol de percepções sobre o Centro Histórico foi extremamente enriquecido com a descrição e compreensão das percepções por grupos de atores turísticos: turistas, moradores e *trade*.

Na tentativa de ilustrar alguns dados gerados no “dito” e no “não dito” durante o percurso cultural, já em triangulação com os dados gerados nos questionários e nos mapas mentais, apresenta-se um pequeno álbum de fotos realizadas pelo autor desta pesquisa durante a sua aplicação da pesquisa em campo (fotos 10 a 16).



¹⁸ O açaí e a jussara são degustados acompanhados de camarão seco ou peixe, farinha d’água, durante as refeições, ou adoçado com açúcar, farinha de tapioca, dentre outras receitas.

Foto 10: Palmeira do Babaçu
Fonte: Arquivo do autor (2014)

Foto 11: Palmeira na Praça Gonçalves Dias
Fonte: Arquivo do autor (2014)



Foto 12: Biblioteca Pública Benedito Leite, na Praça Deodoro (em nenhum momento citada pelos atores turísticos)
Fonte: Arquivo do autor (2014)



Foto 13: Convento das Mercês – Hoje, Fundação da Memória Republicana Brasileira
Fonte: Arquivo do autor (2014)



Foto 14: Registos das “Fachadas de imóveis diferenciadas” Rua Afonso Pena,174
Fonte: Arquivo do autor (2014)



Foto 15: Escadaria do Beco “Catarina Mina”. As escadarias são um grande atrativo na percepção dos atores, e contraditoriamente, o maior obstáculo à acessibilidade.
Fonte: Arquivo do autor (2014)

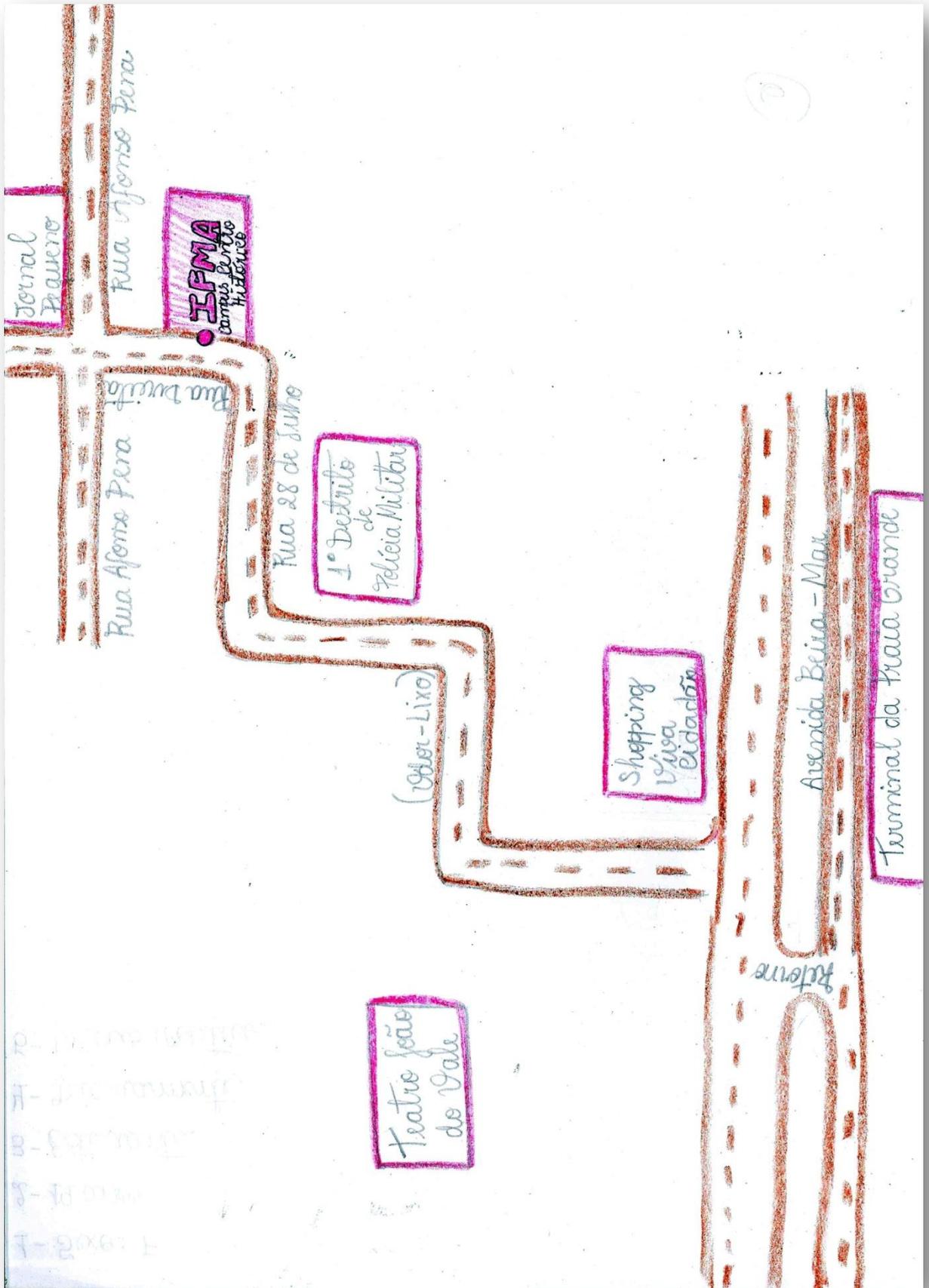


Foto 16: Pôr do sol captado do Palácio dos Leões.

Fonte: Arquivo do autor (2014)

4.4 Análise dos Mapas Mentais

A seguir serão apresentados e analisados os Mapas Mentais. As análises foram realizadas com base nas categorias definidas por Kozel (2007). Cada mapa mental é seguido por um quadro, com a análise dos aspectos observados e a caracterização do sujeito que desenhou o mapa.



Mapa Mental 1

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 1	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, mapas, cores, linhas, pontilhados, figuras geométricas
Distribuição dos elementos	Quase linear, “vista aérea”, trajeto
Especificidades dos ícones	Nada de paisagem natural, nada de elementos móveis, nada de elementos humanos; Paisagem construída: Teatro João do Vale, Shopping Viva Cidadão, Polícia, Jornal Pequeno e “odor lixo”
Outros aspectos e particularidades	Problemas urbanos: limpeza pública deficiente (na área com “odor de lixo” as ruas não são identificadas; Polícia (destaque), incorreta localização do IFMA. Não convidativo para pedestre
Perfil do sujeito	Sujeito 1. Sexo Feminino, 19 anos, estudante. Frequenta o Centro Histórico diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 21: Análise do Mapa Mental 1

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



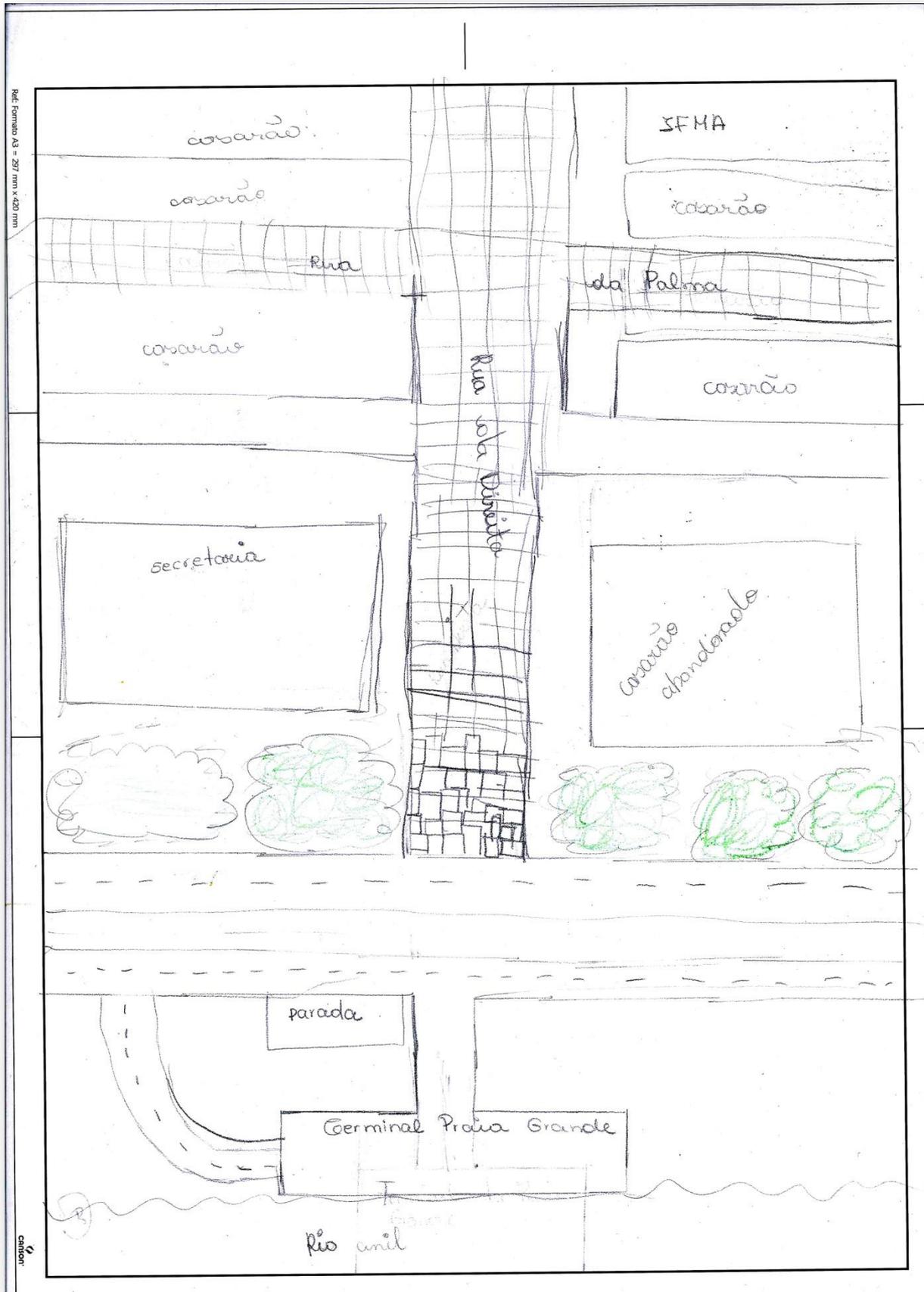
Ref: Formato A3 = 297 mm x 420 mm

Mapa Mental 2

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 2	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Desenhos, letras, mapas, cores, linhas, pontilhados, figuras geométricas, craquelado
Distribuição dos elementos	Formas quase dispersas, “vista aérea”
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (árvores e rio Anil), Paisagem construída: paralelepípedos, trilho do “VLT”, paradas de ônibus, Patrimônio Show, Galeria de Artes, bequinho, Viva Cidadão, Odilo Costa Filho, Lanchonete, estacionamento; nada de elementos móveis (apesar de sugerir), nada de elementos humanos
Outros aspectos e particularidades	Apesar de ser profissional da área do turismo, não nomeia as ruas, exceto a Av. Beira Mar. Destaca a arborização da Avenida. Não convidativo para pedestre
Perfil do sujeito	Sujeito 2. Sexo feminino, 17 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de coletivo e carro

Quadro 22: Análise do Mapa Mental 2**Fonte:** Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



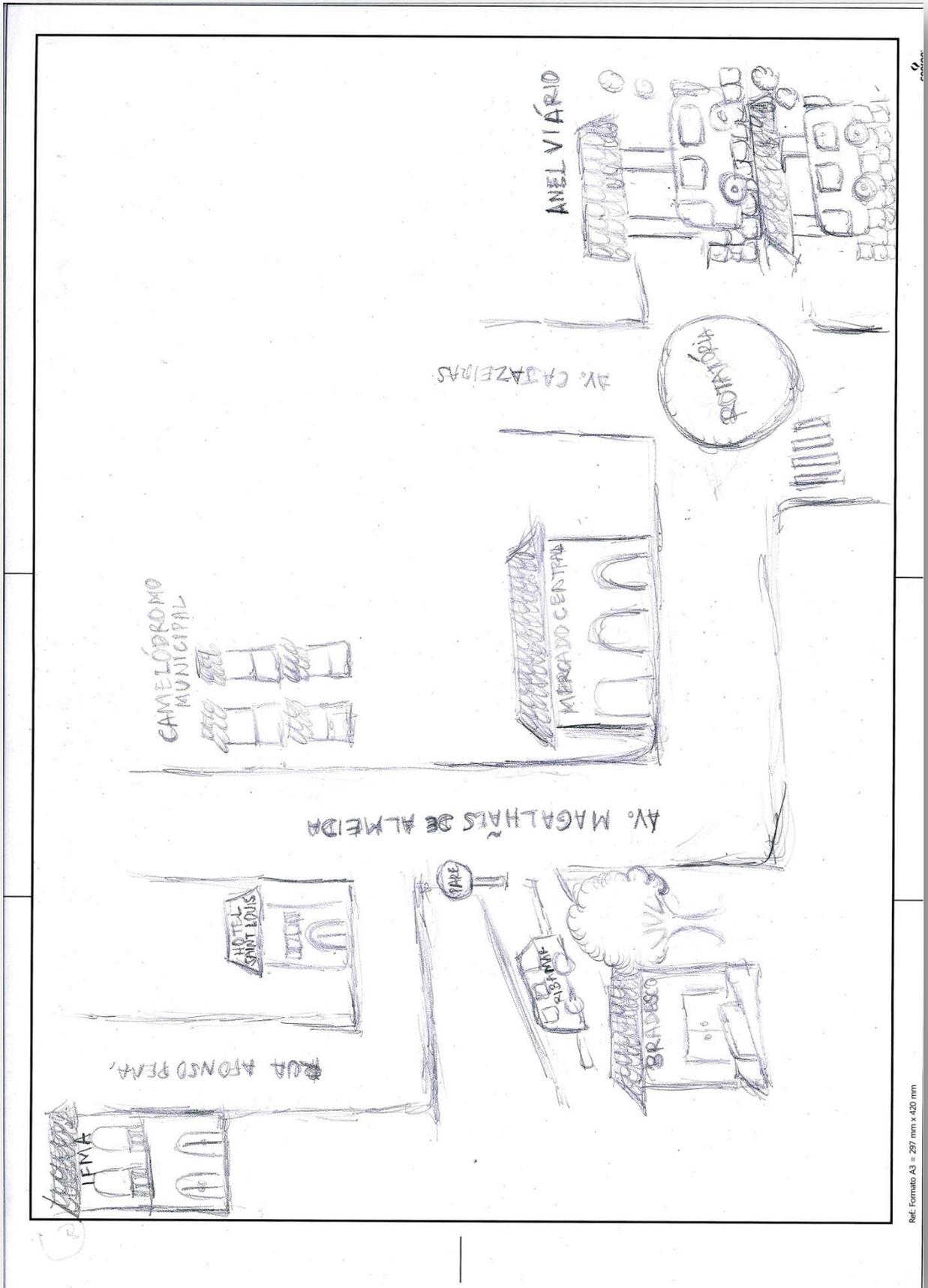
Mapa Mental 3

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 3	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, craquelado, desenhos
Distribuição dos elementos	Quase linear, “vista aérea”, sem trajetória
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (1 árvore), poluição aérea, elementos móveis (ônibus), nada de elementos humanos; Paisagem construída: craquelado dos telhados, hotel Saint Louis, Bradesco, Camelódromo Municipal, Mercado Municipal, Ane; Viário, 1 placa de trânsito
Outros aspectos e particularidades	Identificação de algumas ruas; clara vista aérea a partir do rio Anil, única cor utilizada, além do preto, o verde nas árvores. Não é convidativo (casarão abandonado, casarões). Destaque para o craquelado dos paralelepípedos
Perfil do sujeito	Sujeito 3. Sexo feminino, 17 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 23: Análise do Mapa Mental 3

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



Mapa Mental 4
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 4	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, craquelado, desenhos
Distribuição dos elementos	Quase linear, “vista aérea”
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (1 árvore), poluição aérea, elementos móveis (ônibus), nada de elementos humanos; Paisagem construída: craquelado dos telhados, hotel Saint Louis, Bradesco, Camelódromo Municipal, Mercado Municipal, Anel Viário, 1 placa de trânsito
Outros aspectos e particularidades	Os elementos móveis, ônibus, trazem a poluição e indicam a distância do Centro Histórico para alguns destinos, como Ribamar. Há traços convidativos, mas não enfoca as atrações turísticas propriamente
Perfil do sujeito	Sujeito 4. Sexo masculino, 24 anos, estudante universitário. Frequenta o CH diariamente, desloca-se de ônibus

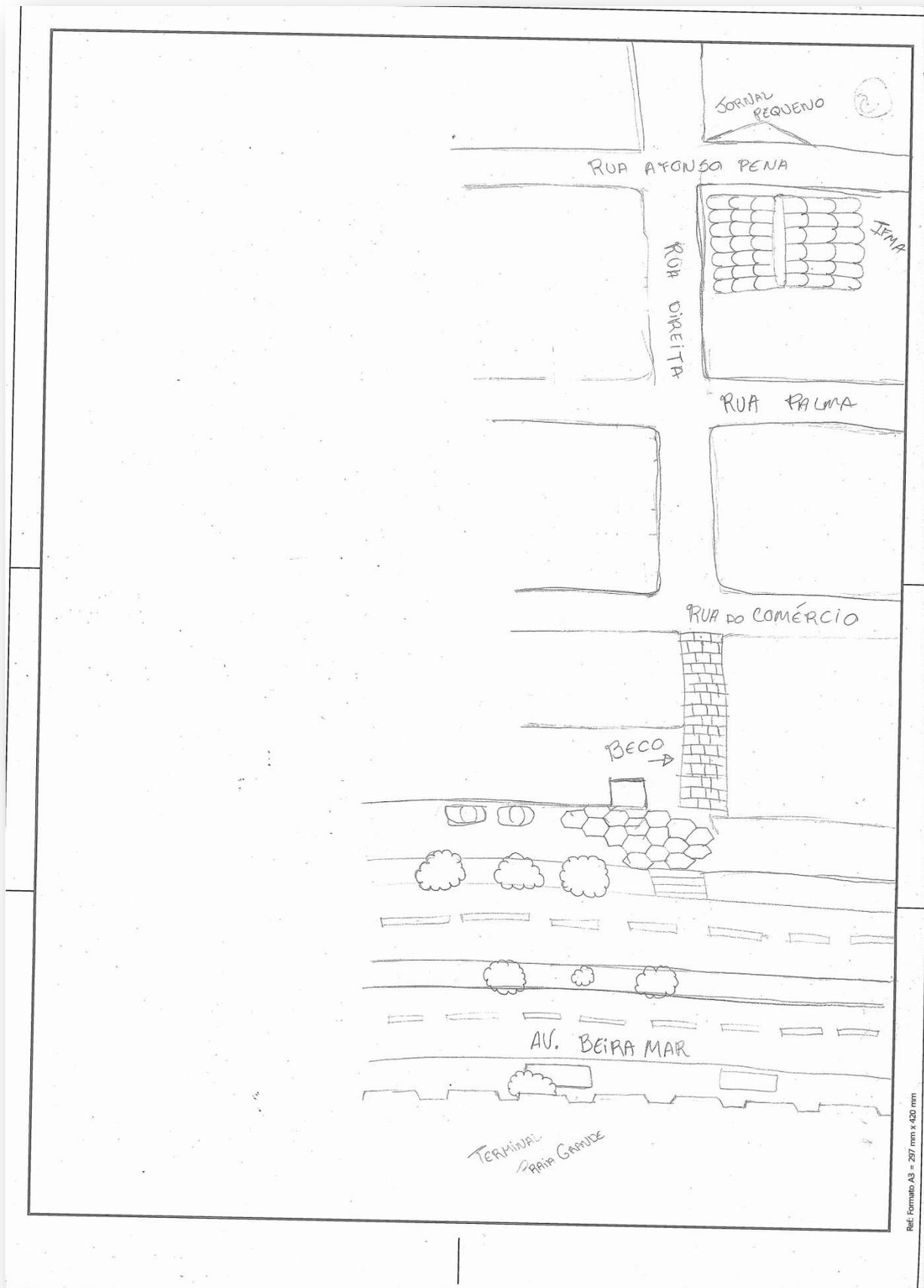
Quadro 24: Análise do Mapa Mental 4

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 5	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos
Distribuição dos elementos	“vista aérea”
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (árvores), bancos sob árvores; não há elementos móveis, nada de elementos humanos; Paisagem construída: beco escuro, jornal Pequeno, circo, João do Vale (teatro), Banco do Brasil, Uema, IFMA e Convento das “Messês”
Outros aspectos e particularidades	Identificação de algumas ruas (Direita, Afonso Pena, da Palma, da Estrela, do “Banco do Brasil”); clara vista aérea, circo. Apresenta pontos de interesse, sem portanto destacar os atrativos turísticos. Destaca a característica do beco, “escuro”
Perfil do sujeito	Sujeito 5. Sexo masculino, 17 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 25: Análise do Mapa Mental 5

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

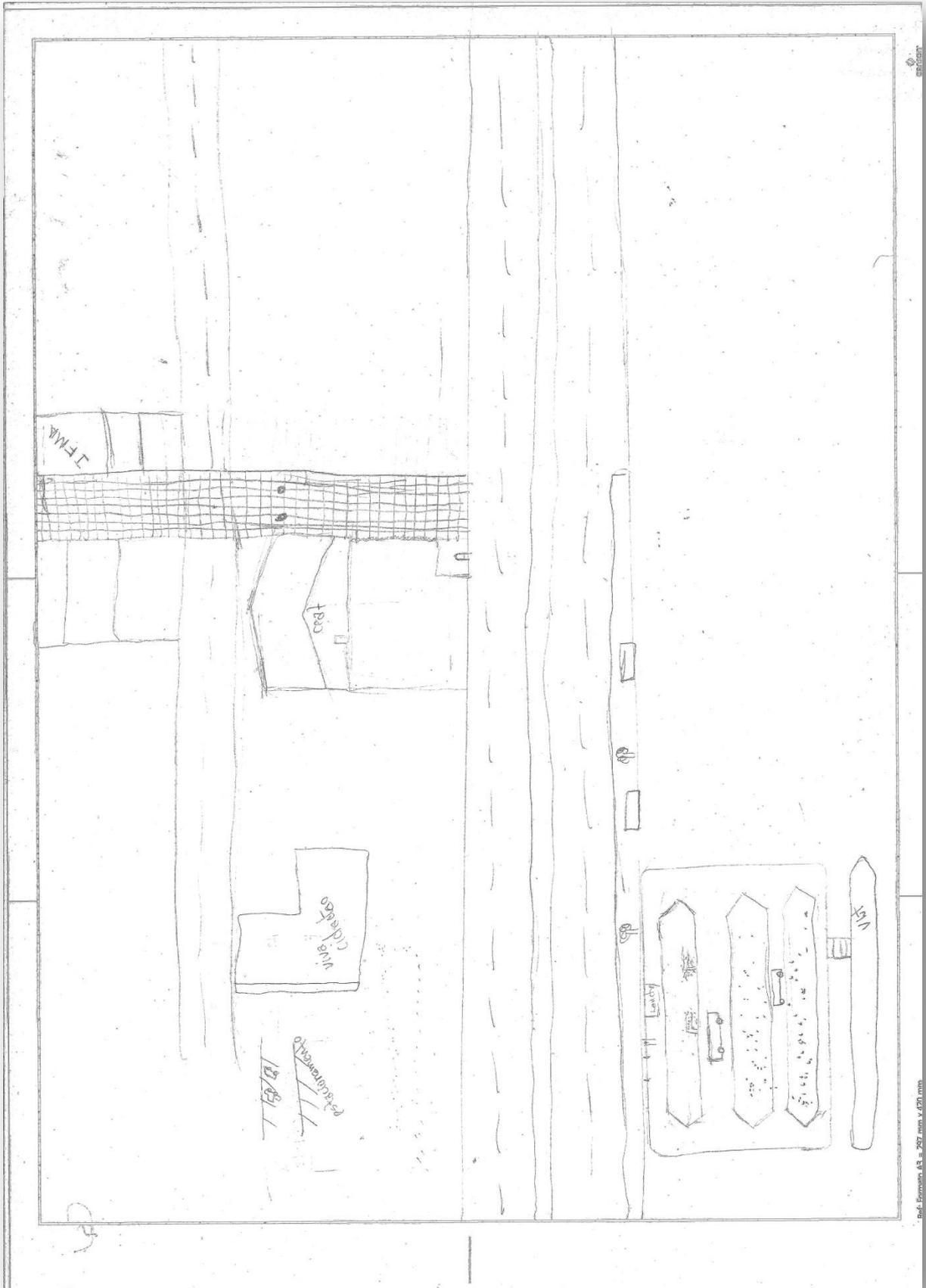
**Mapa Mental 6**

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 6	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, craquelado
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, trajeto
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (árvores); elementos móveis (automóveis e ônibus), nada de elementos humanos; Paisagem construída: telhados, paralelepípedos, calçada da rua, beco. Em preto e branco
Outros aspectos e particularidades	Identificação de algumas ruas (Direita, Afonso Pena, da Palma, do Comércio e Avenida Beira Mar. Clara vista aérea
Perfil do sujeito	Sujeito 6. Sexo feminino, 18 anos, estudante, frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 26: Análise do Mapa Mental 6

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

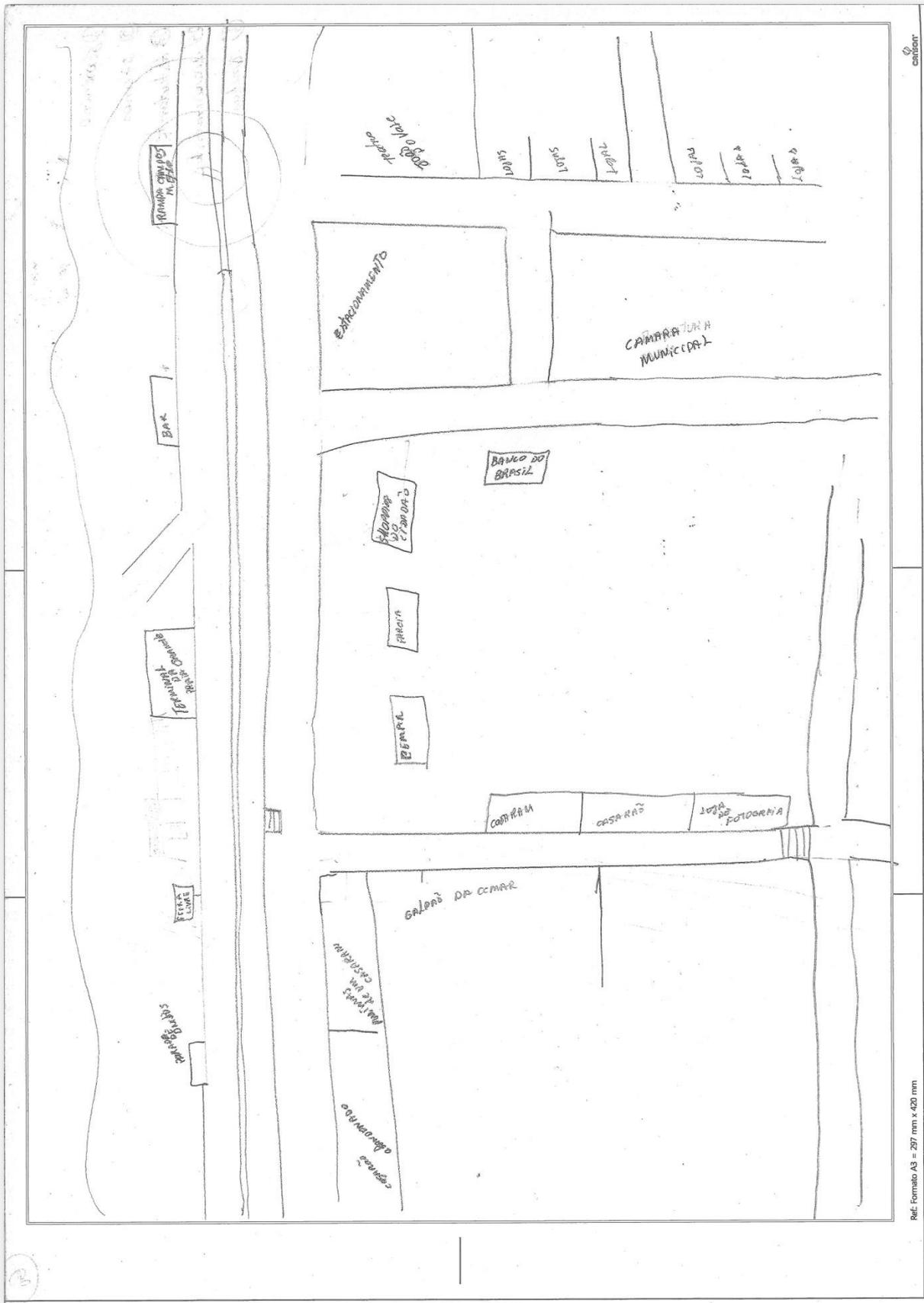


Mapa Mental 7

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 7	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, craquelado
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, trajeto
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (árvores); há elementos móveis (ônibus e o VLT), carros no estacionamento; elementos humanos talvez representados por pontos no Terminal da Praia Grande; Paisagem construída: paralelepípedos, casarões, Viva Cidadão
Outros aspectos e particularidades	Não há identificação das ruas. Lanche em frente ao Terminal da Praia Grande. Sigla “Ceat” ou “Ceaf” não identificada. Trajeto “funcional”
Perfil do sujeito	Sujeito 7. Sexo Masculino, 17 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 27: Análise do Mapa Mental 7**Fonte:** Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



Mapa Mental 8
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 8	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, dispersos, sem trajeto
Especificidades dos ícones	Não há paisagem natural; não há elementos móveis nem elementos humanos; Paisagem construída: lojas, casarões, Câmara Municipal, Bando do Brasil, Shopping do Cidadão, CEMAR, Feira Livre, Parada de ônibus, Teatro João do Vale
Outros aspectos e particularidades	Não há identificação de ruas. Rampa Campos Melo. Avaliação dos casarões como “abandonados” e em “ruínas”. “PARCIA”, talvez Farmácia. Apesar de conhecer bem o espaço, parece não conseguir apontar os seus atrativos turísticos
Perfil do sujeito	Sujeito 8. Sexo feminino, 27 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

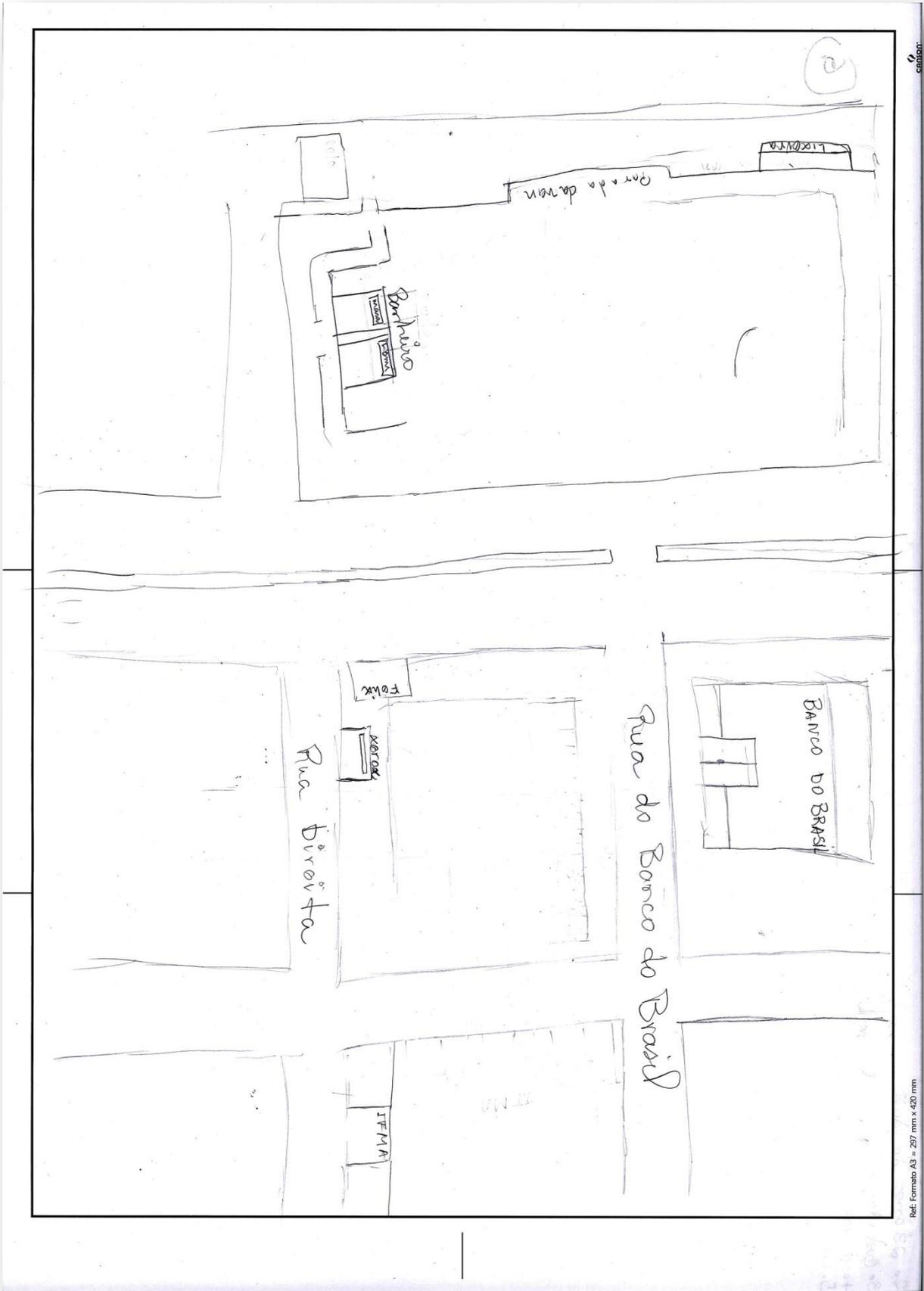
Quadro 28: Análise do Mapa Mental 8

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 9	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, craquelado
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, trajeto, cores
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (Baía de São Marcos); não há elementos móveis; não há elementos humanos; Paisagem construída: Odilo Costa Filho, Câmara Municipal, Teatro João do Vale, Viva Cidadão, Farmácia Estadual, Uema, CPTUR, Restaurante, Espaço Armazém, Jornal Pequeno, Lilah Lisboa. Caixa de Correios que retrata a Fonte do Ribeirão, Polícia
Outros aspectos e particularidades	Identificação das ruas Direita, Estrela e da Avenida. Há, em destaque, uma severa crítica à qualidade da limpeza urbana, “cheiro de fezes e lixo”
Perfil do sujeito	Sujeito 9. Sexo masculino, 25 anos, historiador. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de carro e de ônibus

Quadro 29: Análise do Mapa Mental 9

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



Mapa Mental 10
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 10	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas
Distribuição dos elementos	“vista aérea”
Especificidades dos ícones	Não há paisagem natural; não há elementos móveis nem elementos humanos; Paisagem construída: lixeira, banheiro, Banco do Brasil e xerox
Outros aspectos e particularidades	Identificação apenas da Rua do Banco do Brasil e da Rua Direita. Parada da van ao lado de banheiros públicos. Preto e branco
Perfil do sujeito	Sujeito 10. 23 anos, estudante. Desloca-se de van ou ônibus coletivo

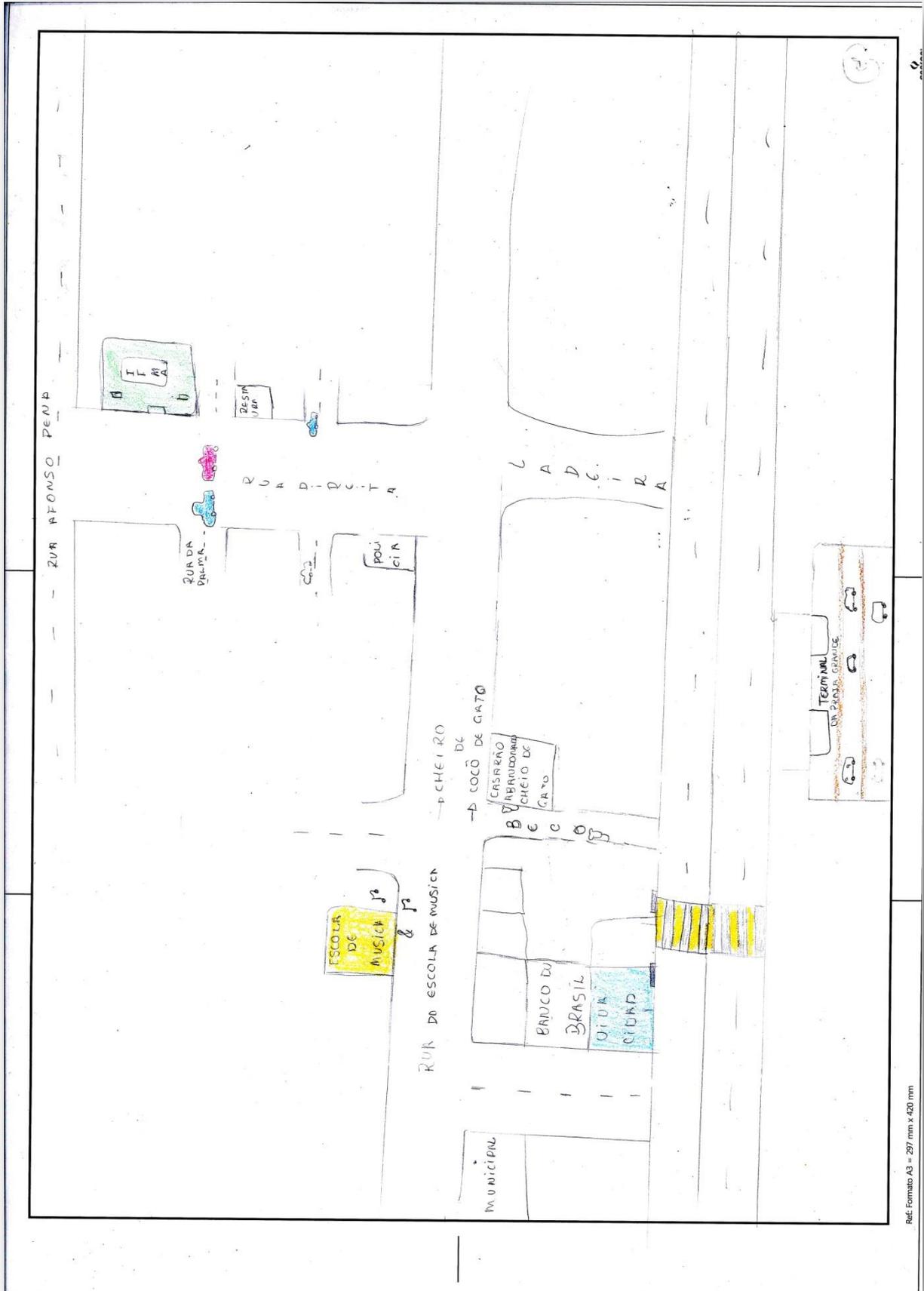
Quadro 30: Análise do Mapa Mental 10

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 11	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, cores várias
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, trajeto colorido
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (Água, possivelmente representando a Baía de São Marcos; árvores); há elementos móveis (carros em movimento e no estacionamento); não há elementos humanos; Paisagem construída: Casa do coco, prédio abandonado, Banco, prédio do governo, auto-escola, restaurante
Outros aspectos e particularidades	Identificação das ruas Direita, da Palma e Afonso Pena. Há a representação de uma ladeira. Trajeto colorido (exceto na ladeira), parece ter grande interação com o espaço
Perfil do sujeito	Sujeito 11. Sexo feminino, 23 anos, empresária, frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 31: Análise do Mapa Mental 11

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



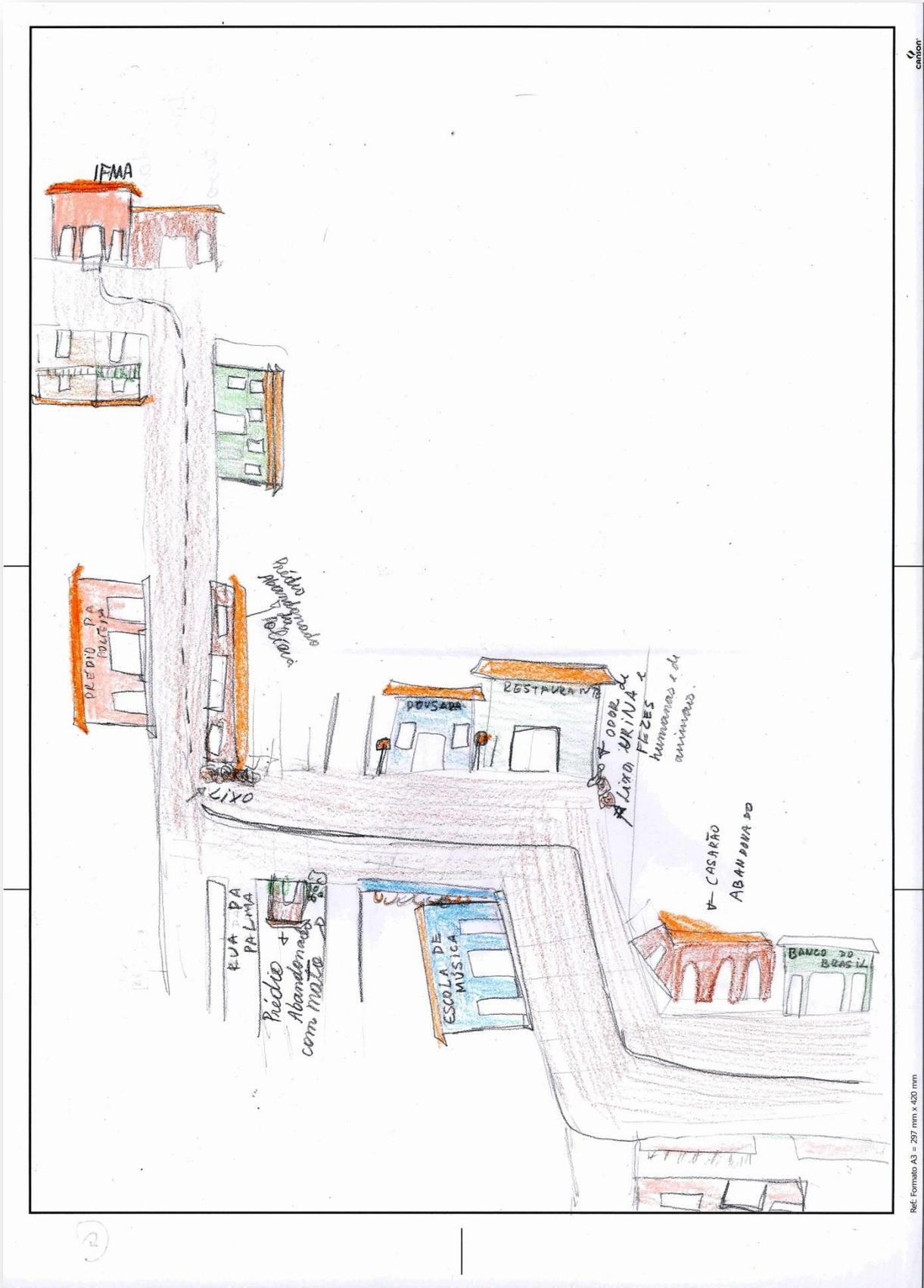
Ref: Formato A3 = 297 mm x 420 mm

Mapa Mental 12
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 12	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos
Distribuição dos elementos	“vista aérea”
Especificidades dos ícones	Não há paisagem natural; há elementos móveis (ônibus e carros); não há elementos humanos; Paisagem construída: Beco do “gato”, casarão “cheio de gato”, Viva Cidadão, Escola de Música, Terminal da Praia Grande, Polícia
Outros aspectos e particularidades	Aparece um ícone nomeando o Beco, interpretado por um gato. Neste mapa mental, há um forte registro do “cheiro de cocô de gato”, ao lado do casarão “cheio de gato”, no Beco do “gato”. Duas opções de acesso pouco convidativas: ladeira ou beco do gato
Perfil do sujeito	Sujeito 12. Sexo feminino, 19 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 32: Análise do Mapa Mental 12

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

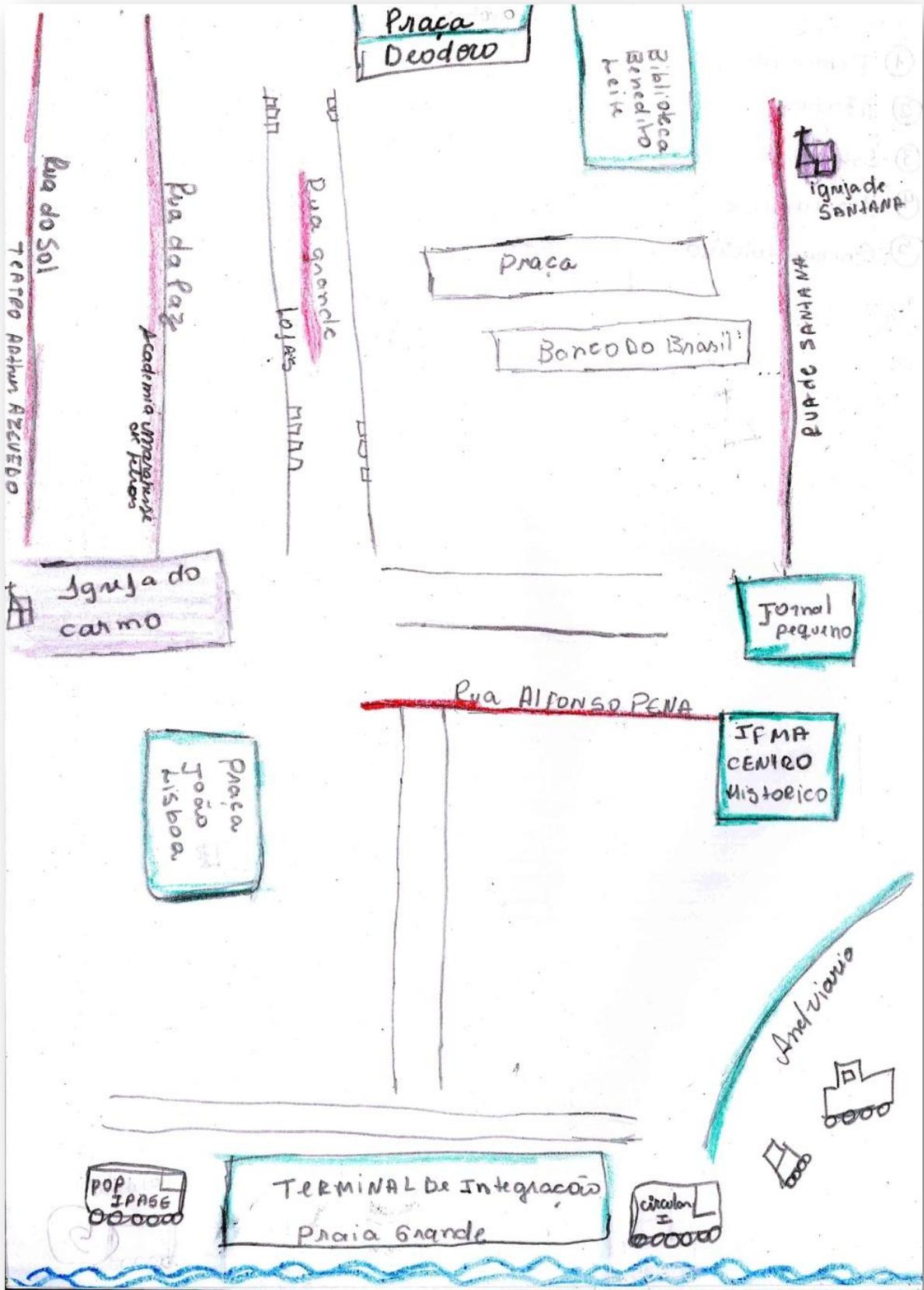


Mapa Mental 13
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 13	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, cores várias
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, trajeto colorido
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (cor verde sobre a fachada de um casarão “prédio abandonado”); não há elementos móveis nem elementos humanos; Paisagem construída: casarões, banco, pousada, escola de música, traços representando gradis, telhados, petit-pavé (paralelepípedos)
Outros aspectos e particularidades	11 prédios representados, dentre os quais 3 “abandonados”. Próximo ao restaurante e à Pousada, experiência é marcada pelo “cheiro de fezes e urina, humanas e de animais”. Apesar de ser um sujeito da área do turismo, há pouca identificação no que se refere ao nome das ruas. Muitas cores
Perfil do sujeito	Sujeito 13. Sexo feminino, 17 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 33: Análise do Mapa Mental 13

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

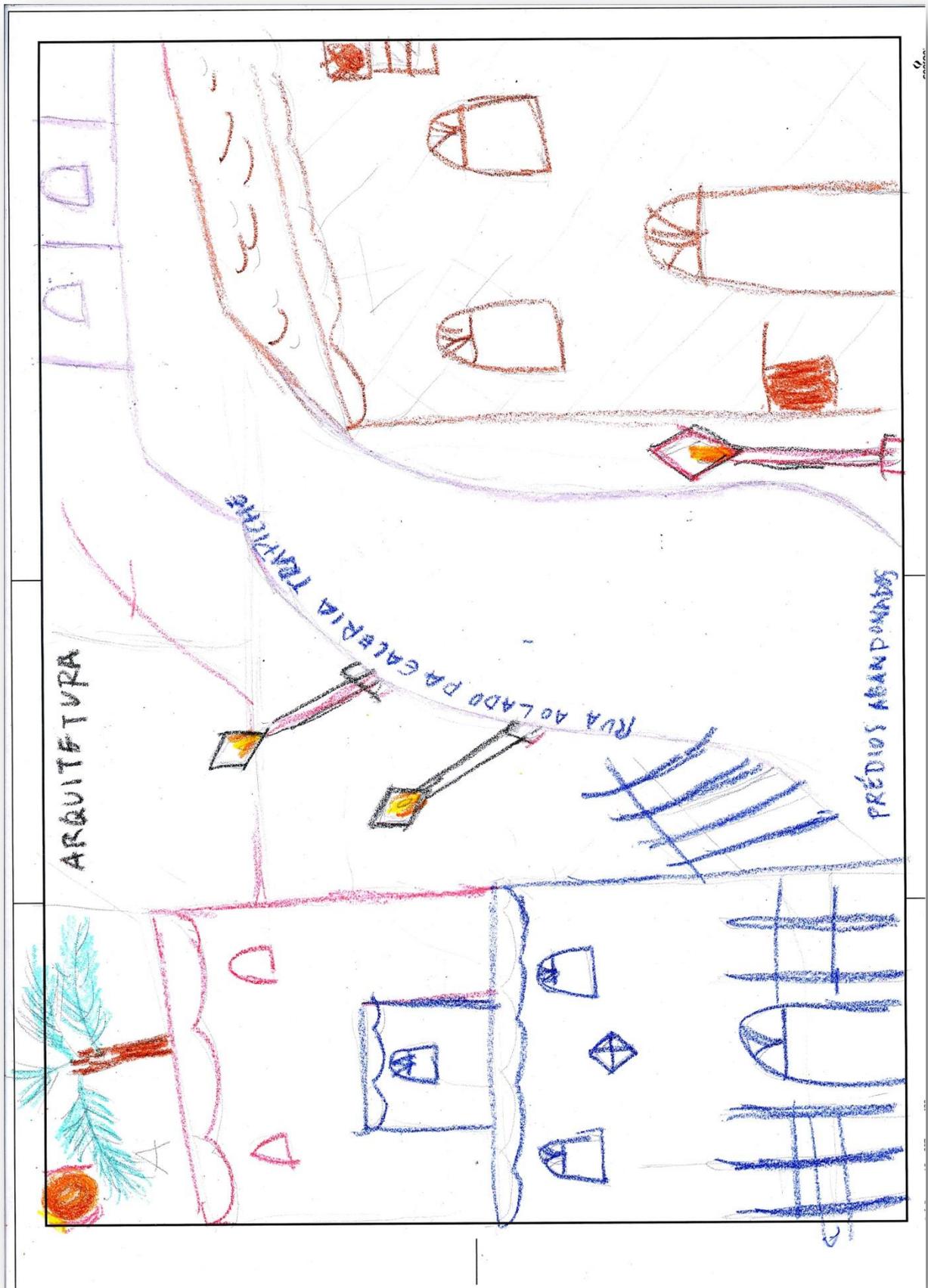


Mapa Mental 14
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 14	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, figuras geométricas, desenhos
Distribuição dos elementos	“vista aérea”
Especificidades dos ícones	A paisagem natural é representada com o azul (água); há elementos móveis (ônibus e carros); não há elementos humanos; Paisagem construída: Praças Deodoro e João Lisboa, Biblioteca Benedito Leite, Igrejas de Santana e do Carmo, Teatro Arthur Azevedo, Lojas, Anel viário, Terminal Praia Grande
Outros aspectos e particularidades	Há a representação de duas igrejas, o IPASE marcado no ônibus denuncia a distância do Centro Histórico para os novos bairros da capital. Conhece bem as ruas do Centro Histórico
Perfil do sujeito	Sujeito 14. Sexo feminino, 17 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 34: Análise do Mapa Mental 14

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



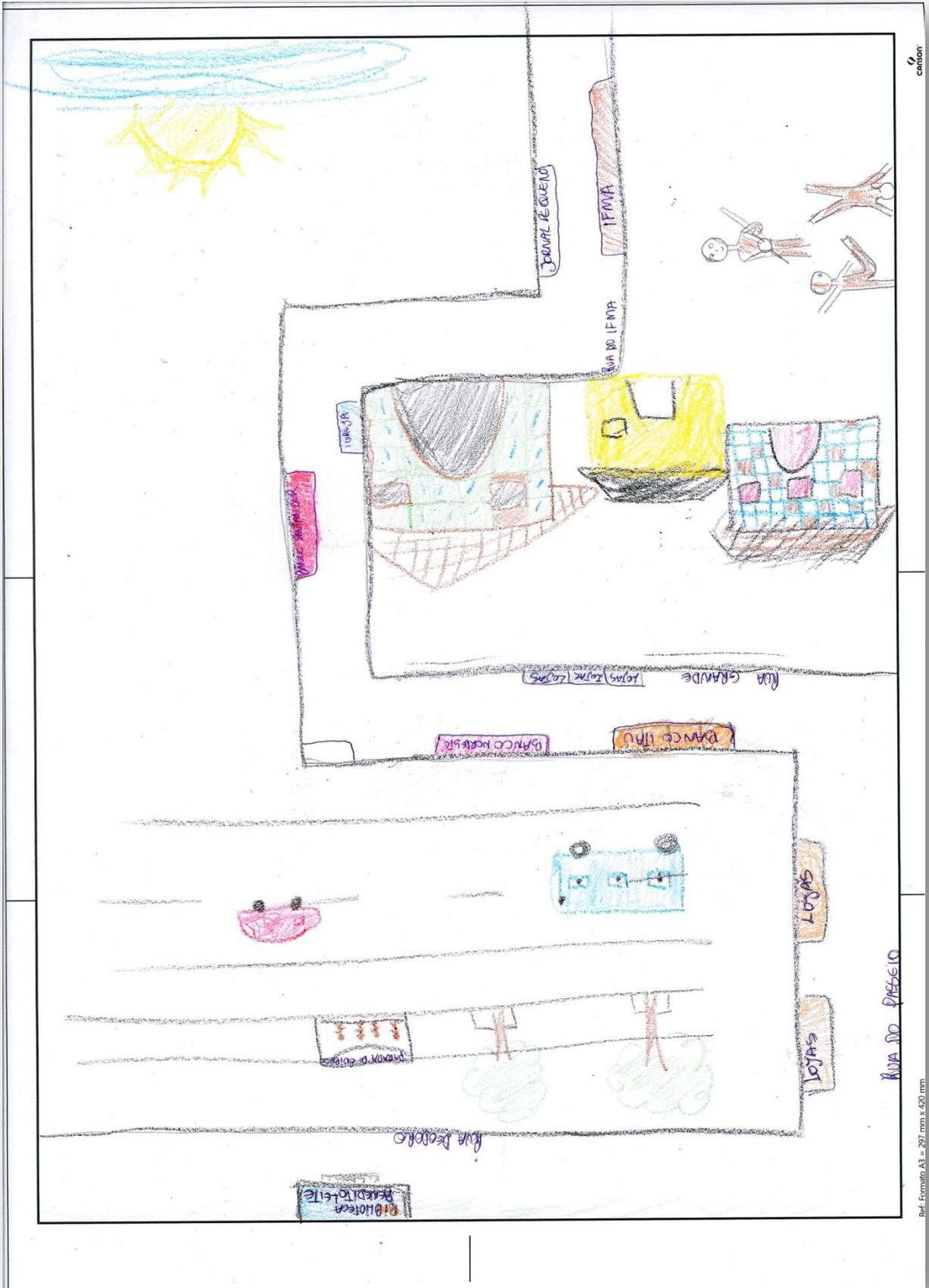
Mapa Mental 15

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 15	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, cores várias, azulejos, ícones (postes de luz, janelas, beirais, cerâmicas)
Distribuição dos elementos	“vista aérea” mas dispostos de maneira horizontal, trajeto colorido
Especificidades dos ícones	Paisagem natural (palmeira); não há elementos móveis; não há elementos humanos; Paisagem construída: casarões, janelas, azulejos, beirais, postes de iluminação. Rua “ao lado da galeria trapiche”
Outros aspectos e particularidades	O sol alaranjado parece representar o pôr-do-sol sob as palmeiras. Apesar de trazer ícones marcantes, como os beirais, azulejos e postes, sob o “título arquitetura”, abaixo está escrito – de forma quase contraditória “prédios abandonados”
Perfil do sujeito	Sujeito 15. Sexo masculino, 20 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 35: Análise do Mapa Mental 15

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

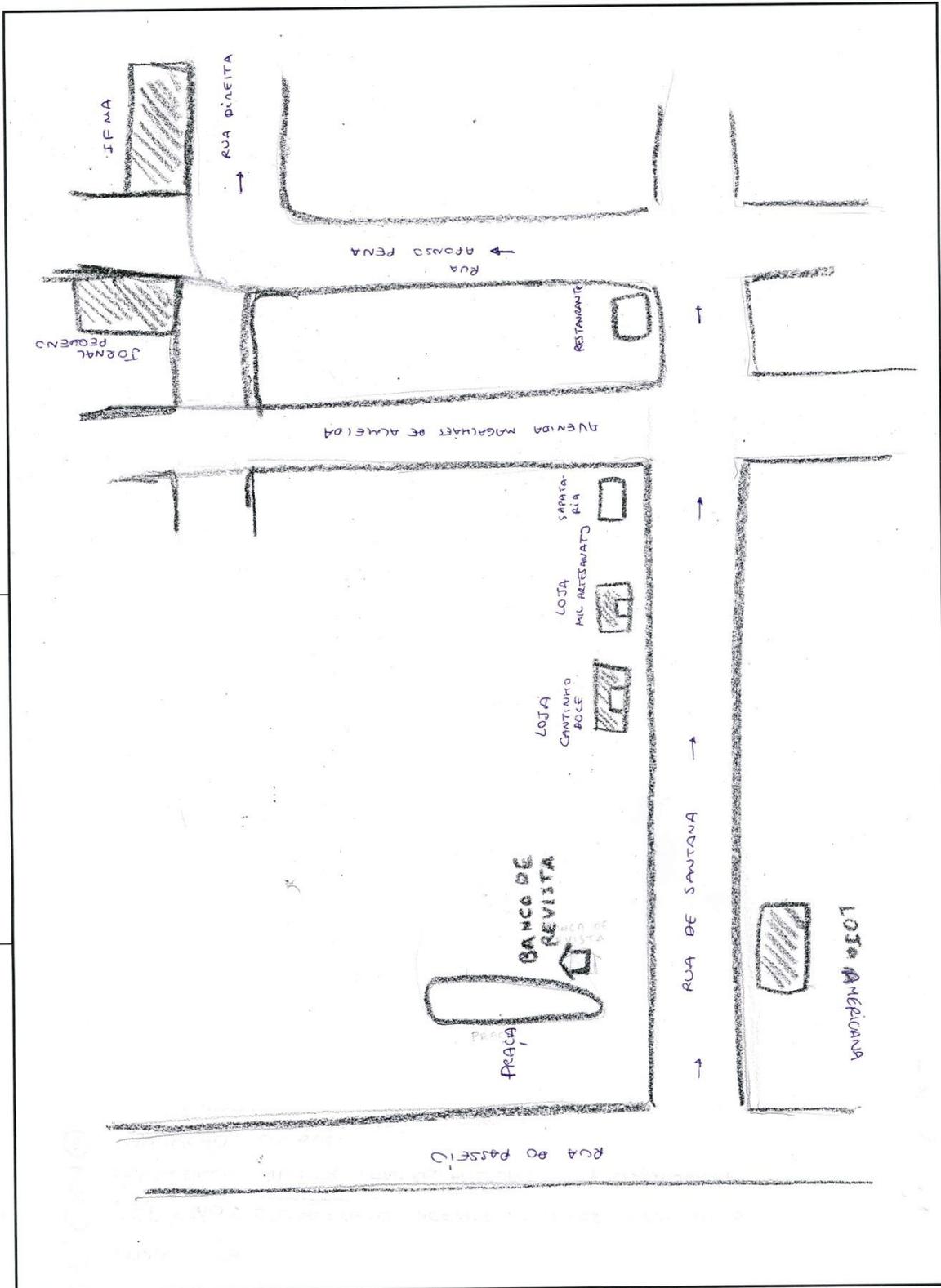


Mapa Mental 16
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 16	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos representando a capoeira, ícones coloridos (azulejos, telhados)
Distribuição dos elementos	“vista aérea” mas disposto de maneira horizontal
Especificidades dos ícones	A paisagem natural está representada nas árvores, na água e no sol, há elementos móveis (ônibus e carros); há elementos humanos praticando a capoeira; Paisagem construída, bancos, lojas e casas
Outros aspectos e particularidades	O trajeto é feito a partir Praça Deodoro. Apesar de não corresponder exatamente este trajeto, seus referentes são bancos, lojas e igrejas. Colorido.
Perfil do sujeito	Sujeito 16. Sexo feminino, 25 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 36: Análise do Mapa Mental 16

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



canon

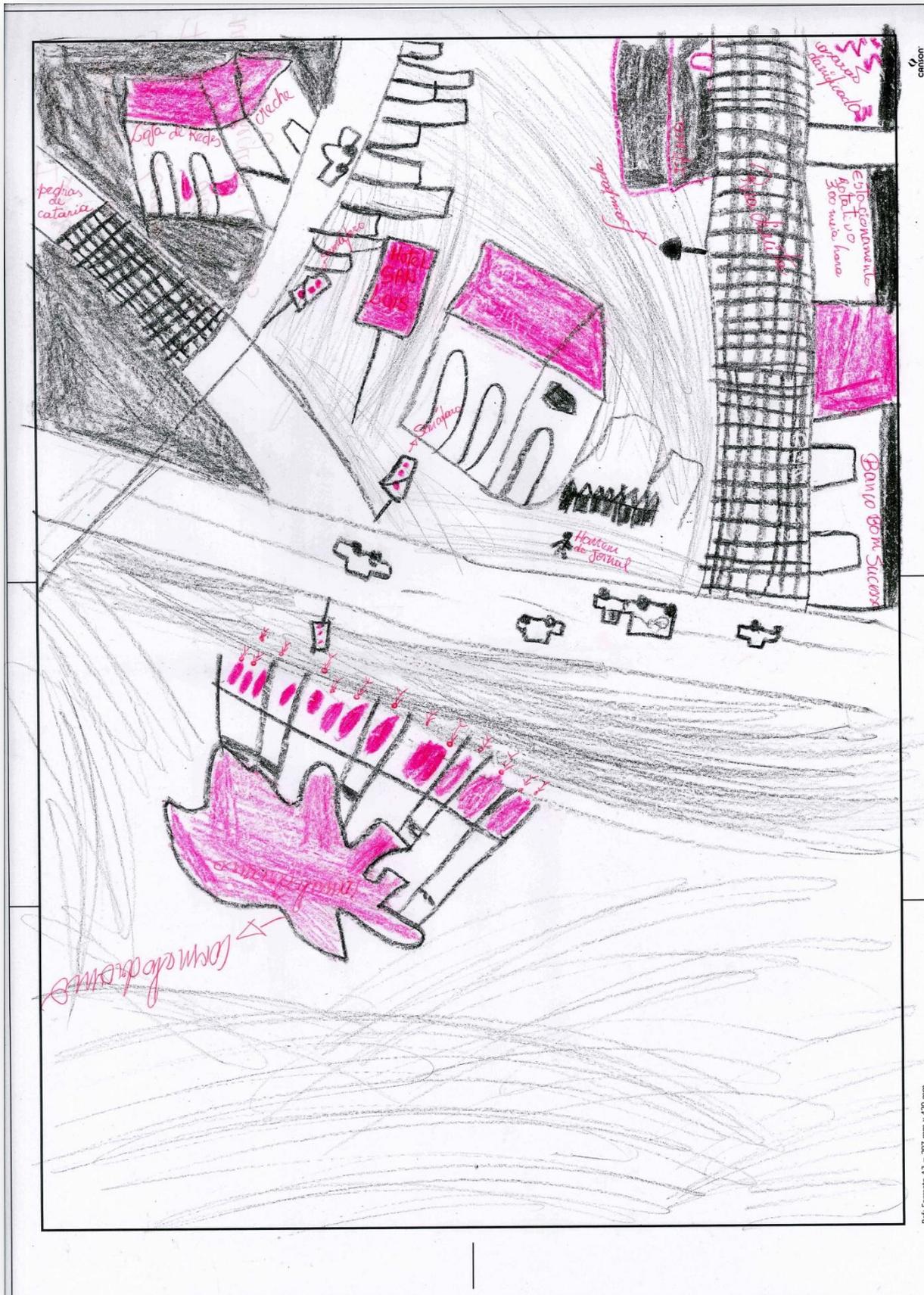
Ref: Formato A3 = 297 mm x 420 mm

Mapa Mental 17
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 17	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, figuras geométricas, setas
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, trajeto
Especificidades dos ícones	Não há representação de paisagem natural; não há elementos móveis nem elementos humanos; Paisagem construída: lojas, sapataria, americanas, Jornal Pequeno, Restaurante e IFMA
Outros aspectos e particularidades	“Trajeto funcional”, não apresenta nenhum casarão, igreja, não identifica o nome da Praça onde desce diariamente “Praça Deodoro” e parece representar um espaço pouco interessante
Perfil do sujeito	Sujeito 17. Sexo masculino, 38 anos, eletrotécnico, agente de saúde e estudante, frequenta o Centro Histórico diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 37: Análise do Mapa Mental 17

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



Mapa Mental 18

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 18	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, craquelado
Distribuição dos elementos	“vista aérea”, mas disposto de maneira horizontal
Especificidades dos ícones	Não há paisagem natural; há elementos móveis (caminhões e carros); há muitos elementos humanos (homem do jornal e transeuntes); Paisagem construída: Loja de redes, semáforo, postes de luz, pedras de cantaria, banco, estacionamento, casarão “danificado”, camelódromo
Outros aspectos e particularidades	Este desenho transmite uma intensidade nas relações com o espaço, também manifestada nos seus traços fortes e nas cores escolhidas (vermelho e preto). Mas, os detalhes “pedra de cantaria”, paralelepípedos, postes de luz, redes, ..., compõem esta impressão. Forte destaque do craquelado
Perfil do sujeito	Sujeito 18. Sexo feminino, 20 anos, lavradora. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 38: Análise do Mapa Mental 18

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 19	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, figuras geométricas, desenhos, cores
Distribuição dos elementos	“vista aérea”
Especificidades dos ícones	Não há representação da paisagem natural; não há elementos móveis nem elementos humanos; Paisagem construída: armazém, ladeira, ladeira (rua da boate Observatório), Câmara Municipal, Banco do Brasil, Shopping do Cidadã, paralelepípedos, janelas e fachadas
Outros aspectos e particularidades	A disposição regular das postas e janelas nas fachadas, juntamente com os paralelepípedos, além dos quarteirões, parecem ter grande destaque para esta estudante. Ela descreve no verso seu trajeto, destacando “cheiros desagradáveis – esgoto e fezes de gato – nas proximidades do IFMA; e o orgulho em poder percorrer esta área histórica
Perfil do sujeito	Sujeito 19. Sexo feminino, 29 anos, estudante, frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 39: Análise do Mapa Mental 19

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)



Mapa Mental 20

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

ANÁLISE DO MAPA MENTAL 20	
Categorias de Análise	Observações
Representação dos elementos na imagem	Letras, linhas, pontilhados, figuras geométricas, desenhos, craquelado
Distribuição dos elementos	“vista aérea”
Especificidades dos ícones	Não há paisagem natural; não há elementos móveis nem elementos humanos; Paisagem construída: ruas com paralelepípedos, fachadas e casarões quase uniformes, Ferro de engomar, lojas Marisa, Jornal Pequeno
Outros aspectos e particularidades	Neste mapa mental, vê-se a ideia de uniformidade que a vivência no CH pode propor. A reprodução quase repetitiva de paralelepípedos, fachadas e casarões, além do plano “ortogonal”, com ruas quase equidistantes, mostra uma experiência “previsível” no espaço
Perfil do sujeito	Sujeito 20. Sexo feminino, 30 anos, estudante. Frequenta o CH diariamente e desloca-se de ônibus

Quadro 40: Análise do Mapa Mental 20

Fonte: Organizado pelo autor com base em Kozel (2007)

Tratando-se da “entrada de acesso” ao Centro Histórico de maior prevalência nos mapas mentais, talvez por diminuir o trajeto até o IFMA, muito frequentemente o “Beco escuro”, o “Beco do gato”, foi citado e adjetivado com cheiros e cores não muito atrativos. “Fezes de gato”, “cheiro de cocô de gato”, “casarão cheio de gatos”, “prédio abandonado”, (fotos 17 e 18), parece não ser uma “entrada” muito convidativa a um espaço histórico tombado pela Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade. É provável que estes registros visuais e olfativos influenciem na experiência de estada no Centro Histórico, inclusive na memória visual e olfativa posterior de todo o espaço. Tratando-se de profissionais do turismo, agentes encarregados também de promover o destino dentro e fora

das fronteiras da cidade (sobretudo atualmente, com a popularização das mídias digitais), deveria ser preocupante ler a percepção destes atores com estas “marcas” tão negativas do espaço. E, eis uma sugestão de ação formadora, convidá-los para uma formação continuada com base na educação patrimonial e turística, juntamente com os moradores e o *trade* local.



Foto 17: “Beco do Gato”
Fonte: Arquivo do autor (2014)



Foto 18: “Casarão abandonado, cheio de gatos”
Fonte: Arquivo do autor (2014)

Depois de trazer estas percepções, tendo respondido às questões (a) como o Centro Histórico é percebido pelos turistas, moradores e pelo *trade* turístico local e (c) que novos artefatos, paisagens e trajetos poderiam também ser explorados? São analisados os roteiros turísticos culturais comercializados atualmente no Centro Histórico de São Luís. Segundo a Associação dos Guias de Turismo do Maranhão, são ofertados dois roteiros principais, por duas empresas, a (1) que trabalha com grupos fechados e apresenta um roteiro menor (2h00) e a segunda (2), roteiro este que está transcrito nesta pesquisa, e que foi realizado no intuito de conhecer e melhor compreender as leituras feitas das percepções dos atores.

No roteiro da empresa (1), o *tour* começa de carro:

- Não passa pela Rua Formosa/Afonso Pena;
- Segue pela Av. Magalhães de Almeida (Areinha);
- Rotatória da Capela de São Pedro (apresenta-se a Procissão marítima e o CEPRAMA);
- Retorna pela Av. Vitorino Freire e entra para o Centro Histórico.

A agência justifica a realização de parte do roteiro com automóvel (passando no CEPRAMA), dizendo que não se pode passar a pé pela área do Desterro (devido à violência).

Neste roteiro o trajeto realizado à pé pelas ruas do Centro Histórico compreende:

- Rua do Giz;
- Rua de Nazaré (mostra o Solar São Luís);
- Praça João Lisboa (apresenta o Teatro Arthur Azevedo e Igreja do Carmo);
- Rua do Sol (Residência de Aluísio de Azevedo, onde o mesmo escreveu “O Mulato” / Museu Histórico e Artístico);
- Rua dos Afogados (Fonte do Ribeirão);
- Rua Grande / Rua da Paz;
- Rua Humberto de Campos (Escadaria e Museu de Arqueologia);
- Beco da Alfândega;
- Lado do Comércio;
- Casa das Tulhas;
- Rua Portugal;
- Finalizando na Praça da Praia Grande (Banca do Jô).

(O roteiro pode variar o trajeto conforme o dia: ensolarado, chuvoso, movimentado por transeuntes)

Desta forma, pelas limitações de tempo desta pesquisa e financeiras, optou-se por realizar apenas um dos passeios turísticos, aquele que contemplava quase a totalidade do roteiro (2) e estendia-se um pouco mais, tanto em deslocamento, quanto em tempo (incluía um tour pela parte “moderna” da cidade, com vistas para o Centro Histórico, do outro lado da Ponte do São Francisco e tinha uma hora a mais).

O passeio foi realizado, gravado e transcrito, para permitir melhor análise (o percurso é apresentado nas figuras 7 e 8).

O passeio é adquirido diretamente na agência de turismo, custa R\$ 80,00 e não passa em todos os hotéis/pousadas do Centro Histórico, sendo informados pontos de encontro e horários. Os dois passeios ofertados tem início pela manhã cedo, por volta das 8h00 e que foi realizado, terminou por volta do meio-dia.

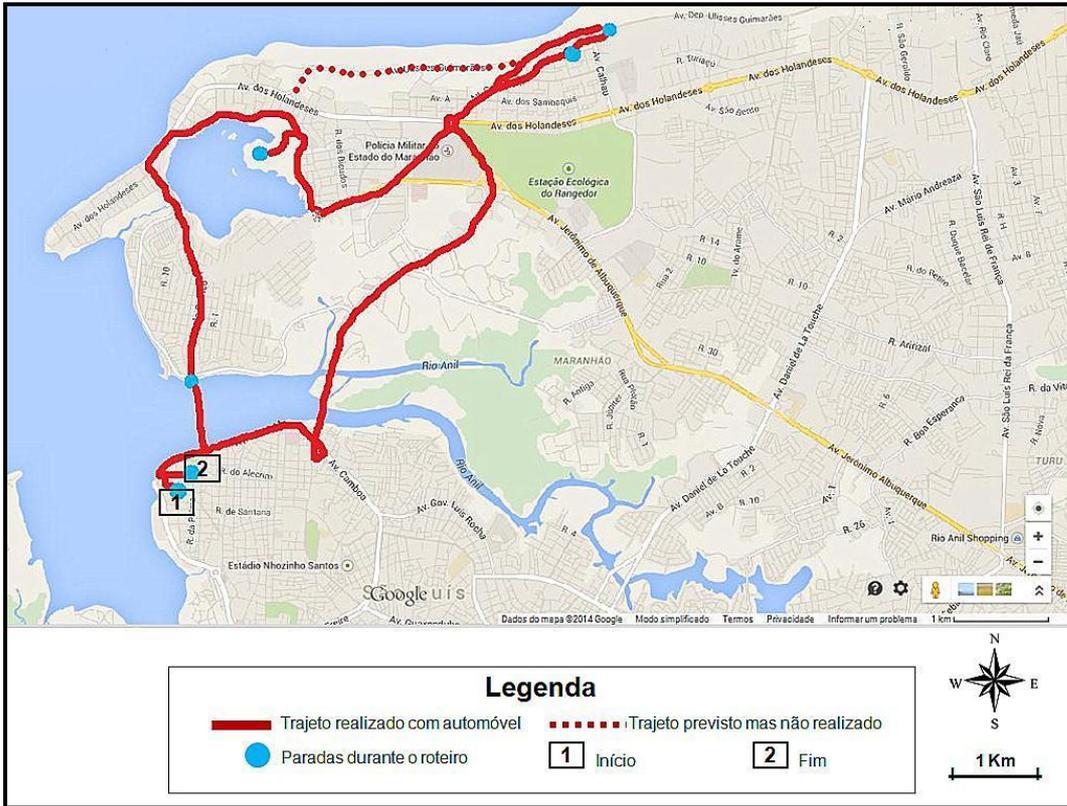


Figura 7: Mapa de São Luís com o Roteiro Cultural – Praias
Fonte: Organizado pelo autor a partir do Google Maps



Figura 8: Mapa de São Luís com o Roteiro Cultural – Centro Histórico
Fonte: Organizado pelo autor a partir do Google Maps

Esta pesquisa, que se propôs a **levantar e analisar as percepções do Centro Histórico de São Luís pelos diferentes atores envolvidos no fenômeno turístico objetivando criticar e sugerir ajustes aos roteiros turísticos culturais** encontrou respostas e propostas de novas pesquisas que vão muito além do passo inicial dado. Os resultados, de fato, já começaram a ser apresentados desde o subcapítulo anterior.

Os turistas, moradores e o *trade* local têm, como justificado nas discussões teóricas, percepções distintas sobre o Centro Histórico. Sabe-se, vide subcapítulo “Turismo Cultural, Patrimonialização e Imagem”, que a percepção ambiental é um contínuo dos seguintes processos: percepção propriamente dita, cognição e avaliação. Portanto, o trabalho se propunha a saber como o Centro Histórico era percebido por cada um destes grupos de atores turísticos e assim, depois deste levantamento, fazer uma análise destas percepções. Retoma-se ainda do mesmo subcapítulo supracitado que não se pode esquecer que “toda percepção inclui julgamentos” (RAPOPORT, 1982, p. 51). Portanto, a percepção ambiental é definida pelo que cada indivíduo vê (realidade), pelo que conhece (experiência) e pelo que espera (expectativas) e, nas percepções dos grupos de atores, pode-se sugerir que a realidade, a experiência e as expectativas de cada um desses grupos influenciaram suas percepções do espaço.

Diante dos dados interpretados no subcapítulo anterior, a prevalência de uma avaliação do espaço do Centro Histórico pelo morador como “saturado”, “sujo” e “abandonado” pode ter ligação com a atividade turística. Os demais grupos têm percepções distintas com relação aos moradores, inclusive as avaliações dos turistas são surpreendentemente positivas, se relacionarmos com os demais grupos de atores no que se refere à limpeza. No entanto, os moradores parecem querer o desenvolvimento da atividade turística, assim como o *trade* local, mesmo apontando estes e outros obstáculos ao desenvolvimento da atividade, como se quisessem ser ouvidos pelo poder público. Fica a impressão de pouco “diálogo” entre os grupos de atores envolvidos na atividade turística, ou uma comunicação “cheia de ruídos” e incapaz de compreender os anseios dos moradores. Aqui, seriam necessárias novas pesquisas para saber (1) como acontecem a implantação/discussão da sustentabilidade da atividade turística neste sítio e (2) Quais são os canais e os fóruns permanentes de diálogo entre estes atores turísticos?

Os mapas mentais, como instrumentos complementares à busca destas percepções, captaram detalhes que os questionários não apontaram. Os “agentes” da atividade turística, alunos em formação de cursos do eixo Hospitalidade e Lazer do Centro Histórico de São Luís precisam estar, de perto, dialogando com os gestores da atividade neste sítio. A “entrada”

destes sujeitos no Centro Histórico pode se dar por algumas vias, com prevalência de duas, Rua da Prensa (Beco da Prensa), vulgo “Beco do gato”, e a Travessa Boa Ventura, vulgo “Rua do Banco do Brasil”. A começar pela identificação das ruas, muitas vezes com nomes recorrentes, como estes “Beco do Gato” e “Rua do Banco do Brasil”, pode – num grupo de tal perfil – ser um indicador de que os cursos precisam insistir um pouco mais na toponímia do Centro Histórico, resgatando e (re)valorizando a memória, como consta no artigo 216 da nossa Constituição Federal, na legislação sobre patrimônio cultural, lembrando que o nosso patrimônio é formado por bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à memória, dentre outros. Este espaço em análise vem sendo construído – também discursivamente - para ser/continuar sendo uma cidade Patrimônio Mundial da Humanidade, grande atrativo turístico cultural. A toponímia, a história, a percepção ambiental, a educação patrimonial, dentre muitos outros conhecimentos, devem ser sempre (re)avaliados e ajustados nos currículos dos cursos.

As queixas, denúncias, etc. , que apareceram frequentemente em muitas questões e nos mapas mentais, merecem ser “ouvidas” e “lidas” por todos os envolvidos. Por que se apontam tantas “falhas”? A quem se atribuem estas “falhas”? Aparecem como destinatários destas denúncias/queixas os políticos, os gestores, os próprios moradores, o povo, etc., numa manifestação de indignação, as vezes, contra tudo e todos. Quem são os atores envolvidos na atividade turística?

No capítulo “Percepção ambiental, fenomenologia e Mapas mentais”, Xavier (2007) nos lembra que os atores do turismo se movimentam, valorizam seus produtos, modificam seus componentes e atribuem-lhe valores econômicos, sociais, afetivos e simbólicos; afirmando que o turismo deve interpretar a paisagem, agregando valores ao que é percebido. Mas, quem são os atores turísticos? Não seria necessário incluir mais este tema nas discussões sobre a atividade turística com todos os envolvidos?

As prestações dos serviços públicos são percebidas prevalentemente em desconformidade com o que é esperado por todos. A conservação do patrimônio histórico edificado, também é percebida em desconformidade, e entra igualmente no conjunto das “prestações de serviços públicos”. Sabe-se dos embates legais que o poder público precisa travar com alguns proprietários para coagi-los a conservar seus imóveis, mas houve igualmente, em frequentes aparições, queixas contra o Iphan quanto à forma severa e austera que impõe suas diretrizes de conservação à população que habita os casarões, impedindo quaisquer alterações nas fachadas e nas estruturas, e – ao mesmo tempo – acusam o mesmo órgão federal de leniência com aqueles proprietários que abandonaram seus “casarões

abandonados”, deixando de forma subliminar que mensagem? O que “se esconde” por trás desta suposta “leniência” do poder público, de acordo com a percepção dos atores turísticos, e como resolver este impasse?

Quanto às percepções olfativas, há algo descortinado. Com a descrição de cheiros não muito agradáveis como “cheiro de fezes humanas e animais”, “urina”, “esgoto”, muitas vezes próximos a restaurantes e hotéis, estas percepções foram geradas de instrumentos que buscavam as experiências mais memoráveis naquele espaço turístico. Parece estar “cristalizada” na memória perceptiva destes atores, esta lembrança olfativa. É uma situação que se precisa de atenção prioritária. A mendicância, a drogadição, a violência, também compõem a percepção dos atores sobre o sítio em análise. Diferentemente das causas dos “odores” desagradáveis, estes problemas sociais que aparecem nas percepções não deveriam ser tratados com os mesmos instrumentos de higienização, de “gentrificação”. Talvez esteja aí mais uma questão posta, que obriga o diálogo de todos os envolvidos na atividade turística, em contato permanente com os centros acadêmicos instalados no Centro Histórico, o poder público, a iniciativa privada, as associações, os moradores, etc.

O Centro Histórico aparece também como “mirante” para o *trade* e os moradores. É de lá onde se vê “o mar”, “a baía de São Marcos”, “o pôr-do-sol”, as “pontes” que levam para o lado de lá, “as luzes de Alcântara”, etc. , e – neste “dar as costas para o Centro Histórico” –, servindo-se dele apenas como “palco” e “mirante” para as coisas externas, é que aparecem várias percepções – ainda não exploradas nos roteiros – de mirantes para os detalhes do patrimônio, dentro do Centro Histórico. Os turistas apontaram detalhes que poderiam ser considerados numa pesquisa histórica, como a história com base na topografia, nas manifestações artísticas em geral (como os azulejos, por exemplo), o convite às janelas dos andares superiores dos casarões que servem de mirantes para os detalhes que denunciam o “craquelado” da cidade, etc., e que pudessem ser incluídos nos roteiros culturais. Certo que o Centro Histórico é um “mirante” por natureza e deve – também - explorar suas janelas, seus mirantes, suas vistas, tanto para o “exterior” como para o “interior”.

E, por que não experimentar as sugestões de novos mirantes e vistas apontados pelos atores turísticos? E as praças, como a Praça Deodoro, o prédio da biblioteca Benedito Leite; as igrejas (no roteiro cultural não se entrou em nenhuma); valorizar roteiros para que sejam percebidos os ícones que dão homogeneidade ao espaço, como as arandelas, as luminárias, os paralelepípedos, as pedras de cantaria, os telhados, as janelas, etc, e os produtos da gastronomia local, como a juçara (açai), guaraná Jesus, tiquira, etc , por que não ampliar os espaços de venda no decorrer do circuito também?

Há um orgulho, um prazer, nos moradores e do *trade* em sentir-se parte, pertencer à esta terra, a esta cultura. Vide as repostas às perguntas abertas dos questionários, especificamente dos lugares-mirantes e o que se avista destes pontos, as imagens que representam este espaço para eles e os elementos que homogeneizam o Centro Histórico. Para além disso, havia uma “mudança de atitude” no momento da aplicação do questionário sobre estes dados. Geralmente começaram a responder estas perguntas por “Ah ... tem muita coisa!”. Apesar de terem apontados tantos detalhes a ser melhorados, há marcas de pertencimento culturais fortes. Muitas destas informações, eram dadas com os nomes exatos de ruas, becos, praças, personalidades, dos produtos da terra, dos doces, das bebidas, das palmeiras, marcados com o excessivo uso de adjetivos (pode-se ver na transcrição do roteiro cultural), nas marcas linguísticas de simpatia (“pequeno”, “meu amor”, “tem um jesuinho hoje?”, etc.), os aspectos não verbais da cultura local, o toque entre as pessoas, etc. Por que não encontrar lugar para estes detalhes nos circuitos culturais?

Os roteiros sempre podem se ajustar. Os do Centro Histórico de São Luís poderiam ser ajustados, com base nas percepções dos atores turísticos e atentar para detalhes que pareceram muito recorrentes, como a pouca transparência no roteiro que vamos realizar. Há (há marcas claras na transcrição) uma improvisação nos roteiros, sistematicamente. Até no anúncio do roteiro que não foi realizado, há a indicação “o roteiro pode variar o trajeto conforme o dia – ensolarado, chuvoso, movimentado por transeuntes”, percebeu-se no roteiro turístico realizado o mesmo fato. Em alguns momentos, as duas guias conversavam e uma perguntava à outra se “deveriam seguir pela rua...”, “porque era sábado, estava deserto”, poderia ser perigoso. Assim, não se visitou o Teatro Arthur Azevedo, vários desvios foram realizados (caminhão de esgoto numa rua, passeata política, supostas ameaças à integridade do grupo,...), mas não pensaram no sol, que nos castigou (e muito!) durante todo o trajeto. Num dos momentos “altos” do passeio, contando a “lenda dos muiraquitãs”, representando no amuleto de uma estátua em frente da Praça da Sé, a guia de turismo, vendo (lendo) os olhos interessados dos turistas na lenda amazônica e o sol causticante, pergunta “vamos procurar uma sombra para eu contar pra vocês?” (linha 1211 da transcrição), mostrando que o roteiro precisa ser melhor planejado – também – com referência ao clima da região e às condições de segurança.

Para responder às necessidades humanas de hidratação e repouso durante o percurso de quase três horas sob o sol (ou chuva!) da região, e esta necessidade também está registrada na transcrição, talvez pudessem ser intercaladas algumas paradas em estabelecimentos (onde se poderia comprar bebidas), de preferência estes revelados na pesquisa que apresentam vistas

marcantes, sobretudo ao Centro Histórico ou à Baía de São Marcos. A preocupação com o turista, (leia-se aqui a compreensão das suas demandas), poderia ser melhor exercitada. Há extrema simpatia por parte da guia. Mas, trata-se da capacidade de compreender, ler, a necessidade do outro.

Já que os roteiros são “ajustados” por questões climáticas e de “sensação” de segurança, poderiam ser ajustados também quanto ao perfil do grupo. O grupo do qual o autor deste trabalho fez parte era formado por turistas do Rio Grande do Sul, interessados em história e arquitetura, (e sedentos, devido ao calor), com interesse também na compra de artesanato e guaraná *jesus* para levar às suas cidades. Parece não terem sido estes detalhes considerados no ajuste do roteiro. O destaque aos detalhes, que em algumas passagens se tornaram muito prazerosas, como os beirais, as tribeiras, os desenhos e as cores dos azulejos, etc. , eram frequentemente interrompidos pela guia do grupo com “discursos autodestrutivos” do tipo “é só o que eu sei”, “preciso estudar muito sobre isso”, “ela sabe mais que eu”, etc. , talvez até de forma ingênua, (e simpática!), visto o envolvimento do grupo. Porém, neste Gênero do Discurso, no qual está o guiamento turístico, os ouvintes parecem esperar de um passeio guiado, um guia disposto a responder e adaptar-se às necessidades do grupo, às informações que interessam a estes sujeitos . É evidente que não se trata aqui de esperar que o guia saiba todos os detalhes da história e de várias áreas do conhecimento, não é isso. Trata-se aqui de uma observação, uma crítica, quanto ao ajuste do discurso pelo guia, uma discussão do *ethos*¹⁹ do mesmo diante de um grupo. O ponto da “autoestima” também foi apontado em alguns questionários. Sugeriria-se igualmente que os moradores, os ludovicenses, ao conhecer melhor a sua cultura, ao (re)interpretar o seu patrimônio, pudessem ter uma melhor autoestima.

¹⁹ Amossy (2005), em “Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*” aponta que a apresentação de si é tributária dos papéis sociais, inerente a toda troca verbal e submetida a uma regulação sociocultural do sujeito que fala e age.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esta pesquisa no âmbito de um Programa de Turismo e Hotelaria, área do conhecimento eminentemente transdisciplinar, foi muito válido, pois tornou possível investigar como o Centro Histórico de São Luís é percebido pelos atores turísticos e de que forma estes resultados poderiam contribuir para enriquecer os roteiros turísticos culturais em prática atualmente.

A partir de uma pesquisa documental e bibliográfica extensa, na tentativa de se apropriar das discussões teóricas sobre patrimônio/ patrimônio mundial, turismo/turismo cultural, imagem, percepção, fenomenologia e mapas mentais, construiu-se um arcabouço teórico capaz de dar cabo às discussões e a compreensão deste fenômeno.

A pesquisa empírica, marcada pela aplicação de questionários e mapas mentais, foi uma fase importante e delicada. Apesar das dificuldades esperadas ao se optar pela ferramenta “mapas mentais”, não só pelo seu aspecto “inovador” na literatura da área, nem apenas pela escassa bibliografia sobre métodos interpretativos, mas também pelo viés cognitivista que a aplicação/interpretação destes mapas sugeriam e, sobretudo pela disponibilidade de sujeitos para construí-los.

É evidente que uma pesquisa com este recorte teórico, incluindo o seu objeto e o seu viés fenomenológico, tem suas limitações. (1) Tempo, talvez fosse necessário dedicar mais tempo à interpretação dos dados, com retorno aos autores dos mapas e entrevistá-los especificamente sobre alguns pontos das suas construções cognitivas a fim de esclarecer alguns detalhes; (2) distância do local estudado, o objeto de estudo está em São Luís, Maranhão e o programa de Mestrado em Balneário Camboriú, Santa Catarina, o que exigiu algumas idas e vindas deste autor ao local de pesquisa; (3) financeiro e (4) método interpretativo para os mapas mentais, apesar do uso do método Kozel, percebeu-se que muitos elementos presentes nos mapas mentais não estavam contempladas nas categorias de análise, ou alocavam-se na “categoria coringa” “outros aspectos e particularidades”.

Os objetivos específicos forma respondidos (1) com as percepções dos atores sobre o Centro Histórico de São Luís por meio dos mapas mentais e entrevistas; (2) como o patrimônio cultural está sendo explorado atualmente pelo trade na atividade turística e (3) sugestão de diversos detalhes apontados pelos turistas e moradores a ser considerados pelo trade.

Apesar de não ter sido um dos objetivos desta pesquisa, abrem-se janelas para outras pesquisas metodológicas de aplicação da teoria de Vicente Del Rio (1991) no turismo e da

proposta de Kozel (2007) como um método interpretativo para os mapas mentais. Esta autora, que se inspirou em Bakhtin e na teoria da enunciação para propor as categorias de análise das etapas interpretativas, já teve o seu método replicado em diversas dissertações e teses, e tem grande mérito. No entanto, os estudos do verbal e do visual vêm sendo abordados em muitas áreas do conhecimento, ainda separadamente; desta forma propõe-se a abordagem dos mapas mentais (cujas articulações verbo-visuais sejam tecidas na instância de produção), a partir de recentes estudos que o constituem na relação verbo-visual da linguagem, como produção social, cultural e discursiva, dentro da semiótica ou mesmo da linguística aplicada, por exemplo.

Em resumo, a crítica feita ao método Kozel é no ponto de vista absoluto de “variante” e “invariante”, e a proposta de novas pesquisas que possam trazer a este método interpretativo o caráter relacional dos elementos. Desta forma, acrescentar ao método existente, essencialmente monológico, as discussões dos fundamentos bakhtinianos, a abordagem dialógica, onde os fenômenos sociais (como a linguagem e a cultura) são compreendidas e não explicadas.

Assim, esta pesquisa revelou que os agentes da atividade turística em São Luís envolvem não apenas as secretarias de turismo, municipal e estadual, mas igualmente todos os atores que direta e indiretamente interferem na percepção da imagem deste destino. Talvez estejam desarticulados. A prestação de serviços públicos básicos, como limpeza e segurança, causam interferências negativas nas percepções, sobretudo dos moradores. Descobriu-se também que há uma ausência de um canal aberto entre os gestores públicos e os contribuintes-moradores, pois numa pesquisa desta natureza foram inúmeros os “desabafos” quanto à prestação dos serviços básicos, contra o Iphan, contra a educação dos próprios moradores, etc., num tom quase desacreditado de melhoras.

Descortinou-se um “desejo” de se ter roteiros que valorizassem – também – a toponímia da região, com a exploração de diversos mirantes citados nas entrevistas e descritos anteriormente, com a (re) construção do Centro Histórico como mirante – também – para as suas “entranhas”, para os seus detalhes internos, e não apenas como mirante para “o outro lado da ponte”, “as luzes de Alcântara”, “os barcos e a baía de São Marcos”, etc.

Considerar nos roteiros os produtos da gastronomia local, o conforto térmico dos turistas (sobretudo nesta região), os interesses do grupo, o *ethos* discursivo com a reflexão sobre as marcas da baixa autoestima, dentre todas as marcas expostas nos mapas mentais, marcas estas que podem ser (re)coloridas, (re)desenhadas ou simplesmente apagadas das memórias dos atores turísticos.

Todos estes detalhes descortinados na pesquisa surgiram do método de pesquisa fenomenológico que permitiu que as coisas “falassem” por elas mesmas, que buscou a consciência dos sujeitos através das suas experiências, que mostrou os detalhes na tentativa de esclarecer o fenômeno maior, neste caso o Centro Histórico turístico. Se o Maranhão tem coisas bonitas porque têm poetas que as cantem; a fenomenologia diz que “o que se mostra” é “o que se vê”.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Potencialidades paisagísticas brasileiras. **Geomorfologia**. São Paulo: USP, n. 36, 1977.

AGUIRRE, Conancio de Castro. Mapas Cognitivos: Que son y cómo explorarlos. **Scripta Nova**. Barcelona, n. 33, dez., 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-33.htm>>, Acesso em: 10 out. 2014.

ALVES, Mariza Weber. Percepção da arquitetura e do urbanismo: uma aproximação com o ensino nas classes populares. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. 2ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de Si no Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. (Coord.). **Centro Histórico de São Luís – MA: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Audichomo, 1998.

_____. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís / PPRCHSLZ, sobre o enfoque da conservação urbana integrada**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Dissertação de Mestrado, 2006.

ARCHELA, Rosely Sampaio; GRATÃO, Lucia Helena; TROSTDORF, Maria A. S. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. **Geografia**. Volume 13, Número 1, jan/jun, Londrina, 2004. Disponível em: <<http://www.geo.uel.br/revista>>. Acesso em : 10 ago. 2014.

AUGER, Marc. **Non-lieux** : Introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Le Seuil, 1992, 155p.

AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS. **Cultural Trends in Australia: A Statistical Overview**. Canberra, Australian Capital Territory: Department of Communication and the Arts and ABS, 1997.

BARTHES, Roland. **La tour Eiffel**. Paris : Delpire, 1964.

BASTOS, Sênia. Nosso Patrimônio Cultural: uma metodologia de pesquisa. PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 2, N. 2, p. 257-265, 2004. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

BERDOULAY, V.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.. **L'espace publique entre mythe, imaginaire et culture**. Cahiers de géographie du Québec, 45:413-428, 2001.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Carta Geométrica da Barra do Maranhão, São Luís**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525825.jpg>. Acesso em 10 mar. 2014.

BOORSTIN, D. J.. **L'image, ou ce qu'il advint du rêve américain**. Paris: Julliard, 1963.

BUENO, F.S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, Lisa, 1996.

BURGELIN, O. Le Tourisme jugé. In: **Communications, vacances et tourisme**. Vol. 10, 65-96. Disponível em: <<http://persee.fr/web/revues/home>>. Acesso em: 40 jun. 2013.

BYWATER, M. The market for cultural tourism in Europe. **Travel and Tourism Analyst**, n. 6, 30-46, 1993.

CANADÁ. Line Beauchamp, Ministra da Cultura, das Comunicações e da Condição Feminina. **Comunicado de imprensa durante a assinatura do programa trienal com o turismo de Montréal**, março de 2006.

CANADÁ, Ministère du Tourisme. **Le Tourisme Culturel: actualités et perspectives**, 2007. Disponível em: <http://www.culturelanaudiere.qc.ca/pdf/commissions/doc_tourismeculturel.pdf>. Acesso em 10 mar. 2014.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)**. Faculdade de Arquitetura da UFRS. Tese de doutorado. Orientador: Prof. Dr. Vicente Del Rio, 2005.

CASTILLO RUIZ, J. ¿Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? **PH Boletín Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. XVI, Sevilla, IAPH, p. 101-106, septiembre 1996.

CHOAY, F. **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

_____. O Papel da Nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 13-32

COUSIN, Saskia. **L'identité au miroir du tourisme : Usages et enjeux des politiques de tourisme culturel**. Thèse de doctorat en anthropologie sociale. Paris : EHESS, 2002.

_____. Le "Tourisme culturel" : un lieu commun ambivalent. **Anthropologie et Sociétés**, vol. 30, n. 2, p. 153-173, 2006. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/014118ar>> . Acesso em: 10 mar. 2014.

CRITELLI, D. M. **A analítica do sentido: uma aproximação e interpretação da real orientação fenomenológica**. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1996.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Portugal: Edições 70, 1971.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: EDUSP, 1975.

DEL RIO, Vicente. **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro**. A Contribuição do Estudo da Percepção Ambiental. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1991.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Carlos: Studio Nobel, 1999.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DE PAULA, Luiz Tiago. Mapa Mental e experiência: um olhar sobre as possibilidades. Trabalho apresentado no Espaço de Socialização de Coletivos “Perspectivas fenomenológicas da geosofia”, durante o **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, Julho, 2010.

DIAS, A. G. Canção do exílio. In: BANDEIRA, M. (Ed.). **Obras poéticas de Antônio Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

DORNELLES, Bruna Pasetti. A União Ibérica e a cidade : condicionantes da constituição de um novo estado na colônia. **História e-história**. 2011. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=400#_ftn13>. Acesso em 14 ago. 2014.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.

FERRARA, Lucrecia D’Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FRÓIS, Kátia P. Revisão da percepção da arquitetura em Bruno Zevi, Christian Norberg-Schulz e através de Heidegger até a possibilidade fenomenológica de Merleau-Ponty. **OLAM. Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, v.1, n.2, p.123-152, nov. 2001.

GAGNON, S.. Attractivité touristique et “sens” géo-anthropologique des territoires. **Téoros: Tourisme et attractivité** (on line). Presses de l’Université du Québec. Disponível em: <<http://teoros.revues.org/792>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

GÉRARDOT, Maie. La construction rythmique de l’incontournable touristique: L’exemple de la tour Eiffel. In: **Articulo. Journal of Urban Research. Une géographie culturelle et politique du tourisme**. 4, 2008. Disponível em: <<http://articulo.revues.org/195>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

GIBSON, J.J. *The perception of the visual world*. Boston: Hought Mifflin, 1950.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolpho. **Norte do Brazil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão**. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1906.

GOETHE, J. W. Von. **Os anos de aprendizagem de Wilhem Meister**. São Paulo: Ensaio, 1994.

HAMY, Viviane. **La tour Eiffel**. Paris: Éditions de la Différence, 1980.

HOLZER, Werther; HOLZER, Selma. Cartografia para crianças: qual é o seu lugar? In: SEEMANN, J. (org.) **A aventura cartográfica: Perspectivas, pesquisas e reflexões sobre cartografia humana**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. P. 201-217.

HINTZE, Hélio ; ALMEIDA JUNIOR, Antônio R.. Freedom to travel ou freedom to trade? Uma análise crítica do discurso do WTTC. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, 21/22, v. 4, p. 97-106, 2014.

HOCHBERG, Julian E. O estudo da percepção. In : HOCHBERG, Julian E. **Percepção**. Tradução Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. Cap.1, p.11-17.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas**: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

IPHAN. **Cidades históricas, inventário e pesquisa**: São Luís. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

KNAFOU, Rémy. **La relation tourisme-patrimoine: un lien fragile**. Brest: Acces, 2000.

KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.) **Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. 3ª ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LAZZAROTTI, Olivier. **Patrimoine et Tourisme: Histoires, lieux, acteurs, enjeux**. Paris: Éditions Belin, 2011

LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

LEITE, Carolina M. de A. M. S.; RAMOS, Tânia Beisl. A cidade que parou no tempo: morfologias urbanas e características arquitetônicas de Portugal no Brasil. O estudo do centro histórico de São Luís do Maranhão. **Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo**. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/14119/1/001_Leite_Carolina.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2014.

LIMA, Angélica M. L.; KOZEL, Salete. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Revista Geografia**. Universidade de Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun, 2009.

LOPES, José Antonio Viana. (Org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. Bilíngue. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes. Dirección de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYOTARD, Jean-François. **A Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1967.

MÄNNICH, Carla. **Centro Histórico de Curitiba: múltiplas percepções**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Orientadora: Salete Kozel Teixeira. Curitiba, 2013.

MARANHÃO. **Proposta do governo do estado do Maranhão para inclusão do centro histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO**. 2ª. Versão, São Luís, Maranhão, 1997.

MARIN, Andréia A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**. São Carlos; Sorocaba-SP: UFScar; Rio Claro-SP: UNESP/IBRC; Ribeirão Preto – SP: USP/FFCLRP, v.3, n.1, p.203-222, jan./jun. 2008.

MARQUES, Wilton José. O poema e a Metáfora. **Revista Letras**. Curitiba: Editora UFPR. N. 60, p. 79-93., jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~neo/Estudos/arquivos/opoemaeametafora.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MARTINIÈRE, Guy. **São Luís, capitale du Maranhão, capitale rèvee de la France équinoxiale**. Revista História, v.30, n.1, p.252-263. São Paulo, 2011.

MEDEIROS, Mirna de L.; PASSADOR, João L.; BECHELENI, Débora G. A Fenomenologia e a Pesquisa em Turismo. In: **Anais do VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2009/paper/download/201/1>>, acesso em 10/03/2014

MEINIG, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary langscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MEIRELES, M. M.; TEIXEIRA, A. O. M. O projeto Praia Grande: Subsídios Históricos. In: UFMA-PREXAE. **Proposta para recuperação urbana da Praia Grande – Universidade do Maranhão**, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, Angela. Turismo e Arquitetura: a produção do atrativo via singularidade/notoriedade do lugar. **Arquitextos** 093, Texto especial 460 – fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp460.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MOREL, Joaquin Bosques. Conferência: O patrimônio da humanidade. In: YAGIZI, E. et al. (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MORIN, E. **Vivent les vacances: Pour une politique de l'homme**. Paris: Le Seuil, 1965.

MURTA, S. M. & GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1995.

MURTA, S. M. & ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UGMG, 2002.

NORBERTO, Antônio (org.). **França Equinocial: uma história de 400 anos em textos, imagens, transcrições e comentários**. São Luís, 2012.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na Arquitetura e na Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Plêiade, 1999.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa**. Tese (Livre docência) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1978.

_____. (a) A percepção da qualidade ambiental. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p.40-49, 1 semestre. 2002.

_____. (b) Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002. P. 189-196.

OLIVEIRA, Jurandir C. de; REJOWSKI, Mirian. Teses em turismo no Brasil: categoria temática “desenvolvimento do turismo”. In.: **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, v.1 p.1-14, 2008

OLIVEIRA, R. S., **Análise das políticas públicas do Estado sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural de São Luís**. Monografia de Ciências Sociais, UFMA, 1996.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PARENT, Michel. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique : Brésil**. – (mission) 24 de novembre de 1966 – 8 janeiro de 1967 e 19 abril a 1 de junho 1967. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000088/008836fb.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

PATIN, Valéry. **Tourisme et patrimoine en France et en Europe**. Paris: La Documentation française, 1997.

PEIXOTO, A. J. A origem e os fundamentos da fenomenologia: uma breve incursão pelo pensamento de Husserl. In: **Concepções sobre fenomenologia**. Goiânia: UFG, p.13-32, 2003.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Revista Científica de Turismo Veredas**, ano 1, p. 23-45, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Franceses no Maranhão: Histórias de Intérpretes. In: PERRONE-MOISÉS, L. (Org.). **Cinco Séculos de Presença Francesa no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

PIERCE, C. S. **The essencial Pierce: selected philosophical writings**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

PINTO, Antônio Carlos Brasil. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Campinas: Papyrus, 2003.

PUREZA, José Manuel. **O patrimônio comum da humanidade: rumo a um direito internacional da solidariedade?** Porto: Afrontamento, 1998.

QUEIRÓS, Antônio dos Santos. Turismo cultural e economia do patrimônio. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 21/22, v. 4, p. 107-117, 2014.

“REGIMENTO DE ALEXANDRE DE MOURA”. IN: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XXVI, p. 230. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

REIS, R. J. **Produção do espaço urbano da Praia Grande**. Monografia do Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão, 1990.

REIS, J. R. S. **Praia Grande: cenários históricos, turísticos e sentimentais**. São Luís: Litograf, 2002.

REJOWSKI, Mirian. Produção Científica em Turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. **Revista Turismo e Análise**. São Paulo, v.21, n.2, p. 224-246, ago, 2010.

RIBEIRO, Wallace C.; LOBATO, Wolney; LIBERATO, Rita de C.. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. **Revista Sinapse Ambiental**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Setembro de 2009. Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=46b54c171225585f485dbe68141d08b4>. Acesso em: 10 mar. 2014

RICHARDS, Greg. **Cultural Tourism in Europe**. Wallingford, UK, 1996. Disponível em <http://www.tram-research.com/cultural_tourism_in_europe.PDF> . Acesso em 10/03/2014

RODRIGUES, Adyr Ballastreri. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento Transdisciplinar**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. IN: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHÄFFER, N. O. Ler a paisagem, o mapa, o livro ... Escrever nas linguagens da Geografia. In: NEVES, I.C.; SOUSA, J et al. (orgs.). **Ler e Escrever: Compromisso de todas as áreas**. 8 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo USP, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2006.

_____. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. **Anais do II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf>. Acesso em: 20/07/2014.

SEEMANN, Jörn. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. **Olam Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, v. 03, n. 1, p. 200-223, set. 2003. Disponível em: <www.olam.com.br/abstracts/abstract5/seemann.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SILVA, Georgia Patrícia. **De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa em Políticas Públicas, São Luís, 2010.

SILVA, João Ricardo Costa. O processo de patrimonialização do Centro Antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. In: **Anais do ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0397.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

SOUZA, Vilton Soares; TRICARICO, L. T. Patrimônio, Imagem e Turismo de Sight-Seeing: olhares e reflexões sobre o destino São Luís, Brasil. In: SANTOS, M.; SERRA, F.; SANTOS, J.; ÁGUAS, P. (Org.). **Desenvolvimento e Planejamento em Turismo**. 1 ed. Faro (Portugal): Universidade do Algarve, 2013

SOUZA, Vilton Soares; TRICARICO, Luciano T.; OLIVEIRA, Josildete P., ROSSINI, Diva M.. Paisagem e Patrimônio Histórico em São Luís, Brasil: olhares do *trade* e dos moradores. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 1, No. 21/22, 2014.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

TEYPAZ, Yvan. **L'identité produit de la ville. Mémoire de Master 2 en Villes & Terriroires. Université de Nantes, 2008.** Disponível em: <http://yvanteypaz.free.fr/yvanteypaz.free.fr%20Img/yvanteypaz%20ImgRessources/MEMOIRE_Condense.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2014.

TOMELIN, C. A.; ROSSINI, D. de M.; FONTANELLA, F. L. P.; ANJOS, F. A.; OLIVEIRA, J. P.; TRICARICO, L. T. Turismo cultural e paisagem urbana: análise dos cascos de Itajaí e de São Francisco do Sul – Santa Catarina, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. N. 17/18. Universidade de Aveiro, 2012

TUAN, Yi-Fu. Thought and landscape: the eye and mind's eye. In: MEINIG, Donald W. (Ed.) **The interpretation of ordinary landscapes: the geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

_____. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EDUEL, 2012.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention do patrimoine mondial**. Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture. Comité Intergouvernemental pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Paris: julho de 2012. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/orientations>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Liste du Patrimoine Mondial. Statistiques 2014**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/list/stat#d3>>. Acessado em: 08 ago. 2014.

UNGER, Nancy M.. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

UNWTO. Organisation Mondiale du Tourisme. **Faits saillants OMT du tourisme**. Édition 2014. Disponível em:

<http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_highlights14_fr.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

VALDUGA, Vander. Sujeito turístico e espaço turístico: possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. In: **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n. 17/18, p. 481-492. Universidade de Aveiro, 2012.

VARINE-BOHAN, Hugues. **Patrimônio Cultural – A Experiência Internacional**. Edição em Convênio: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, 1975.

VIDAL, L. **Centro Histórico de São Luís do Maranhão, Brasil: Patrimônio Mundial**. São Paulo, 1998.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. Studio Nobel, Fapesp, 1998.

WIDMER, Gloria Maria. **O título de Patrimônio da Humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha**. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, na área de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.